

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

“Circulação de sentidos em discursos sobre o trabalho e a saúde de professores de escolas públicas: interrogações a partir do ponto de vista da atividade”

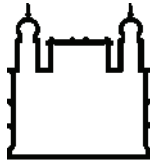
por

Denize da Silva Nogueira

Dissertação apresentada com vistas à obtenção do título de Mestre em Ciências na área de Saúde Pública.

*Orientadora principal: Prof.^a Dr.^a Jussara Cruz de Brito
Segunda orientadora: Prof.^a Dr.^a Mary Yale Rodrigues Neves
Terceiro orientador: Prof. Dr. Bruno Régo Deusdará Rodrigues*

Rio de Janeiro, junho de 2013.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

Esta dissertação, intitulada

“Circulação de sentidos em discursos sobre o trabalho e a saúde de professores de escolas públicas: interrogações a partir do ponto de vista da atividade”

apresentada por

Denize da Silva Nogueira

foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Hélder Pordeus Muniz

Prof.^a Dr.^a Katia Reis de Souza

Prof.^a Dr.^a Jussara Cruz de Brito – Orientadora principal

Catálogo na fonte
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca de Saúde Pública

N778 Nogueira, Denize da Silva
Circulação de sentidos em discursos sobre o trabalho e a
saúde de professores de escolas públicas: interrogações a
partir do ponto de vista da atividade. / Denize da Silva
Nogueira. -- 2013.
xiv,132 f. : il.

Orientador: Brito, Jussara Cruz de
Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde
Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2013.

1. Docentes. 2. Ergologia. 3. Sentidos do Trabalho.
4. Saúde do Trabalhador. 5. Trabalho. 6. Gênero e Saúde.
I. Título.

CDD - 22.ed. – 363.11

*À todos que lutam por melhores
condições de trabalho e saúde,
acreditando na potência de vida
contida nos ambientes escolares.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo apoio e incentivo nessa caminhada!

Ao meu irmão, pelos “papos cabeça”, torcida, amizade e companheirismo!

Aos meus queridíssimos Orientadores:

Jussara, minha admiração pela sua maneira de conduzir os trabalhos com firmeza e doçura e pela compreensão de sempre!

Mary, pelo carinho, a forma acolhedora de orientar e a atenção a todos os detalhes da escrita!

Bruno, pela disponibilidade e a ajuda mais que essencial para a realização desse trabalho!

Ao Bóris, bolsista da pesquisa, pela dedicação e comprometimento com o trabalho!

Ao Grupo de pesquisa Pistas que sempre colaborou muito desatando alguns nós do trabalho, se mostrando um exemplo da importância da construção coletiva do conhecimento.

Ao Grupo de Pesquisa da UFF que, além das ricas discussões, pude ter a experiência rica de interação com as trabalhadoras de escolas.

Aos Professores da Letras Maria Del Carmen e Décio Rocha, pela ajuda e incentivo!

À Katia Reis pela contribuição contagiante na elaboração dos materiais dos sindicatos!

Aos amigos mestres e mestrandos com que dividi as expectativas e experiências do mestrado:

Diogo, Priscila e Bia!

Às minhas irmãs de coração: Mila, Helô e Paty!

Às amigas: Luiza, Carol e Uiara!

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo fomento.

"Porque a cabeça da gente é uma só, e as coisas que há e que estão para haver são demais de muitas, muito maiores diferentes, e a gente tem de necessitar de aumentar a cabeça, para o total. Todos os sucedidos acontecendo, o sentir forte da gente - o que produz os ventos. Só se pode viver perto de outro, e conhecer outra pessoa, sem perigo de ódio, se a gente tem amor. Qualquer amor já é um pouquinho de saúde, um descanso na loucura."

Grande Sertão Veredas - João Guimarães Rosa

LISTA DE ABREVIATURAS

CAP: Comunidade Ampliada de Pesquisa

CEREST: Centros de Referência em Saúde do Trabalhador

CNTE: Confederação Nacional dos Trabalhadores

DD: discurso direto

DDBP: dispositivo dinâmico de 3 pólos

DI: discurso indireto

DIL: discurso indireto livre

Fasepa: Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará

Fies: Fundo de Financiamento Estudantil

Fiocruz: Fundação Oswaldo Cruz

Fundeb: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Inep: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

IPM: Instituto de Previdência do Município

MEC: Ministério da Educação

MOI: Movimento Operário Italiano

MP-GO: Ministério Público de Goiás

PCC: Plano de Cargos e Carreiras

PCCR: Plano de Cargos, Carreira e Remuneração

RENAST: Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador

Seduc: Secretaria de Estado de Educação

Segplan: Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento

SEPE-RJ: Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro

SER: Secretaria Regional

SINTEM: Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Município de João Pessoa

Sintepp: Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará

SUS: Sistema Único de Saúde

Susipe: Superintendência do Sistema Penitenciário

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

Undime: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

USP: Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Notícias mapeadas entre janeiro de 2012 e agosto de 2012.....	41
Quadro 2 Notícias pré-selecionadas.....	44
Quadro 3 Notícias analisadas.....	44
Quadro 4 Comparativo dos termos utilizados para designar o aumento salarial.....	67

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Elementos da dinâmica de reconhecimento, com base no Esquema de Sigaut.....	19
---	----

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I. Primeira mensagem enviada aos CERESTs.....	123
ANEXO II. Segunda mensagem enviada aos CERESTs: ações realizadas.....	124
ANEXO III. Segunda mensagem enviada aos CERESTs: demandas de ações.....	125
ANEXO IV. Roteiro para contato com sindicatos (CNTE).....	126
ANEXO V. Respostas dos sindicatos através de contato telefônico.....	127

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A. Respostas dos CERESTs.....	128
APÊNDICE B. Respostas dos núcleos do SEPE-RJ.....	132

RESUMO

O presente estudo é parte de um conjunto de iniciativas de pesquisa e intervenção em relação ao trabalho e a saúde dos profissionais da educação, articuladas ao Programa de Formação em Gênero, Saúde e Trabalho nas Escolas e ao *site Encontros sobre Vida Saúde e Trabalho nas Escolas Públicas – CAP Escola*. Seu objetivo é interrogar os sentidos em circulação acerca do trabalho e da saúde de professores de escolas públicas em algumas produções discursivas. Como ferramentas teórico-metodológicas, associou-se uma abordagem clínica do trabalho, com a contribuição da Psicodinâmica do Trabalho e da perspectiva ergológica, à perspectiva da análise do discurso de base enunciativa francesa, especialmente os aportes de Maingueneau e o dialogismo de Bakhtin. Foram selecionadas e analisadas treze notícias *online* – do conjunto de trinta e cinco notícias mapeadas, relativas ao período de janeiro a agosto de 2012. Ao considerarmos o debate de valores que giram em torno da construção de sentidos sobre o trabalho e a saúde dos professores verificamos que o polo dos valores mercantis se sobressai em relação aos polos do político e das gestões (atividade). A lógica presente nas reportagens analisadas é a da individualização e culpabilização dos professores por adoecer. A psicologização e o discurso biomédico dos problemas cotidianos fazem com que o caráter coletivo dos problemas desapareça. Por outro lado, os discursos dos representantes do governo não propiciam a animação da cadeia dialógica, na medida em que afirmam conhecer os caminhos para enfrentamento dos problemas. Assim mesmo, em diversos relatos nas notícias foi possível encontrar sentidos positivos atribuídos pelos próprios professores à sua atividade, como também a presença de esperança em uma mudança positiva da maneira que a educação brasileira é tratada.

ABSTRACT

This study is part of a series of research initiatives and intervention about Educational Workers, and their work and health initiated by the *Formation* in Health, Gender and Public School Work Program and the website *Meetings on Life, Health and Work in Public Schools*. The objective is to interrogate the meanings in circulation about the work and health of public school teachers in some discursive productions. As theoretical and methodological tools it was joined a clinical of work, with the contribution of the psychodynamics of work and ergology perspective; the Maingueneau's perspective of discourse analysis and Bakhtin's dialogism. We selected and analyzed thirteen *online* news – from thirty-five news founded, in in the period between January-August 2012. Considering the values of debate around the construction of meanings about the work and health of teachers, it is possible to verify that the market polo values become more visible in relation to the polo of political and managements (activity). The logic present in the articles analyzed is the individualization and blaming the illness teachers. The psychologizing and biomedical discourse of everyday problems in school make the collective sense of the problems disappear. On the other hand, the speeches of government representatives do not provide the excitement of dialogical, in that claim to know the ways to face problems. Also, in several reports in the news it was possible to find positive meanings attributed by the teachers to their activity, as well as the presence of hope for positive change about the way of treatment the Brazilian educations.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	v
LISTA DE QUADROS.....	vi
LISTA DE TABELAS.....	vii
LISTA DE ANEXOS.....	viii
LISTA DE APÊNDICES.....	ix
RESUMO.....	x
ABSTRACT.....	xi
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1. OS DISPOSITIVOS DE PESQUISA-INTERVENÇÃO.....	5
1.1. O Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas.....	5
1.2. O site <i>Encontros sobre Vida, Saúde e Trabalho nas Escolas – CAP Escolas</i>	7
CAPÍTULO 2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1. A psicodinâmica do trabalho, a produção de sentido e a dinâmica do reconhecimento.....	12
2.1.1. O trabalho entre o sofrimento e o prazer.....	13
2.1.2. Dinâmica de reconhecimento e os sentidos do trabalho.....	17
2.2. Circulação de sentido e linguagem.....	21
2.2.1. Compreensão bakhtiniana da linguagem.....	21
2.2.2. Gêneros do discurso.....	24
2.2.3. O sujeito em Bakhtin.....	26
2.2.4. A pertinência da noção de dialogismo.....	27
2.2.5. Sentido.....	29
2.3. A perspectiva ergológica.....	31
CAPÍTULO 3. CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	35
3.1. Etapas.....	36
3.2. Os CERESTs.....	36
3.3. Sindicatos.....	37
3.3.1. Primeiro momento.....	37
3.3.2. Segundo momento.....	38
3.4. Reportagens.....	38
3.4.1. Primeiras experimentações... ..	38
3.4.2. Ampliação e afinação do mapeamento.....	39
3.5. Entre os mapeamentos e a construção dos caminhos de análise.....	45
3.6. Construção dos caminhos de análise.....	45
3.6.1. A perspectiva discursiva.....	45
3.7. Discussão das análises a partir das questões norteadoras.....	50
CAPÍTULO 4. ECOS DA CADEIA DIALÓGICA: ANÁLISE DAS NOTÍCIAS SOB O PONTO DE VISTA DISCURSIVO.....	52
4.1. Notícia 1 (N1): <i>Professores Lideram Pedidos de Licença Médica na Capital</i>	52
4.2. Notícia 2 (N2): <i>Profissionais como Professores e Cabeleireiros têm Mais Chances de Desenvolver Varizes</i>	56
4.3. Notícia 3 (N3): <i>Professores da Rede Pública Apresentam 900 Attestados às Vésperas do Feriado</i>	58
4.4. Notícia 4 (N4): <i>A Relação Aluno-Professor Não é a Mesma</i>	59
4.5. Notícia 5 (N5): <i>Salário de Professor no Pará Aumentou 250% em 10 Anos</i>	63
4.6. Notícia 6 (N6): <i>25% dos Professores do Ensino Básico do País Não Têm Ensino Superior</i>	67

4.7. Notícia 7 (N7): <i>Professora Deixa Cargo Após Aluno Ameaçá-la de Morte, em Goiânia</i>	70
4.8. Notícia 8 (N8): <i>Professores Têm de Fazer “bicos” para Garantir a Renda no Rio Grande do Sul</i>	73
4.9. Notícia 9 (N9): <i>Dirigentes de Escolas Participam de Capacitação sobre Saúde dos Profissionais de Ensino</i>	76
4.10. Notícia 10 (N10): <i>Após Grávida ser Demitida, Juiz Manda que Ela Retorne ao Cargo em MT</i>	79
4.11. Notícia 11 (N11): <i>Transtornos Psicológicos Afetam Docentes das Salas de Aula</i>	81
4.12. Notícia 12 (N12): <i>Professores Fazem Marcha nas Ruas de Belém</i>	84
4.13. Notícia 13 (N13): <i>Desafio é Valorizar e Motivar os Professores</i>	85
CAPÍTULO 5. UMA LEITURA DAS NOTÍCIAS A PARTIR DAS QUESTÕES NORTEADORAS	90
CAPÍTULO 6. ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES...	113
BIBLIOGRAFIA	116
ANEXOS	123
APÊNCIDES	128

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa buscou contribuir com o campo da saúde do trabalhador a partir da análise da produção discursiva sobre o trabalho e sua relação com a saúde de professores de escolas públicas brasileiras. Diversos estudos já realizados sobre os modos de vida, trabalho e saúde nas escolas públicas evidenciam as condições de saúde e trabalho e as formas como os docentes driblam a diversidade de imprevisibilidades para que a atividade da docência seja realizada ^{1,2,3,4,5}.

Notamos que o estabelecimento da doença e o afastamento desses profissionais apenas repercutem as más condições de trabalho, os baixos salários, a falta de formação básica e continuada adequada, as metas a serem atingidas e o baixo reconhecimento social da profissão ^{6,7,8}.

Inserida no campo da Saúde do Trabalhador, esta pesquisa considera o trabalhador como protagonista, como um sujeito que possui conhecimento e promove mudanças na sua vida e trabalho, que afeta e é afetado. Souza ⁹ (p. 39) aponta alguns princípios e conceitos da Saúde Coletiva, da qual o campo da Saúde do Trabalhador faz parte, que justificam e norteiam a inserção da nossa investigação a respeito da circulação de sentidos sobre o trabalho e a saúde de professores^a de escolas públicas:

“Ênfase na afirmação da determinação social do processo saúde-doença e na associação saúde, pobreza e condições de vida; (...) crítica à intervenção puramente individual que visa à transformação de comportamentos e hábitos de vida; (...) questionamento da culpabilização das vítimas por acidentes e atos cujas causas encontram explicação no ambiente e no entorno; (...) consideração de que a saúde é um bem comum e um direito, reafirmando a relação entre o modo como a sociedade se organiza e a saúde da população; (...) opção pelos desfavorecidos e a necessidade de transformar suas condições de vida e de trabalho; (...) priorização das ações voltadas à capacitação dos indivíduos e coletivos para a tomada de decisões; (...) consolidação de um projeto sanitário transformador”.

^a Compreendemos como Neves ¹⁰, que procurando tornar visível a divisão sexual do trabalho, esclarece que independentemente da regra gramatical (que se constitui ela mesma em uma produção social), se referirá aos trabalhadores e trabalhadoras de escolas que compõem principalmente o Ensino Fundamental sempre no feminino – as trabalhadoras – devido ao fato de sua composição ser majoritariamente de mulheres. Mas, como o conjunto de notícias por nós analisadas fazem uso do masculino genérico – os professores – para efeito de fluidez do nosso texto, manteremos também dessa forma.

Desta forma, o campo da saúde do trabalhador se propõe a articular o processo de trabalho com o processo de saúde-doença de trabalhadores e trabalhadoras, com vistas a sua transformação. Isso se dará através da aproximação e da valorização dos diferentes saberes e disciplinas, junto às situações de trabalho, efetivando as mudanças possíveis.

Nessa direção, nos aliamos à uma linhagem de estudos que se desenvolveram a partir do Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas Públicas^b. Esta proposta, que foi iniciada no ano 2000, busca articular pesquisa, formação e intervenção nas situações de trabalho em escolas públicas. Seu método permitiu, no Estado do Rio de Janeiro e no Município de João Pessoa (Paraíba), em parceria com o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE-RJ) e do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de João Pessoa (SINTEM), uma sistematização e a experimentação de uma nova forma de diálogo entre pesquisadores e trabalhadores. Desta maneira, o Programa de Formação possibilitou o desenvolvimento e a ampliação da capacidade de compreender e transformar – ou, inversamente, promover transformações que propiciem a compreensão das relações entre trabalho e o processo saúde-doença nas escolas. Trata-se de um método baseado em um diálogo onde são confrontados os diferentes saberes: o científico – dos pesquisadores – e o da prática – dos trabalhadores^{9,11,12}.

Esse dispositivo dinâmico de confrontação – cooperação entre saberes interdisciplinares e profissionais, visando o mútuo desenvolvimento da capacidade de compreender ↔ transformar, foi denominado *comunidade ampliada de pesquisa* (CAP).

Os estudos articulados ao Programa de Formação esboçaram um cenário em que a saúde dos trabalhadores de escolas públicas, no geral, está muito comprometida, embora este quadro não tenha a real visibilidade por parte dos órgãos governamentais e da sociedade de um modo geral. Ao mesmo tempo, também evidenciaram formas de enfrentamento, afirmação da vida e movimento de mudanças^{1,13}.

Com o desenvolvimento do programa, mudanças de diversas naturezas foram geradas: aquelas que dizem respeito a novos processos de subjetivação, modificações concretas nas formas de organização e condições de trabalho, bem como para a saúde daqueles que trabalham no ambiente escolar^{9,11,13,14}.

Com a perspectiva de ampliar o diálogo com os protagonistas das atividades de trabalho em escolas e outros atores pertinentes desenvolveu-se, posteriormente, em 2012, um novo dispositivo de formação-intervenção: o *site Encontros sobre Vida, Saúde e Trabalho nas*

^b Conforme apresentaremos no item 1.1.

Escolas Públicas – CAP Escola. Através desse espaço virtual pretende-se continuar contribuindo para a construção de novos sentidos e novas formas de lutas pela saúde no âmbito do trabalho escolar ¹⁵.

Esta dissertação está articulada a essas propostas, tendo como foco uma categoria profissional específica da escola pública: os professores.

Sobre o trabalho das professoras, Neves & Seligmann-Silva ⁷ fazem menção ao caráter “missionário” da docência, sua feminização e a mudança do perfil de classe socioeconômica do professorado a partir dos anos 70. Sinalizam ainda que “*o sentido do trabalho de ensinar e a necessidade de garantir a sua sobrevivência podem ajudar-nos a entender a opção e a permanência de grande parte dessas professoras no magistério*” ⁷ (p. 47). Assim, acreditamos que os sentidos atribuídos ao trabalho apresentam-se como ponto fundamental para a saúde, uma vez que esta não se configura numa questão de mera satisfação, mas na capacidade dos humanos de enfrentar as infidelidades do meio, renormatizando-o ¹⁶.

Na mesma direção, o reconhecimento e a valorização social do trabalho possibilitará a construção de sentidos sobre o trabalho de professores, o que, de acordo com Dejours ^{17,18}, apresenta-se como algo estratégico para a manutenção da saúde mental ^{7,19}.

Da mesma maneira, os processos sócio-históricos são fundamentais para a compreensão dos sentidos de ser/estar professora. Ao longo do percurso histórico, estes se modificam e se tencionam seguindo as diversas forças presentes na sociedade. Inicialmente, buscamos colocar em evidência os sentidos atualmente presentes a respeito do trabalho e da saúde dos professores, a partir de produções discursivas^c selecionadas a partir do mapeamento realizado para a alimentação do ambiente Observatório Geral do *site Encontros sobre Vida, Saúde e Trabalho nas Escolas Públicas – CAP Escola*, conforme apresentaremos mais adiante. Para a análise, recorreremos a um diálogo com as contribuições de diferentes autores sobre a circulação de sentidos acerca do trabalho, os modos de vida e a saúde de professores de escolas públicas ^{20,21}.

Inicialmente, o objetivo geral desta dissertação era analisar os sentidos que estão sendo socialmente produzidos e atribuídos ao trabalho e a saúde de professoras de escolas públicas, a partir das produções discursivas de sindicatos, centros de referência em saúde do trabalhador e jornais *online*. No decorrer da pesquisa, entretanto, delineou-se como foco

^c Notícias em jornais *online* e informações de Centros de Referências em Saúde do Trabalhador (CERESTs) e de sindicatos de trabalhadores da educação.

exclusivamente a produção discursiva de jornais *online*, interpeladas a partir das seguintes questões norteadoras:

- Que sentidos circulam nas reportagens em relação ao envolvimento e compromisso dos professores com o trabalho e com a qualidade do ensino?
- De que forma o processo saúde-doença é apresentado nas reportagens?

Do ponto de vista formal, este texto se desdobra obedecendo ao seguinte plano: no primeiro capítulo é feita a apresentação dos dois dispositivos de pesquisa-intervenção aos quais nossa pesquisa esteve vinculada: o Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas e o *site Encontros sobre Vida, Saúde e Trabalho nas Escolas – CAP Escola*. O segundo capítulo remete ao referencial teórico adotado, sendo os caminhos metodológicos apresentados no terceiro capítulo. Os resultados e análises dessa pesquisa compõem os capítulos finais (4 e 5).

CAPÍTULO 1. OS DISPOSITIVOS DE PESQUISA-INTERVENÇÃO

1.1. O Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas

O Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas, desenvolvido no Estado do Rio de Janeiro e no Município de João Pessoa, foi concebido com a intenção de que as próprias situações vivenciadas pelos trabalhadores de escolas públicas seriam os pontos de partida e chegada para potencializar as transformações necessárias e desejadas. Desta forma, articula pesquisa, formação e intervenção, possuindo diversas faces para contemplar cada um de seus objetivos. Todavia, a formulação desta proposta foi antecedida por diversos estudos relativos às condições de vida, trabalho e saúde desses profissionais ^{9,10,11,22}.

Este programa teve como dispositivo teórico-metodológico a constituição de CAPs. As CAPs são fundamentadas no Movimento Operário Italiano (MOI). Este movimento agenciou o debate entre o sindicalismo italiano e pesquisadores sobre saúde e trabalho, em meados da década de 60. Afirmando uma luta por melhores condições de vida e trabalho no auge do Taylorismo/Fordismo. Oddone, médico e psicólogo, foi um nome de destaque do MOI que sistematizou uma nova forma de enfrentamento e produção de saberes denominada de *comunidade científica ampliada* ²³. As comunidades científicas ampliadas valorizavam o saber operário e o colocava em diálogo-confrontação com o conhecimento teórico dos pesquisadores. Partia-se da premissa que não existiam respostas prontas, mas uma construção de novos sentidos e novas formas de enfrentamento na luta pela saúde.

Schwartz ²³ contribui conceitualmente também com a proposta de criação de uma CAP ao fazer uma leitura crítica, na década de 80, a respeito da conceituação adotada: *comunidade científica ampliada*. Considera que as novas formas de organização do trabalho, de desemprego e as novas tecnologias transformaram o mundo do trabalho, sendo necessário atualizá-la. Para tanto, introduz o conceito de atividade como “*produtora, matriz de histórias e normas antecedentes que são sempre normatizados no recomeço infinito da atividade*” ²³ (p. 42) Propõe, na mesma direção, uma postura ética e epistemológica para o trabalho de pesquisa, isto é, uma maneira de ver o outro como seu semelhante; o outro como alguém que pode ensinar. Nesse caminho teórico-metodológico, Schwartz ²³ desenvolve o *dispositivo dinâmico de 3 pólos* (DD3P), ao enxergar as limitações sócio-históricas do conceito de Oddone, o atualiza e o amplia; ao mesmo tempo, preserva o papel central que o trabalhador exerce na construção de saberes e na luta pela saúde.

Desta forma, as Comunidades Ampliadas de Pesquisa (CAPs) proposta pela equipe de pesquisadores que participaram do Programa de Formação assumem o papel de luta pela saúde herdada do MOI, incorporando as exigências éticas e epistemológicas salientadas por Schwartz ²³. É criada uma metodologia própria de ação, a partir das CAPs, onde é importante que os participantes sejam heterogêneos e que os encontros sejam regulares, ocorrendo depois da pesquisa de campo realizada pelos participantes do Programa de Formação. Esta ação concretiza uma aposta na potencialidade de luta desses trabalhadores pela saúde, a partir do diálogo-confrontação entre pesquisadores e trabalhadores.

O Programa de Formação foi, portanto, organizado em ciclos, com o intuito de multiplicação da proposta e a sua adequação à realidade de cada escola, onde a formação e a intervenção ocorrem a partir do diálogo-confronto entre o saber teórico e o saber da experiência dos trabalhadores, produzindo novos sentidos, maneiras de trabalhar e construindo alternativas para as situações que proporcionam adoecimento no trabalho.

O primeiro ciclo foi realizado em 2000 com a participação dos profissionais da pesquisa, sindicalistas e o conjunto de trabalhadoras de escola (professoras, diretoras, merendeiras, serventes, vigilantes), envolvendo duas fases:

I. Curso: princípio do processo contínuo do diálogo entre trabalhadores e pesquisadores. Possui como pontos centrais a geração de conhecimento e ações que busquem a transformações do cotidiano de trabalho escolar a partir da ampliação da capacidade de olhar e escutar seu entorno. Através do Caderno de Textos são apresentados alguns temas geradores ^{24,25} sobre o trabalho na escola e sua relação com a saúde constituindo um objeto de discussão e diálogo entre pesquisadores e trabalhadores de escolas. Os temas geradores são apresentados no decorrer do caderno sob forma de perguntas, a fim de preservar e alimentar a cadeia dialógica. Após esse momento inicial de intercâmbio entre conhecimentos, novas formas de olhar o trabalho e transformá-lo são possíveis, tanto para trabalhadores quanto para pesquisadores. Os textos tratam de sete temas:

- i. As CAPs.
- ii. Saúde, cadê você? Cadê você?
- iii. As relações de gênero e os mundos do trabalho
- iv. O trabalho na escola.
- v. Direção e gestão da escola e saúde/doença das trabalhadoras e trabalhadores de escolas.
- vi. Quando o trabalho na escola representa um risco para a saúde?

vii. Questionando a “readaptação” profissional.

II. Alternâncias: no primeiro momento, quando da realização do curso, há um debate sobre os focos escolhidos na CAP para serem estudados no exercício de campo. Os trabalhadores, divididos preferencialmente em duplas, retornam às suas escolas e investigam o cada um dos focos. No momento posterior, após a realização do exercício sobre cada um dos focos, as duplas levam os seus materiais encontrados para o debate com todos os participantes, pesquisadores e trabalhadores. Configura-se, portanto, um momento de reflexão e diálogo coletivo sobre as condições de vida e saúde no trabalho, bem como de validação das análises efetuadas, apostando-se na potencialidade da luta pela saúde desses trabalhadores, como também, fortalecendo-se o vínculo entre pesquisadores e trabalhadores, saber prático e teórico.

Soma-se ao material do Programa de Formação, um vídeo que ilustra e explica sua proposta, colocando, lado a lado, trabalhadores e pesquisadores.

Entende-se, portanto, que há uma aposta teórico-metodológica em uma formação para ação, em prol da luta pela sua saúde, nos próprios locais de trabalhos. Uma formação de novos olhares e sentidos sobre o próprio trabalho e o trabalho do colega, possibilitando ver novas maneiras de ser e de criar novos caminhos para trilhar no trabalho e na vida.

Podemos destacar ainda a ideia de constituição de observatórios sobre as relações entre saúde, gênero e trabalho nas escolas, que funcionariam como uma vitrine das condições de trabalho e saúde nas escolas. Nesses espaços, os trabalhadores poderiam tornar visíveis as relações de/com o trabalho, tornando-se um terreno propício para novas formulações de melhorias das situações de trabalho, munindo-os de fundamentos para a proposição de novas políticas públicas^{9,11}.

Dessa forma, segue-se o processo de multiplicação, construindo-se dispositivos de promoção de saúde e ampliando-se capacidade de conhecer para transformar.

1.2. O site *Encontros sobre Vida, Saúde e Trabalho nas Escolas – CAP Escola*

No senso comum a noção de virtual é associada à ausência de realidade. Muitas vezes também é empregada com o sentido de ilusão, irreal e imaginação. Está ligada, ainda, às atuais tecnologias de informação, com o uso do termo “mundo virtual”, na direção de um espaço de vida destacado do mundo “real”. O real está em conexão à ideia de possível e

concreto. Nessa direção, real e virtual se apresentam através de uma lógica dicotômica, se assemelhando somente na medida em que onde há virtual não há real e vice-versa.

Entretanto, Pierre Levy ²⁶ (p. 5) aposta nas diferentes concepções de virtual, desnaturalizando-o:

“A palavra virtual vem do Latim Medieval virtualis, derivado por sua vez de virtus, força, potência. Na filosofia escolástica, é virtual o que existe em potência e não em ato. (...) em termos rigorosamente filosóficos, o virtual não se opõe ao real, mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes”.

Por essa perspectiva, o virtual é um “nó de tendências” ²⁶ (p. 5). E através das tensões presentes em determinado contexto, cria-se uma resolução, atualizando o virtual. A partir daí, este último é nutrido de novas questões provocando o virtual a criar novas resoluções, e tornando-se atual novamente.

Essa dinâmica virtual → atual é chamada de “atualização”.

“A atualização aparece então como uma solução de um problema, uma solução que não estava contida previamente no enunciado. A atualização é criação, invenção de uma forma a partir de uma configuração dinâmica de forças e de finalidades. Acontece então algo mais que a dotação de realidade a um possível ou que uma escolha entre um conjunto predeterminado: uma produção de qualidades novas, uma transformação das ideias, um verdadeiro devir que alimenta de volta o virtual” ²⁶ (p. 6).

Desta forma, a ideia de virtual não está associada ao que é real ou não, mas sim ao atual. O real está em correspondência às possibilidades dentro do que já está estabelecido no próprio real.

Podemos considerar então o virtual como uma potência transformadora. Ao atualizar-se, a própria atualização acarreta novas questões que propõe ao virtual novas transformações do que foi atualizado. Essa dinâmica atual → virtual é chamada por Levy de “virtualização”. De acordo com o autor a virtualização não consiste em uma desrealização, mas numa transformação do instituído em um conjunto de possíveis. Essa dinâmica transformará o atual a partir das potencialidades presentes no virtual, ou seja, a partir da “virtualização”, o instituído encontrará consistência essencial num campo problemático e não nas soluções que esse campo produz.

Essa dinâmica apresentada pelo autor não diz respeito somente aos meios tecnológicos, mas é um movimento contínuo de criação da nossa espécie; aquilo que está na ordem do real/possível e na ordem da criação (atual/virtual).

Nessa direção, o *site Encontros sobre Vida, Saúde e Trabalho nas Escolas Públicas – CAP Escola* – hospedado na rede da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e disponível em <http://capescola.ensp.fiocruz.br>, visa a criação de um espaço de reflexão e debate sobre saúde, vida e trabalho em escolas públicas, envolvendo diversos atores: trabalhadores e trabalhadoras de escolas públicas, pesquisadores e veículos de informação^d. Simultaneamente, objetiva proporcionar a construção de novos sentidos e novas formas de lutas pela saúde no âmbito do trabalho escolar.

Ao entrar no *site* visualizamos alguns registros fotográficos dos encontros do Programa de Formação realizados em anos anteriores, como também situações de trabalho. Nessa página inicial temos uma breve apresentação do *site*, as notícias mais recentes do Observatório Geral, o último diálogo atualizado pela equipe e um vídeo sobre o programa – conteúdos que serão detalhados adiante.

No primeiro ambiente do menu temos o CAP Escola, onde se encontrará a apresentação e a proposta do *site*, os currículos da equipe que administra o *site* e algumas sugestões de leituras que ajudarão no esclarecimento e entendimento da relação entre trabalho e saúde na escola pública.

No segundo ambiente do menu encontra-se o Programa de Formação, aonde a proposta é descrita, assim como seu histórico no Estado do Rio de Janeiro e no Município de João Pessoa, junto aos materiais que foram utilizados e que poderão ser utilizados para a formação de novos trabalhadores. Os materiais disponibilizados são:

- Caderno de Método e Procedimentos, cujo conteúdo trata da metodologia do Programa de Formação, da escolha dos temas para debate e modelos/exemplos norteadores para a realização do curso;
- Caderno de Textos, que reúne temas com o intuito de subsidiar o debate de ideias e conceitos trazidos pelos trabalhadores e pesquisadores, no primeiro momento do programa, com a perspectiva de construção de novos saberes e ações sobre o trabalho na escola, a partir da constituição de uma CAP. Ao final da leitura, é possível responder às questões presentes em cada texto do caderno, ou seja, os trabalhadores podem dar sua visão sobre as temáticas abordadas;

^d Ver Jobim & Souza ²⁷.

- Caderno de Relatos de Experiências é constituído por textos elaborados pelos próprios trabalhadores de escola que participaram do Programa de Formação. Após o confronto entre saberes da experiência, do trabalho de campo e do saber científico, foi possível, a partir da elaboração desses textos, dar visibilidade as experiências vividas por esses trabalhadores, tornando-os também formadores, com seus exemplos da luta pela saúde do ambiente da escola pública brasileira.

Ainda nesse ambiente são disponibilizados alguns diálogos extraídos dos encontros do Programa de Formação que ilustram como muitos sentidos sobre o trabalho realizado por determinado trabalhador podem ser modificados coletivamente a partir de conversas/debates que tratam da atividade de trabalho.

O terceiro ambiente remete ao Observatório Geral. Nesse espaço são publicados materiais relacionados a iniciativas sindicais; políticas e ações governamentais; eventos relativos à escola pública; atividades acadêmicas; reportagens e textos publicados em jornais e revistas; análises de conjuntura; além de comunicações enviadas pelos trabalhadores e informes da equipe moderadora do *site*. O material veiculado nesse espaço é fruto de um sistemático^e mapeamento realizado pelos membros da equipe que estão à frente de sua administração. Vale ressaltar de antemão que as produções discursivas decorrente desse mapeamento foram objeto de nossa análise nessa pesquisa.

O quarto ambiente apresenta os Membros da CAP – Fórum. Neste ambiente os trabalhadores que já participaram do Programa de Formação são convidados a se encontrarem novamente para debater sobre os temas propostos por eles e pela equipe que administra o *site* no fórum.

Inicialmente foram sugeridos os seguintes temas:

- Ações e invenções cotidianas para promoção da saúde;
- Olhando para o espaço da escola e seu entorno;
- Sinais de mal-estar... e formas de lidar com eles;
- A dor e o prazer de trabalhar em escola pública;
- Outros temas?

Em Ações e Invenções Cotidianas para Promoção da Saúde, o membro é convidado a escrever sobre as iniciativas e estratégias adotadas para que o trabalho exercido nas escolas torne-se um aliado da saúde ou, ao menos, seja menos nocivo. Incluem movimentos

^e Ver CAPITULO 3.

reivindicativos, encaminhamentos junto às direções, ajudas mútuas, invenções coletivas, soluções individuais, etc.

Em Olhando para o Espaço da Escola e seu Entorno, o membro poderá escrever sobre as condições materiais de trabalho, o espaço de cada escola, se são adequados ou não, se existem ou não e o que poderia ser feito para melhorá-los ou aproveitá-los de outra maneira.

Já em Sinais de Mal-estar...e Formas de Lidar com Eles, os trabalhadores que passaram pelo Programa de Formação poderão debater sobre todo tipo de mal-estar, sobre os adoecimentos, os afastamentos e as readaptações por motivo de saúde, assim como sobre as formas de tratamento ou dificuldades de acesso aos serviços de saúde.

Em A Dor e o Prazer de Trabalhar em Escola Pública, o participante do fórum poderá descrever sua vivência subjetiva no trabalho: aquilo que faz bem, aquilo que dá prazer ou que o faz sofrer, como lida com o sofrimento, as defesas que utilizam.

A partir desse *link*, é possível ter acesso a outro espaço chamado CAP. Nesse espaço é apresentado de forma breve um dos conceitos centrais do Programa de Formação.

O quinto ambiente consiste em contribuições. Nesse ambiente são disponibilizados materiais produzidos pela equipe para o Programa de Formação e a partir dele. São informados livros, teses, artigos, monografias e dissertações. Da mesma forma, trabalhos de outros pesquisadores sobre a temática também fazem parte desse espaço.

O sexto ambiente compõe o ambiente de imagens. Esse espaço é reservado aos registros fotográficos de situações de trabalho e de atividades realizadas a partir do Programa de Formação.

Por último, é possível estabelecer contato com a equipe que administra o *site*, enviando contribuições para aprimorá-lo, opinião, sugestões e críticas. É um canal aberto e direto entre equipe e participantes.

CAPÍTULO 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo faremos a apresentação de algumas contribuições teóricas da psicodinâmica do trabalho, dos estudos da linguagem e da perspectiva ergológica que subsidiaram o desenvolvimento do nosso estudo acerca da circulação de sentidos em produções discursivas a respeito do trabalho e da saúde de professores de escolas públicas.

2.1. A psicodinâmica do trabalho, a produção de sentido e a Dinâmica de Reconhecimento

As primeiras fases da Psicodinâmica do Trabalho, ainda denominada de Psicopatologia do Trabalho, voltavam-se para uma clínica das afeções mentais decorrentes do cotidiano de trabalho, mediante uma lógica de causa (organização de trabalho) e efeito (saúde). A ideia vigente era de que o trabalho “era uma desgraça socialmente produzida” e de que o indivíduo era uma vítima desta desgraça. A complexidade de fatores presentes na relação homem-trabalho era, portanto, percebida de forma mecanicista, de acordo com a qual determinada situação implicaria em certos tipos de patologias ^{28,29}.

A corrente da Psicopatologia do Trabalho, empregada e desenvolvida por Dejours e seu grupo de pesquisa em meados da década de 1970, elaborou conceitos muito importantes, na medida em que, paulatinamente, rompia-se com a visão “impactológica”/causalista que procurava detectar a doença mental caracterizada ¹⁰.

Mais tarde, diante das enormes sujeições e constrangimentos que a organização de trabalho^f impõe aos trabalhadores, chamou a atenção de Dejours & Aboucheli ³⁰ e Dejours ³¹ que esses trabalhadores desenvolvem defesas contra essas pressões psíquicas. A normalidade passa a se constituir, portanto, como um enigma, ponto central de suas investigações e análises. Normalidade que é vista pelos autores como um equilíbrio instável, precário, entre o sofrimento, proveniente das formas de organização do trabalho, e as defesas contra este sofrimento ^{19,32}.

Assim:

“O sofrimento será concebido como a vivência subjetiva intermediária entre doença mental descompensada e o conforto (ou

^fA organização de trabalho concerne à divisão do trabalho (tarefa) e à divisão de homens (responsabilidades) ³⁰.

bem-estar) psíquico. Se a doença mental é fácil de definir, o bem-estar ou boa saúde mental é mais difícil de compreender. Trata-se sobretudo de uma noção limite que constitui uma espécie de horizonte, de ponto de fuga, ideal, jamais verdadeiramente atingido... (será um) novo enfoque da saúde”³⁰ (p. 127).

2.1.1. O trabalho entre o sofrimento e o prazer

Apresentou-se um quadro em que os trabalhadores não se mostravam passivos ante os constrangimentos providos pela organização de trabalho, já que desenvolviam sistemas defensivos, individuais e, fundamentalmente, coletivos, como forma de se protegerem do sofrimento e até mesmo de possíveis processos de adoecimento; um papel de luta incessante pela manutenção da saúde. Portanto:

“O sofrimento não é apenas uma consequência última da relação com o real; ele é ao mesmo tempo proteção da subjetividade com relação ao mundo, na busca de meios para agir sobre o mundo, visando transformar este sofrimento e encontrar a via que permita superar a resistência do real. Assim, o sofrimento é, ao mesmo tempo, impressão subjetiva do mundo e origem do movimento de conquista do mundo”³¹ (p. 28).

A construção dos sistemas defensivos coletivos tem por objetivo a diminuição da percepção da intensidade dos constrangimentos decorrentes da organização de trabalho que produzem sofrimento. Será na psicodinâmica de luta para não sucumbir ao sofrimento inerente ao trabalho, que a transformação desse sofrimento em prazer será desenvolvida. Se há prazer no trabalho, “o prazer só pode advir do ganho obtido no trabalho justamente no registro da construção da identidade e da realização de si mesmo”³³ (p. 261).

Em 1990, Dejours denomina essa nova fase de Psicodinâmica do Trabalho, que se define como a “análise psicodinâmica dos processos intersubjetivos mobilizados pelas situações de trabalho”²⁸ (p. 51). Esta rompe barreiras epistêmicas e articula conceitos provenientes da sociologia e da ergonomia da atividade, por exemplo^{28,29}.

Mas que trabalho é esse? O autor considera a noção de trabalho de Davezies, definida como “a atividade manifestada por homens e mulheres para realizar o que ainda não está prescrito pela organização de trabalho” (Davezies, 1991 *apud* Dejours²⁸, p. 67). Logo, para Dejours, todo trabalho é um trabalho de concepção fundamentalmente humana. Em suas palavras: “o trabalho é por definição, humano, uma vez que é mobilizado justamente ali onde

a ordem tecnológica-maquinal é insuficiente”²⁸ (p. 67). E por ser um ato de concepção e criação é considerada uma “atividade subjetivante”, já que implica um engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar, de construir sentidos e de reagir às situações, é o poder de sentir, de pensar e de inventar, etc. Ademais, também é uma forma de relação social, sob a faceta de desigualdade, de poder e de dominação. *“Trabalhar é engajar sua subjetividade num mundo hierarquizado, ordenado e coercitivo, perpassado pela luta para a dominação”*³¹ (p. 31).

A constatação, pela psicodinâmica do trabalho, do intervalo irreduzível entre o trabalho prescrito (tarefa) e o trabalho real (atividade), contribuição original da ergonomia da atividade^{34,35,36,37}, deu novos rumos às pesquisas realizadas. Foi possível perceber que as situações de trabalho são mais complexas do que aparentam e que demandam do trabalhador algo a mais do que simplesmente possuir um conhecimento técnico para a realização da tarefa. A técnica, de acordo com Dejours^{28,33}, é um cenário de luta entre ordem e desordem. Nesta direção, *“a psicodinâmica do trabalho tem por objeto os processos intersubjetivos que tornam possível a gestão social das interpretações do trabalho pelos indivíduos – criadoras de atividades, de saber-fazer e modos operatórios novos”*²⁸ (p. 66).

Como sinalizam Dessors & Schram:

“(...) a organização do trabalho não é absolutamente absorvida pelos assalariados (...); todos os preceitos são reinterpretados e reconstruídos: a organização real do trabalho não é uma organização prescrita. Não é jamais: é impossível prever tudo e ter o domínio sobre todo [antecipadamente ao trabalho]. Mas a distância entre a organização prescrita e a real não tem sempre a mesma sorte: ora é tolerante, oferece margem à liberdade criadora; ora é restrita, e os assalariados recebem ser surpreendidos cometendo erros. O mais comum é que seja simultaneamente uma e outra, tolerante ali onde o ganho é visível, restrita lá, quando se observa como capaz de regular a desobediência e a fraude” (Dessors & Schram, 1992 *apud* Dejours²⁸, p. 64).

Ou seja, caso o conjunto de normas prescritas venha a serem cumpridas integralmente, estas normas podem, inclusive, tornar impossível a execução do trabalho, já que impossibilitam a interpretação e apropriação da tarefa. Assim se mostra para os sujeitos o “real do trabalho”, a resistência do mundo à técnica, aos procedimentos, às prescrições e previsões sobre os objetivos a serem cumpridos. O trabalho será o preenchimento dessa lacuna entre o prescrito e o real. Assim, para que o trabalho aconteça,

“(...) os trabalhadores constroem verdadeiras ‘regras de trabalho’ ou de ‘ofício’ que não estão de acordo com a organização do trabalho oficial. Não se trata mais apenas de macetes, de truques e habilidades pontuais ou isoladas, mas de uma articulação coerente entre elas, cuja soma conduz à elaboração de verdadeiros princípios reguladores para a ação e para gestão das dificuldades ordinárias e extraordinárias observadas no curso do trabalho. Essas regras são produzidas pelo coletivo de trabalho e dão lugar a conflitos, litígios e arbitragens que atrapalham a evolução das relações sociais de trabalho e têm um impacto até na própria organização técnica do trabalho” (Cruz, 1988 apud Dejours & Abdoucheli ³⁰, p. 133).

E essa interpretação e criação a partir das situações de trabalho só são possíveis através:

“de condições muito particulares de concordância entre o teatro real do trabalho e o teatro interno dos fantasmas da história singular (...) [sendo] necessário que a tarefa tenha um sentido para o sujeito, tendo em vista sua história singular. (...) Essas condições psicoafetivas foram tematizadas com o nome de ‘ressonância simbólica’ entre teatro da situação de trabalho atual e o teatro interno herdado do passado” ³⁰ (p. 134).

Com isso, de acordo com a psicodinâmica do trabalho, para que o trabalho possa ser realizado e não se torne nocivo à saúde, são necessários a presença de alguns fatores, tais como as relações de Cooperação e Confiança, Mobilização Subjetiva e Reconhecimento do Trabalho realizado. De acordo com Dejours ²⁸, é importante destacar a diferença entre a Coordenação, que remete a *“assegurar condições lógicas e condições subjetivas de uma articulação conquistadas nas atividades singulares”* ²⁸ (p. 69), e a Cooperação, que concerne à vontade que as pessoas possuem de trabalharem juntas e de superarem coletivamente as contradições que surgem na própria natureza da organização de trabalho. A Cooperação está ligada à liberdade do trabalhador em tornar a sua tarefa em trabalho a partir do momento que existe um desejo em participar, portanto não podendo ser prescrito. Para que o processo de trabalho se realize é preciso que haja uma relação estreita entre Coordenação e Cooperação.

“À coordenação (prescrita), os trabalhadores respondem com a cooperação (efetiva). Entre as duas se interpõe uma série complexa de iniciativas que, quando é eficiente, resulta na formação de ‘regras de ofício’, (...) Chegar a este resultado supõe que cada trabalhador, individualmente, se envolva no debate coletivo para nele dar

*testemunho de sua experiência, esforçando-se para tornar visíveis e inteligíveis suas contribuições, seu saber-fazer, suas habilidades, seus modos operatórios”*³¹ (p. 32).

Para que essa ocorra, é imprescindível que existam relações de confiança entre os indivíduos de maneira horizontal e vertical, ou seja, entre os colegas e também entre subordinados e as chefias. Para Dejours^{18,28}, as relações de confiança não estariam na ordem do afetivo, mas na ordem deontológica, isto é, das condições éticas que permeiam a organização de trabalho, possibilitando a criação e a institucionalização de regras pelo coletivo.

*“Isto tem a ver com o fato de que trabalhar não é unicamente produzir: é, também, e sempre, viver junto. E o viver junto não é algo evidente; ele supõe a mobilização da vontade dos trabalhadores visando conjurar a violência nos litígios ou os conflitos que podem nascer de desacordos entre as partes sobre as maneiras de trabalhar”*³¹ (p. 32).

Quanto à dimensão da mobilização subjetiva, Dejours & Abdoucheli sinalizam que são os movimentos subjetivos que fazem com que o trabalhador produza sentido sobre seu trabalho. Realizando-se através de uma situação de trabalho que se encaixa, fazendo ressonância com as experiências passadas e as expectativas do trabalhador^{17,18,28,30,33}.

*“...é na possibilidade de deslocar os constrangimentos, os limites do real por estratégias, pela mobilização da inteligência, é justamente aí, que a saúde e o prazer podem ser conquistados, mesmo que de forma instável. A saúde e o prazer estão sempre por ser conquistados, não são jamais definitivamente adquiridos. Paixão e prazer são relegados à esperança de uma melhora”*¹⁷ (p. 352).

Inteligência que se inscreve no corpo para a realização do trabalho, construindo uma temporalidade diferenciada e única para a elaboração da tarefa. Ela se constitui numa experiência corporal, que não funciona sob uma lógica racionalista, por isso proporciona acesso a faceta invisível da atividade, contida no intervalo irreduzível entre o prescrito e o real (trabalho). A inteligência prática se vale primeiramente do que fazemos, da experiência do corpo do trabalhador, transpondo as inúmeras variáveis contidas no real para a realização da tarefa.

Essa inteligência prática não se apresenta apenas no “fazer” do trabalho, mas no cotidiano da vida. Vejamos que ao dirigirmos um automóvel pela primeira vez, ficamos atentos aos procedimentos necessários para que a atividade de direção automotiva possa ser realizada com sucesso. No decorrer deste processo, vamos inserindo nossa própria maneira de conduzir o automóvel, a partir da subversão dos procedimentos. Formamos um corpo a partir dessa experiência e o dirigimos de maneira singular. Lembrando que, ao mesmo tempo em que dirigimos de uma maneira “só nossa”, essa terá que estar de acordo com a maneira de dirigir de uma determinada comunidade.

Analogamente, nos ambiente de trabalho (onde as prescrições não conseguem dar conta do real do trabalho), ficamos mobilizados a utilizar nossa inteligência prática para criar novas maneiras de executar a atividade gastando a menor quantidade de energia possível. De acordo com Dejours ^{17,18,31,38}, essa mobilização da inteligência prática é uma característica pulsional a todos os sujeitos, isto é, dentro circunstâncias favoráveis como a existência de prescrições, transparência junto ao coletivo, reconhecimento e o contexto diacrônico, maneira pela qual a situação atual de trabalho tem lugar na história singular em função do sentido que tal situação adquire na biografia de cada um.

2.1.2. Dinâmica de reconhecimento e os sentidos do trabalho

No que diz respeito à dinâmica de reconhecimento, é possível afirmar que ela é de natureza simbólica, sendo um:

“reconhecimento da legitimidade da escolha, reconhecimento do mérito do sujeito e reconhecimento da qualidade final do trabalho. Não se trata aqui de um reconhecimento material ou de uma indenização em forma de prêmio, ainda que estes últimos possam vir a acentuar ou a reforçar os primeiros”. ³⁸ (p. 298)

Ao mesmo tempo, a dinâmica de reconhecimento possui como um elemento central as expectativas subjetivas do trabalhador em relação ao trabalho. Essas expectativas são conferidas através da história de vida do próprio trabalhador, em ressonância com o trabalho, atribuindo ao reconhecimento um caráter singular.

O reconhecimento pode ser de constatação, conhecimento da contribuição do trabalho realizado na perspectiva do real do trabalho. Isto é, considerando a defasagem entre o prescrito e o real, é o momento em que o trabalho real (que possui a invisibilidade, como

característica) ganhará visibilidade dentro da organização de trabalho, é a constatação do caráter humano do trabalho. E, de gratidão, relativa à contribuição dada pelos trabalhadores à organização de trabalho, mas que só ocorre esporadicamente. Esse reconhecimento simbólico passa pelo julgamento do trabalho realizado, isto é, o que é julgado não é a pessoa, o trabalhador, mas aquilo que foi concebido por ele.

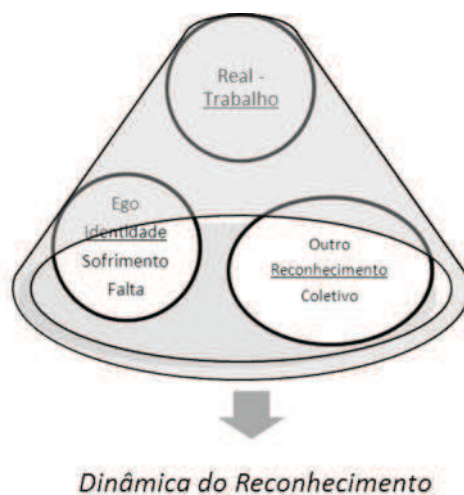
De acordo com Dejours^{18,28,33,39}, o julgamento pode ser classificado de duas maneiras:

- **Utilidade:** julgamento sobre a utilidade social ou produtiva da conduta do trabalhador. Trata-se do reconhecimento, por parte da direção, e eventualmente dos clientes, dos méritos do trabalhador quanto aos riscos que ele correu para atingir os objetivos, das condições difíceis de seu trabalho. Esse julgamento será pautado em relação aos critérios de valores sociais e da organização de trabalho, o que Dejours coloca como “atividade socialmente valorizada”. Atividade socialmente valorizada supõe o julgamento do outro sobre aquilo que estamos fazendo. Este julgamento traz, por sua vez, uma apreciação da legitimidade dessa atividade em relação às regras do trabalho, a uma técnica, objeto do consenso no âmbito do coletivo. Traz ainda uma apreciação de utilidade técnica, social e econômica.
- **Beleza:** existem certamente várias maneiras de proceder para executar uma mesma tarefa ou alcançar um mesmo objetivo, assim, será o conjunto de elegância, rigor e a engenhosidade conferida pelo trabalhador àquela atividade que será julgada. Somente os colegas, os pares, os companheiros de trabalho, é que podem assinalar e comentar essas particularidades, pois conhecem “a melhor maneira” de realizar a tarefa. Por esse motivo, esse julgamento tende a ser mais rigoroso. Para Dejours³⁸ (p. 299):

“Este reconhecimento é capital no registro da identidade do sujeito, na medida em que ele se situa num contexto social e coletivo: o da comunidade dos que pertencem a um grupo. O termo que importa aqui é o pertencer. O pertencer realiza, de certa forma, a socialização da identidade. Fora da questão do reconhecimento por seus pares, o julgamento de beleza pode também sancionar as diferenças irreduzíveis, mas compatíveis com o pertencer. Trata-se então de um julgamento sobre a originalidade, que só pode ser reconhecida, afinal de contas, por aqueles que possuem competência na matéria, ou seja, mais uma vez aqui, pelos próprios pares. A originalidade reconhecida está de certo modo encadeada ao processo de reconhecimento da identidade. (grifos nossos).

Para discutir a dinâmica do reconhecimento, Dejours^{28,33} utiliza-se de um esquema^g baseado em Sigaut (Figura 1).

Figura 1 Elementos da dinâmica de reconhecimento, com base no Esquema de Sigaut.



A conquista da identidade pelo trabalhador, no campo social, como dissemos anteriormente, é mediada pelo olhar do outro. Esse reconhecimento vai ao encontro tanto das expectativas subjetivas e como da realização de si. Ou seja, “*O reconhecimento traz também um benefício no registro da identidade, isto é, naquilo que torna este trabalhador um sujeito único, sem nenhum igual*”³⁰ (p. 135). Será a conquista de uma identidade no campo social que contribuirá para a manutenção da saúde mental. A partir do encontro das potencialidades e investimentos do trabalhador, junto à realização da atividade e o reconhecimento de seu trabalho é que será possível que os sentidos sobre a atividade se estabeleçam. Dessa forma, pode haver a transformação do sofrimento em prazer.

Uma das condições psicológicas e sociais que articuladamente possibilitam aos trabalhadores subverterem o sofrimento em criatividade, por meio da mobilização da inteligência prática (astuciosa), diz respeito aos processos de *ressonância simbólica* (termo concebido pela psicanálise), já que será através do trabalho que o sujeito irá reviver as questões herdadas do seu passado afetivo^{17,18,28,30,31,33}.

“A ressonância simbólica surge portanto como condição necessária para a articulação bem-sucedida da diacronia singular com a

^gO esquema aqui apresentado não é uma reprodução, mas uma adaptação feita a partir de Dejours.

sincronia coletiva. Este ponto é essencial, pois, face à produtividade e à qualidade do trabalho, a ressonância simbólica permite que o trabalho se beneficie do extraordinário poder que lhe é conferido pela mobilização dos processos psíquicos que partem do inconsciente e se atualizam em inteligência artilosa. A ressonância simbólica é, de certa forma, uma condição para a reconciliação do inconsciente com os objetivos da produção”³⁸ (p.293).

Com isso, podemos afirmar que a dinâmica de reconhecimento se apresenta de forma fundamental para a constituição da identidade dos sujeitos, assim como para a manutenção, ou não, de sua saúde mental.

“É o reconhecimento, cuja natureza tem forte componente simbólico, que possibilitará a construção por parte dos sujeitos do sentido no trabalho. Essa construção de sentido é intensamente atravessada pela possibilidade de a situação atual de trabalho fazer eco (ressonância simbólica) na história pessoal e nas expectativas atuais de cada um”¹⁰ (p. 35).

Para tanto, um coletivo muito deteriorado ou até a sua inexistência poderá comprometer seriamente a dinâmica de reconhecimento e a mobilização subjetiva do trabalhador. Destacamos, assim, a qualidade das relações do coletivo do trabalho, já que é a partir da construção de relações de confiança, que se favorece a mobilização da inteligência artilosa. Sem essa mobilização, o que resta ao trabalhador é o sofrimento e/ou adoecimento, pois a transformação do sofrimento em prazer, a construção da identidade e do pertencimento, estarão estagnadas. Poderíamos afirmar, portanto, que a transformação do sofrimento em criatividade implica a manutenção de um espaço público, espaço coletivo nos locais de trabalho.

“Nesta concepção, articulado à ressonância simbólica, o espaço público interno de discussão é visto como fundamental para o processo que permite transformar o sofrimento em criatividade, com ganhos significativos para a produtividade e qualidade do trabalho - ao mesmo tempo em que esta é uma condição do prazer no trabalho, da identidade e saúde mental”²⁹ (p. 102).

Logo, coloca-se como fundamental a existência efetiva de um coletivo de trabalho para que a dinâmica de reconhecimento ocorra,

*“se o reconhecimento e a validação social desse fazer são também capitalizados pelo sujeito no registro do ser da identidade é, contudo, o reconhecimento de seus pares que confere ao sujeito que é julgado, o sentimento de pertencimento a um coletivo ou a uma comunidade de trabalho, efetivando, assim, a socialização da identidade”*¹⁹ (p. 36-7).

Vale ainda destacar que para Dejours¹⁷ (p. 358), *“o salário recebido representa não apenas um componente essencial para o nível de vida, mas ainda um reconhecimento simbólico do trabalho efetuado”*. Podendo residir em uma retribuição de ordem material um forte componente simbólico de reconhecimento.

A partir das contribuições da psicodinâmica do trabalho, é possível que novos sentidos sejam atribuídos ao seu trabalho, sendo, assim, articulados à saúde mental e à constituição da identidade do trabalhador. Ou seja, é a partir da transformação dos constrangimentos provenientes das situações laborais – sofrimento – por meio do reconhecimento, que será possível atribuir sentido à atividade de trabalho. Assinalando que este sentido nunca será dado *a priori*. Caso o sujeito se depare com uma nova tarefa nunca antes pensada, ele irá procurar atribuir sentido a ela, transformando-a em um projeto de trabalho “seu”. O reconhecimento apontará para qual sentido o seu sofrimento irá tomar. Conforme Neves et al.¹⁹ (p. 37-8), *“forma possível de subverter esse sofrimento será dar sentido e reconhecimento ao trabalho realizado”*. Dessa forma, entendemos que *“o trabalho sempre coloca à prova a subjetividade, da qual esta última sai acrescentada, enaltecida, ou ao contrário, diminuída, mortificada”*³¹ (p. 30).

2.2. Circulação de sentido e linguagem

Explicitamos anteriormente um percurso de reflexões que, rejeitando a existência de uma estabilidade prévia para os sentidos, se propõe a discutir os fatores em jogo no processo de atribuição de significação ao trabalho. Neste item, apresentamos ao leitor elementos de uma concepção de produção de efeitos de sentidos a partir da articulação entre linguagem, história e sujeito.

2.2.1. Compreensão bakhtiniana da linguagem

A afirmação de uma concepção de linguagem centrada na interação verbal, situada sócio-historicamente se sustenta, em grande medida, nas propostas do círculo de Bakhtin e sua

influência nas ciências humanas. O referido círculo propunha uma perspectiva que aposta na “indissolúvel relação existente” entre linguagem, história e sujeito^{40,41}.

Em *Problemas da Poética de Dostoiévsky*, Bakhtin afirma que o discurso é concreto e vivo, criticando vertentes que enxergavam o discurso de forma abstrata/ideal⁴⁰. Propôs a construção de uma disciplina que abarcasse essa nova maneira de concebê-lo: a metalinguística. Ela teria como objeto aquilo que escapava aos estudos tradicionais da linguística da época: as relações dialógicas^h da linguagem, “a vida da linguagem”.

O círculo de Bakhtin se caracterizou por enfrentar a complexidade presente nos discursos, isto é, enxergando a “vida” presente na linguagem. Bakhtin visava, juntamente com as relações lógicas e concretas da semântica, uma compreensão ampliada do discurso, isto é, uma compreensão que se aproximasse da prática viva da comunicação. “*O enfrentamento Bakhtiano da linguagem leva em conta, portanto, as particularidades discursivas que apontam para contextos mais amplos, para um extralingüísticoⁱ ai incluídos*”⁴⁰ (p. 13).

É importante lembrar que o círculo de Bakhtin fazia uma interlocução direta com o pensamento Saussureano. Bakhtin⁴² (p. 103) cita as características dessa perspectiva em comparação a sua:

- “1. Nas formas linguísticas, o fator normativo e estável prevalece sobre o caráter mutável.
2. O abstrato prevalece sobre o concreto.
3. O sistema abstrato prevalece sobre a verdade histórica.
4. As formas dos elementos prevalecem sobre as do conjunto.
5. A reificação do elemento linguístico isolado substitui a dinâmica da fala.
6. Univocidade da palavra mais do que polissemia e plurivalência vivas.
7. Representação da linguagem como um produto acabado, que se transmite de geração a geração.
8. Incapacidade de compreender o processo gerativo interno da língua”.

Os representantes da orientação abstrata acentuam constantemente que o sistema linguístico é constituído de um fato objetivo e independente da consciência, reforçando o dualismo exterior/interior e aumentando a distância entre linguagem e comunicação cotidiana.

^h Nos debruçaremos, mais adiante, sobre a concepção dialógica da linguagem proposta por Bakhtin.

ⁱ Extralingüístico: relações dialógicas, aquelas que mesmo “dentro” do discurso dizem respeito ao que está fora do respectivo discurso. Contexto, dialogismo.

O interessante da perspectiva de Bakhtin ^{42,43} é que ela respeita e considera a heterogeneidade constitutiva do seu objeto; desta maneira, não aprisiona o discurso em fórmulas e correlações pré-estabelecidas. Pretende, a partir da própria compreensão analítica, estabelecer articulações de concepção, sentido e comunicação do ponto de vista dialógico. Por isso, é assegurado que “*não há categorias a priori, aplicáveis de forma mecânica a textos e discursos, com finalidade de compreender formas de produção de sentido num dado discurso, numa dada obra, num dado texto*” ⁴⁰ (p. 14).

No final da década de 1970, por meio da tradução francesa de *Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem* – obra originalmente publicada em 1929, em russo – é que o ocidente pôde ter contato com uma nova concepção de linguagem elaborada pelo círculo de Bakhtin e seus estudos. Naquela época, os estudos da linguagem estavam divididos entre: poética sociológica (estudos de conteúdo) e pelo formalismo (estudos estruturais) ⁴⁰.

De acordo com Brait ⁴⁰ (p. 22-3):

“...o pensamento Bakhtiniano presente nesta obra ofereceu a ocasião de um salto qualitativo no sentido de observar a linguagem não apenas no que ela tem de sistemático, abstrato, inacessível, ou, por outro lado, no que de fato tem de individual e absolutamente variável e criativo, mas observá-lo em uso, na combinatória dessas duas dimensões com uma forma de conhecer o ser humano, suas atividades, sua condições de sujeito múltiplo, sua inserção na história, no social, no cultural pela linguagem, pelas linguagens”.

A língua para quem fala, de acordo com o essa perspectiva, não se apresenta como um sistema de formas normativas. “*O sistema linguístico é o produto de uma reflexão sobre a língua, reflexão que não procede da consciência do locutor nativo e que não serve aos propósitos imediatos da comunicação*” ⁴² (p. 92). A função central da linguagem não é simplesmente expressar algo, “mandar um recado” ou transmitir uma mensagem. A comunicação se dará efetivamente através do fenômeno social da “interação verbal”:

“realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (...) A comunicação verbal não poderá jamais ser compreendida e explicada fora desse vínculo com a situação concreta. A comunicação verbal entrelaça-se inextricavelmente aos outros tipos de comunicação e cresce com eles sobre o terreno comum da situação de produção” ⁴² (p. 123).

2.2.2. Gêneros do Discurso

Outro conceito que nos ajuda na compreensão de sentidos é o de “Gêneros do Discurso”. Cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação e cada forma de discurso social corresponde um grupo de tema, os quais darão origem aos Gêneros dos Discursos. “*A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável...*”⁴³ (p. 280). Ela vai se diferenciando e ampliando à medida que a própria interação se desenvolve e fica mais complexa. Esse conceito na elaboração e no entendimento da contribuição do círculo de Bakhtin da linguagem, assim como o dialogismo, proporciona a clarificação da concepção de materialidade discursiva presente nessa perspectiva. Entendemos que:

*“a influência poderosa que exerce a organização hierarquizada das relações sociais sobre as formas de enunciação. O respeito às regras de ‘etiqueta’, do bem-estar e as demais formas de adaptação da enunciação à organização hierarquizada da sociedade têm uma importância imensa no processo de explicitação dos principais modos de comportamento”*⁴² (p. 43).

Como já apresentamos, a compreensão que cada um de nós tem da língua não está dirigida para a identificação das regras que regem a língua, mas para apreciação de sua qualidade textual, pois, mesmo sabendo que gramaticamente um enunciado não está correto, o compreendemos. De imediato, são os critérios contidos nos Gêneros, que possibilitarão incluir a utilização de um determinado tom e tudo o que é extraverbal dentro do contexto enunciativo. “*A situação e os participantes mais imediatos determinam a forma e o estilo ocasionais da enunciação*”⁴² (p. 114).

Toda palavra comporta duas faces. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Ela transporta a expressão de um em relação ao outro.

*“As pessoas não trocam orações, assim como não trocam palavra ou combinações de palavras, trocam enunciados constituídos com a ajuda de unidades da língua – palavras, combinações de palavras, orações; mesmo assim, nada impede que o enunciado seja constituído de uma única oração, ou de uma única palavra, por assim dizer, de uma única unidade de fala (o que acontece sobretudo na réplica do diálogo), mas não é isso que converterá uma unidade da língua numa unidade da comunicação verbal”*⁴³ (p. 297).

A compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude responsiva ativa. Toda compreensão contém resposta “*forçosamente a produz: o ouvinte torna-se locutor*”⁴³ (p. 290).

Cada um dos Gêneros do Discurso, em cada uma das áreas da comunicação verbal tem sua concepção padrão do destinatário, que determina qual Gênero utilizar. Isto é, enquanto elaboro meu enunciado, tendo a determinar essa resposta para ele. Enquanto falo, sempre levo em conta a maneira a qual minha fala será recebida: o grau de informação que ele tem da situação, seus conhecimentos especializados na área determinada de comunicação cultural, suas opiniões e suas convicções, seus preconceitos, suas simpatias e antipatias, etc. Esses fatores determinarão a escolha dos recursos linguísticos, ou seja, o estilo do meu enunciado^{42,44}.

Em qualquer enunciado, captamos, compreendemos e sentimos o intuito discursivo do locutor.

*“O intuito, o elemento subjetivo do enunciado, entra em combinação com o objeto do sentido – objetivo – para formar uma unidade indissolúvel, que ele limita, vincula à situação concreta (única) da comunicação verbal, marcada pelas circunstâncias individuais, pelos parceiros individualizados e suas intervenções anteriores: seus enunciados. É por isso que os parceiros diretamente implicados numa comunicação, conhecedores da situação e dos enunciados anteriores, captam com facilidade e prontidão o intuito discursivo, o querer-dizer do locutor, e, às primeiras palavras do discurso, percebem o todo de um enunciado em processo de desenvolvimento”*⁴³ (p. 300).

O que o locutor quer dizer se realiza acima de tudo “na escolha de um Gênero do Discurso”. Para falar, utilizamo-nos sempre dos gêneros do discurso, em outras palavras, todos nossos enunciados dispõem de uma “forma padrão” e relativamente estável de “estruturação de um todo”. “*Esses gêneros do discurso nos são dados quase como nos é dada a língua materna, que dominamos com facilidade antes mesmo que lhe estudemos a gramática*”⁴³ (p. 301). Os Gêneros do Discurso são, em comparação com as outras formas da língua, muito mais fáceis de combinar, mais ágeis. Entretanto, o indivíduo falante não os inventa, os Gêneros lhe são dados socialmente.

Bakhtin afirma que a variedade dos Gêneros do Discurso pode revelar a variedade dos estratos sociais e dos aspectos da personalidade individual.

De maneira dialética, a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua. Os Gêneros do Discurso são as correias de transmissão que levam a história da sociedade à história da língua através dos enunciados – unidade real da comunicação verbal.

2.2.3. O sujeito em Bakhtin

Bakhtin ao propor uma nova disciplina de investigação da linguagem e das ciências humanas, afirmava uma maneira distinta de pensar o sujeito. Enxergava o sujeito como um agente de mudança de seu mundo, e não um ser passivo. Um sujeito dialético e histórico, opondo-se à concepção dualista e objetivista de conhecer o mundo e que considerava como característica fundamental do sujeito o conhecimento.

*“Repensar a noção de sujeito e, por extensão, redefinir as condições nas quais se dá a circulação de sentidos significa acima de tudo desconstruir um sujeito visto como essência última da individualização, como elemento unificador de estados de consciência; significa ainda desfazer todo um modo de pensar nossa relação com a linguagem, que vem se alimentando de uma ótica binária, a exemplo de oposições como sujeito X objeto, consciência X mundo, corpo X alma, individual X social; significa, portanto, desnaturalizar tais polarizações, investigando-se as condições de existência de diferentes formas-sujeito constituídas historicamente”*⁴⁵ (p. 208-9).

A teoria/análise do discurso não busca “*aplicar conceitos a fim de compreender um discurso, mas deixar que os discursos revelem sua forma de produzir sentido, a partir do ponto de vista dialógico, num embate*”⁴⁰ (p. 24). Quando se analisa uma oração isolada, tirada de seu contexto, encobrem-se os indícios que revelariam seu caráter de dirigir-se a alguém, a influência da resposta pressuposta, a ressonância dialógica que remete aos enunciados anteriores do outro, as marcas atenuadas da alternância dos sujeitos falantes que percorreram o enunciado.

Analisar o todo do enunciado e, obrigatoriamente, analisá-lo dentro da cadeia da interação verbal.

“Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão

*variados como as próprias esferas da atividade humana, o que não contradiz a unidade nacional de uma língua”*⁴³ (p. 279).

Haja vista, Bakhtin afirma o compromisso das ciências humanas com o complexo, com o problemático e com o conflitual! Ela possui um objeto que não pode ser um objeto conhecido a partir de uma verdade única, ou sem polêmicas e conflitos. Portanto, não será possível encontrar caminhos simples, objetos transparentes e unívocos. A pertinência dessa perspectiva se mostra pelo compromisso ético do pesquisador com o seu objeto histórico somado as análise das especificidades discursivas constitutivas nas situações em que a linguagem atravessa determinadas atividades.

2.2.4. A pertinência da noção de Dialogismo

Todo enunciado é dialógico, pois o Dialogismo é constitutivo do funcionamento real da linguagem, conforme já vimos. Isso significa dizer que cada enunciado é parte de um diálogo em relação ao qual é possível atribuir-lhe sentido. A constatação do Dialogismo como característica fundamental da linguagem põe a linguagem em um ponto de tensão e disputa entre diversas vozes – antagônicas e polêmicas – presentes no cotidiano. “*Os enunciados, sendo constitutivamente dialógicos, são sempre históricos*”⁴⁶ (p. 59). O caráter dialógico do enunciado pode ser intuído pela maneira a qual o enunciado é construído.

A proposta bakhtiniana de estudo da linguagem investe em um caminho que engloba a materialidade linguística. Isto é, “*um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra*”⁴² (p. 32).

Desta maneira, ao se debruçar sobre a linguagem, Bakhtin estava se debruçando também pela maneira dialógica do funcionamento social humano. Fiorin⁴⁶ (p. 28) afirma que: “*no dialogismo incessante, o ser humano encontra o espaço de sua liberdade e de seu inacabamento*”. Entendia que todo signo por possuir características estabelecidas pela ideologia presente não poderia ser entendido apenas como um reflexo ou sombra da realidade.

“*(...) a palavra, como sabemos, reflete sutilmente as mais imperceptíveis alterações da existência social*”⁴² (p. 46).

É importante ressaltar que seria impossível estabelecer um sentido para um enunciado em um contexto ideológico distinto daquele de suas determinações sócio-históricas. O corpo social é justamente o meio ambiente inicial, aonde se acham submersas todas as formas e aspectos das criações ininterruptas: as conversas de corredor, as trocas de opinião nas

diferentes reuniões sociais, o discurso interior, o modo de reação verbal face às realidades da vida e aos acontecimentos do dia a dia, etc. As diferentes atividades sociais manifestam-se em distintos modos discursivos, sejam eles interiores ou exteriores. Ademais, estão ligadas aos tipos de manifestação e de interação de natureza semiótica, à mímica, à linguagem gestual, aos gestos condicionados, etc.⁴².

“As tonalidades dialógicas preenchem um enunciado e devemos levá-las em conta se quisermos compreender até o fim o estilo do enunciado. Pois nosso próprio pensamento – no âmbito da filosofia, das ciências, das artes – nasce e forma-se em interação e em luta com o pensamento alheio, o que não pode deixar de refletir nas formas de expressão verbal do nosso pensamento”⁴³ (p. 318).

Por isso o Dialogismo não diz respeito apenas a correspondência entre palavra e assuntos convergentes ou polêmicos, ele corresponde a um campo de abrangência das atividades humanas sempre em modificação, ao considerar que a linguagem carrega essa característica inacabada também.

“Na realidade não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial”⁴² (p. 95).

Quando enunciamos, o fazemos para além do ouvinte que está em nossa presença, falamos também para um “auditório social” composto de uma classe e uma época, desta forma, sem considerar o caráter dialógico dos enunciados, seria impossível tal afirmativa. Decerto que aquele que enuncia, em certo grau, é também um respondente, pois além de não ser o primeiro locutor, também está subordinado ao sistema da língua que a utiliza.

Pensar de uma forma dialógica é pensar a linguagem para além do textual e do rearranjo de palavras, mas sim, entender, por exemplo, que o tom (acento valorativo) utilizado pelo locutor é fundamental para a compreensão daquilo que ele quis dizer. Não é só a partir do significado da palavra que conseguirmos escolher as palavras para nosso enunciado, levamos também em consideração a forma, o tom que daremos àquelas palavras determinando o valor e o intuito correspondente. Fazemos isso a partir desse horizonte dialógico, o qual considera e permite o deslocamento e as mudanças de significações e cristalizações presentes na língua, podendo ser capaz de modificar a significação atribuída a uma determinada palavra.

Portanto, “na medida em que uso essa palavra numa determinada situação, com uma intenção discursiva, ela já se impregnou de minha expressividade”⁴³ (p. 313).

*“A expressividade de um enunciado nunca pode ser compreendida e explicada até o fim se se levar em conta somente o teor do objeto do sentido. A expressividade de um enunciado é sempre, em menor ou maior grau, uma resposta, em outras palavras: manifesta não só sua própria relação com o objeto do enunciado, mas também a relação do locutor com os enunciados do outro”*⁴² (p. 317).

Ao tomar em consideração tanto o social como o individual, a proposta bakhtiniana permite examinar, do ponto de vista das relações dialógicas, fenômenos da fala cotidiana, como a modelagem do enunciado pela opinião do interlocutor imediato ou a reprodução da fala do outro com uma entonação distinta da que foi utilizada: admirativa, zombeteira, irônica, desdenhosa, indignada, desconfiada, aprovadora, reprovadora, dubitativa, etc.⁴⁶.

Assim “cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados”.⁴⁵ (p. 291).

2.2.5. Sentido

Em consonância com a discussão sobre sentidos, são recorrentes, nos materiais de referência dos estudos do discurso metáforas e expressões que passam a ideia de movimento e circulação, tais como: deslizamento, movente, móvel, movimento, deslocamento, chegando e trajeto. Segundo Rocha⁴⁵ (p. 196), a frequência dessas expressões confirma uma concepção de que os “sentidos nunca são um já dado, constituído, ao contrário, (são) o resultado, parcial e provisório, de um trabalho que se realiza”.

Da mesma maneira, Aguiar⁴⁷ entende que o “sentido subverte o significado”, ele se constrói a partir das várias interações do sujeito com o mundo, dos aspectos verbais e não verbais da comunicação. O sentido é sempre uma formação dinâmica, complexa, que leva consigo o selo da individualidade e da ideologia social presente. Ainda de acordo com a autora, deste modo, as noções de construção e produção serão fundamentais para o entendimento da circulação dos sentidos. Daí, podemos questionar de que forma se dá a dinâmica de construção dos sentidos de determinado enunciado em um determinado contexto?

Ao apontar para a análise de discurso de base enunciativa francesa, Rocha⁴⁵ afirma que o sentido não está em função de uma palavra específica, pelo contrário, o sentido será

constituído pelo complexo contexto dialógico do qual o enunciado pertence. Não existe um sentido primeiro, da mesma forma que não irá existir um sentido último. Igualmente ele também não pode ser entendido como uma simples sobreposição de outros sentidos. Segundo o mesmo autor, devemos ter em mente que:

“...o significado, enquanto estabilização momentâneo, corte em um fluxo, reenviaria ao trabalho incessante de atualização de novas significações – estando aqui o acento concreto, na enunciação irreptível. Posição aliás, que também diz algo acerca do que seja conhecer o mundo: conhecer o mundo é muito mais do que representá-lo, é problematizá-lo, é conceder prioridade ao concreto, ao presente imediato, é dar lugar à produção de territórios experienciais e emergentes das interações e acoplamentos” ⁴⁵ (p. 204).

É possível afirmar que o significado seria apenas uma dessas zonas de sentidos que a palavra adquire, no contexto de algum discurso, uma zona mais estável.

Ademais, a abordagem sócio-histórica de Vigotsky também irá contribuir para uma melhor compreensão da noção de sentido por entender que:

“a apreensão dos sentidos não significa apreender uma resposta única, coerente, absolutamente definida, completa, mas expressões do sujeito muitas vezes contraditórias, parciais, que nos aparentam indicadores de formas de ser do sujeito, de processos vividos por ele” ⁴⁷ (p. 17).

A circulação dinâmica de sentidos, a partir dessa perspectiva, pode ser utilizada como recurso analítico na direção da superação do dualismo social/individual, cognitivo/afetivo, pensamento/linguagem, etc., colocando o processo criativo como centro da vida humana.

Fiorin ⁴⁶ adiciona outro elemento fundamental, a partir da perspectiva dos círculos de Bakhtin, para o entendimento da noção de sentido: a história. O sentido se *“constitui fundamentalmente no confronto, na contradição, oposição das vozes que se entrecrocaram na arena da realidade”* ⁴⁶ (p. 59). Na mesma direção, Brait ⁴⁰ (p. 28) esclarece que:

“...a ideia já anunciada de uma concepção de estudos da linguagem como lugar de produção de conhecimento de forma comprometida, responsável, e ainda, de uma concepção de linguagem, de construção e produção de sentidos, necessariamente apoiada nas relações discursivas empreendidas por sujeitos historicamente situados, fica confirmada”.

Anunciada pela perspectiva de Bakhtin ⁴², o sentido é totalmente determinado por seu contexto, havendo tantas significações possíveis quantos contextos possíveis; ao mesmo tempo, a palavra, de maneira intrigante, não se desagrega em tantas palavras quanto forem os contextos nos quais ela pode se inserir. O autor chama de “tema” o sentido completo da enunciação. O tema se apoia sobre certa estabilidade da significação, ele “*é uma reação da consciência em devir a ser em devir. A significação que possui características de ser reiterável, idêntico e abstrato é um ‘aparato técnico para a realização do tema’*” ⁴² (p. 122).

“Não há nada na composição do sentido que possa colocar-se acima da evolução, que seja independente do alargamento dialético do horizonte social. A sociedade em transformação alarga-se para integrar o ser em transformação. Nada pode permanecer estável nesse processo. É por isso que a significação, elemento abstrato igual a si mesmo, é absorvida pelo tema, e dilacerada por suas contradições vivas para retornar enfim sob a forma de uma nova significação com uma estabilidade e uma identidade igualmente provisórias” ⁴² (p. 136).

2.3. A perspectiva ergológica

A disciplina ergológica tem suas origens numa experiência pluridisciplinar e pluriprofissional iniciada na Universidade de Provence, na França, no final da década de 70, que visou compreender as transformações que estavam em curso no mundo do trabalho. De acordo com Schwartz & Durrive ⁴⁸ (p. 295) “*o prefixo ergo vem de uma palavra grega que significa ação, trabalho, obra. Aponta para a energia, a vitalidade daquele que trabalha; a ênfase não está no trabalho visto por uma pessoa exterior*”. A percepção de que existe uma cultura de acumulação de valores nos locais de trabalho, chamou atenção de Schwartz – um dos principais formuladores da Ergologia – durante suas pesquisas nos locais de trabalho.

Schwartz ²³, a partir dos estudos de Ivar Oddone^j, do MOI, apropria-se dos conceitos de comunidade científica ampliada e de competência profissional ampliada. Este último permitia um olhar mais amplo sobre as articulações existentes nas relações de/com o trabalho,

^j “*Médico italiano que fez parte de um grupo composto por operários, sindicalistas, estudantes, profissionais diversos e cientistas que se reúnem na Bolsa de Trabalho de Turim, a partir da metade dos anos 60, e dá origem às ‘comunidades científicas ampliadas’*” ²³ (p. 39). Através do confronto entre os saberes formais dos pesquisadores e os saberes informais dos trabalhadores estas comunidades investigam de maneira autônoma, reivindicação do movimento sindical, o meio de trabalho apresentando propostas de transformação. Nasce daí uma nova concepção de pesquisa e produção de saber sobre o trabalho.

pois “...não pode ser somente técnica, pois está ligada a todo um patrimônio de experiências coletivas, animada no seu interior pela consciência de classe”²³ (p. 39).

Contudo, as mudanças sociais após os anos 80, modificaram as relações entre o trabalhador e o sindicato, assim como do trabalhador com seu trabalho. Tal contexto levou Schwartz²³ a repensar os conceitos elaborados pelo MOI nos anos 70. Assim, a ideia de “trabalho operário” deu lugar a uma concepção de trabalho dentro de um entendimento mais amplo, o de uma “atividade humana”. Essa “...atividade aparece como produtora, matriz de histórias e normas antecedentes que são sempre renormalizadas no recomeço indefinido das atividades”²³ (p. 42).

É importante pontuar que a todo o momento a Ergologia se coloca em oposição, como visto anteriormente, ao modelo taylorista-fordista de análise do trabalho, isto é, ela propõe uma forma não fragmentada de análise do trabalho, indo além da prescrição da tarefa, daquilo que é possível de ser visto no trabalho; obrigando que o micro e macro estejam permanentemente articulados. Destaca-se que toda atividade de trabalho é uma gestão das escolhas, debates, normas e valores.

O conceito de atividade, na Ergologia, se torna importante para a inteligibilidade de sua história e modo de intervenção, possuindo três características essenciais:

“A transgressão: nenhuma disciplina, nenhum campo de práticas pode monopolizar ou absorver conceitualmente a atividade; ela atravessa o consciente e o inconsciente, o verbal e o não verbal, o Biológico e o cultural, o mecânico e os valores... A mediação: ela impõe-nos dialéticas entre todos estes campos, assim como entre o ‘micro’ e ‘macro’, o local e o global... A contradição (potencial): ela é sempre o lugar de debates com resultados sempre incertos entre as normas antecedentes enraizadas nos meios de vida e as tendências à renormalização resingularizadas pelos seres humanos”⁴⁹ (p. 64).

Devemos, primeiramente, ter em mente quatro pressupostos apresentados pelo autor sobre a atividade. O primeiro é a distância entre o prescrito e o real do trabalho. Esta distância é uma característica de toda atividade humana, pois toda atividade traz consigo a variabilidade do ambiente. A segunda é que o conteúdo da distância é sempre resingularizado, isto é, a distância entre o prescrito e o real não é previsível, fazendo com que a atividade realizada naquele instante seja gerida por aquele trabalhador através, não só da técnica, mas da sua história singular, sendo assim possível a construção de um sentido para o trabalho. A terceira é que essa distância remete à atividade do corpo-si. Schwartz & Durrive⁴⁸ (p. 44) vai chamar

de corpo-si “*alguma coisa que atravessa tanto o intelectual, o cultural, quanto o filosófico, o muscular, o sistema nervoso*”. Portanto, aquilo que faz com que o trabalhador determine suas atividades de trabalho ultrapassa uma racionalidade consciente e única. A quarta, e última, é que esta “distância remete a um debate sobre valores” pelo próprio trabalhador no momento da atividade de trabalho, havendo um debate de normas em dois níveis: interno (que mobiliza o corpo) e sociais.

Podemos adicionar que:

*“Toda análise da atividade de trabalho deve dar conta disso, trabalhando essa dialética do uso de si por si e o uso de si pelos outros. Eu falo precisamente da análise da atividade de trabalho e não da análise do trabalho: esta segunda inclui a primeira, mas não se reduz a ela. É efetivamente na atividade de trabalho que se manifesta a dialética do uso de si, ou seja, a maneira singular pela qual os homens e as mulheres fazem uso deles próprios em função deles próprios e daquilo que os outros lhe demandam”*⁴⁸ (p. 70).

Na busca de compreender o mundo do trabalho a partir da “aproximação” do local e do global por intermédio da atividade, o “esquema tripolar” é elaborado.

*“Esse esquema tripolar é um primeiro efeito da perspectiva ergológica. Trata-se de uma tentativa de compreensão da história, das crises, das tensões, de reintegrar a atividade, conferindo-lhe todo o seu devido lugar. Quando se trabalha, quando se reflete acerca disso – e especialmente com os protagonistas da atividade industrial – pouco a pouco se é conduzido a construir esse esquema, que é aproximativo, que será modificado e enriquecido, mas que permite compreender como a atividade é algo essencialmente motriz – e não apenas motriz em si, mas motriz da história”*⁴⁸ (p. 263).

Nessa direção, a perspectiva ergológica vai construir uma maneira de pensar o trabalho, tendo a “atividade” como um pilar central.

Schwartz & Durrive⁴⁸ entendem que o esquema de pensamento bipolar, onde estão fixados de um lado valores mercantis e de outros valores da política, acaba causando uma falsa ideia de que a história não é feita no dia-a-dia de trabalho de homens e mulheres trabalhadores. Dá-se a impressão de que somos levados, política ou economicamente, a viver desse ou daquele modo. Isso fortalece a uma despotencialização das ações que estão ou podem estar presentes nas transformações das situações cotidianas de trabalho.

Será a partir da maneira que a atividade faz a gerência desses valores que se produzirá o entendimento da realidade presente no trabalho. Por meio de novos pontos de vista, construídos e reconstruídos ao longo da nossa história, se faz possível a gerência dos valores mercantis e políticos que atravessam a atividade, renormalizando e resingularizando nosso meio.

Sobre os pólos mercantil e político, podemos dizer que são aqueles responsáveis pela geração das normas antecedentes, normas que serão utilizadas para a elaboração das prescrições das tarefas relativas ao trabalho. Contudo, ao considerarmos que a atividade não é uma simples execução de prescrição e normas – conforme já apresentamos – entendemos que ela só se dará a partir de um debate entre essas normas. É no encontro dos valores e normas presentes na história singular de cada trabalhador e trabalhadora com as normas e valores antecedentes – pólo mercantil e pólo político – que incide uma luta, para que sejam estabelecidas normas e valores para que aquela atividade ocorra.

O entendimento de que os valores e as normas presentes nas atividades de trabalho são atravessados de questões presentes na sociedade é representado através do esquema tripolar, elaborado pela Ergologia. Podemos pensar que a disponibilidade que possuímos para trabalhar está relacionada ao uso que permite que tanto eu quanto a organização de trabalho, isto é, as normas e valores que atravessam essa decisão de aparência particular e individual, também estão em debate com os valores econômicos e políticos⁵⁰.

Para a Ergologia toda atividade humana está sempre entre a história coletiva e o trajeto singular; o lugar de um debate entre normas antecedentes e processos parciais de renormalizações⁵¹. O trabalho como um lugar de debates, onde não existe somente execução da tarefa, mas o uso de si, em que o indivíduo no seu todo é convocado na atividade e também há uso de si pelos outros, já que o trabalho é possível por meio de normas, prescrições e valores constituídos historicamente^{23,52}.

CAPÍTULO 3. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Ao delinear o nosso objeto de investigação percebemos que seria necessária engenhosidade para que este fosse abordado. Conforme dissemos, entendíamos que a repercussão da circulação de determinados sentidos sobre o trabalho e a saúde de homens e mulheres docentes de escolas públicas era um ponto que exigia atenção. Isto nos demandou criatividade para a construção de um caminho que nos dessa condição de responder os objetivos dessa dissertação.

Como ferramenta teórico-metodológica, associou-se uma abordagem clínica do trabalho, com a contribuição da psicodinâmica do trabalho²⁸ e da perspectiva ergológica⁴⁸, à perspectiva da análise do discurso de base enunciativa francesa, especialmente os aportes de Maingueneau⁴⁴ e o dialogismo de Bakhtin^{42,43}. Optamos por desenvolver a “análise do discurso livre” como ponto de partida, com atenção ao discurso relatado^{53,54,55}.

Reafirmamos que nossa aproximação com o projeto do *site Encontros sobre Vida, Saúde e Trabalho nas Escolas Públicas – CAP Escola* – um dos desdobramentos do Programa de Formação – diz respeito a elementos teóricos e metodológicos. Outra aproximação com este dispositivo remete a escolha em trabalharmos com materiais que estivessem diretamente relacionados com a alimentação de um dos seus ambientes: o Observatório Geral, no qual se encontra a seguinte classificação de temas:

- Iniciativas sindicais;
- Políticas e ações governamentais;
- Eventos;
- Atividades acadêmicas;
- Reportagens e textos publicados em jornais e revistas/análise da conjuntura;
- Comunicações de trabalhadores.

Entendemos que o Observatório Geral reúne a qualidade de condensar um conjunto fecundo de informações acerca das condições de saúde e trabalho de todos os trabalhadores da educação. Entretanto, para efeito de nossa pesquisa, nos detivemos especificamente no acompanhamento do mapeamento^k das informações em jornais *online* acerca da saúde e do trabalho docente, como veremos detalhadamente a seguir.

^k Os levantamentos foram feitos pela equipe que administra o *site*, da qual faço parte.

3.1. Etapas

O mapeamento do material textual referente ao conteúdo do Observatório Geral foi dividido em três etapas, realizadas simultaneamente uma vez que os acessos às informações que buscávamos eram distintos. Assim, levantamos informações acerca da relação trabalho e saúde de professores junto aos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CERESTs), aos sindicatos dos profissionais da educação e nos jornais *online*. Como obtivemos materiais significativos apenas na etapa do levantamento de notícias nos jornais *online*, especificaremos a forma de análise apenas desses materiais.

3.2. Os CERESTs

Os CERESTs, compõem a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST), que foi instituída pela *Portaria GM/MS nº 2.437*, de 7 de dezembro de 2005⁵⁶. O CEREST tem por função dar subsídio técnico para o Sistema Único de Saúde (SUS), nas ações de promoção, educação permanente, prevenção, vigilância, diagnóstico, tratamento e reabilitação em saúde dos trabalhadores urbanos e rurais.

Ainda segundo a RENAST, os CERESTs são formados como um centro articulador e organizador do seu território de abrangência, nas ações intra e intersetoriais de saúde do trabalhador, assumindo uma função de retaguarda técnica e polos irradiadores de ações e ideias de vigilância em saúde, de caráter sanitário e de base epidemiológica. Assim, abandonando o seu caráter de porta de entrada do SUS^{57,58,59,60}.

Dessa forma, procuramos junto aos CERESTs obter informações sobre ações de saúde que estivessem relacionadas aos trabalhadores de escolas públicas. Devido ao número grande de CERESTs existentes e o tempo que tínhamos disponível para o mapeamento das informações, decidimos utilizar o recurso do *e-mail* como canal de comunicação. Mesmo cientes da dificuldade em obter respostas por esse canal, optamos por construir uma mensagem com apenas uma questão objetiva, relacionada à existência, no CEREST em questão, de alguma ação com foco no(a) trabalhador(a) de educação (Anexo I).

Foram enviados *e-mails* para 228 CERESTs, regionais e estaduais. Desse total, obtivemos 73 respostas, no período de julho a outubro de 2012.

Após a tabulação das respostas recebidas em *sim* e *não*, nos questionamos sobre a melhor maneira de obter mais detalhes sobre a realização ou não de ações em saúde voltadas

para profissionais da educação. Tendo como referência as pistas que nos foram dadas através das respostas¹ da questão anteriormente enviada, montamos duas novas mensagens. A primeira direcionada aos que responderam que haviam ações voltadas aos trabalhadores da educação (Anexo II), onde perguntamos sobre: (i) o foco e tipo de ações dirigidas aos trabalhadores; (ii) a temporalidade destas ações, ou seja, se eram realizadas permanentemente ou eventualmente; (iii) a existência de materiais relativos à estas ações, e a possibilidade de enviá-los para análise; e (iv) a existência ou não de ações de vigilância e, no caso de existirem, quais seriam seus objetivos.

A segunda mensagem foi voltada para os que responderam negativamente ao primeiro questionamento (Anexo III), onde agradecíamos pelo contato e perguntávamos se mesmo não sendo realizadas ações dirigidas aos trabalhadores da educação, se havia demanda categoria e quais seriam elas.

Nesse segundo momento, obtivemos apenas seis respostas dos 25 que haviam respondido que não realizavam ações. Daqueles 48 CERESTs que responderam afirmando que realizavam ações, apenas três retornaram o *e-mail*.

Após organização das respostas em tabelas (Apêndice A) visando analisá-las, avaliamos que não houve um retorno expressivo por parte dos CERESTs, pois tanto o quantitativo de mensagens recebidas de volta foi baixo, quanto seus conteúdos foram pouco elaborados. Por esse motivo, decidimos não prosseguir neste encaminhamento no âmbito desta dissertação.

3.3. Sindicatos

3.3.1. Primeiro momento

Como estratégia de mapeamento das informações relativas às ações dos sindicatos dos trabalhadores da educação referentes à saúde dos trabalhadores de escolas públicas, selecionamos, primeiramente, os sindicatos estaduais e das capitais brasileiras filiados à Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNTE). De acordo com seu portal <http://www.cnte.org.br/>, acessado em 18 de abril de 2012, eram, no total 32 sindicatos. Neste momento (junho/2012) achamos mais estratégico e rico entrar em contato telefônico com cada

¹ Alguns CERESTs não se limitavam a responder sim ou não e já comentavam, de forma sucinta, algumas ações desenvolvidas ou o porquê de não possuí-las.

um desses sindicatos. Para tal, foi elaborado um roteiro (Anexo IV) que pudesse nos guiar de forma mais clara e sistemática no mapeamento das ações de saúde durante o contato telefônico.

Durante o período de junho a julho de 2012 foram realizados contatos com os 32 sindicatos selecionados. Destes, dez responderam que desenvolviam ações voltadas para a saúde dos profissionais de educação e oito responderam que não realizavam. Quatorze não souberam responder, pois, no momento da ligação, não havia nenhum diretor presente que pudesse nos informar (Anexo V).

3.3.2. Segundo momento

Por não ser filiado à CNTE, o SEPE-RJ acabou ficando de fora do primeiro momento do mapeamento. Contudo, devido à parceria e atuação durante o Programa de Formação, organizamos os contatos para a realização do mapeamento nos mesmos moldes do realizado com os sindicatos filiados à CNTE.

Entretanto, devido à greve nas instituições federais tivemos que mudar a estratégia inicialmente adotada, pois ficamos um mês sem acesso aos telefones da instituição. De acordo com essa situação apresentada, foi decidido que o contato por correio eletrônico seria mais proveitoso, tornando o mapeamento mais direto e rápido. Assim, foram enviados *e-mails* para os 55 núcleos do SEPE-RJ.

Obtivemos respostas de cinco núcleos do SEPE, quatro dizendo que não havia ações em saúde e um cumprimentando a equipe de pesquisa. As informações referentes aos sindicatos foram mapeadas no período de junho a setembro de 2012.

Mais uma vez, após organização das respostas em tabelas, (Apêndice B) observamos que o retorno dos sindicatos foi pequeno e incipiente, levando-nos a considerar este dado apenas nas reflexões finais.

3.4. Reportagens

3.4.1. Primeiras experimentações...

No mês de agosto de 2012 foram definidas as palavras-chave que poderiam vir a ser úteis para a recuperação das reportagens já veiculadas em jornais *online* no primeiro semestre do ano de

2012, conforme seguem: “escola”, “professor”, “trabalho”, “condições”, “saúde”, “licença”, “escola pública”, “adoecimento”, “doença”, “falta” (ou “ausência”), “política(s)”, “educação”, “trabalhador” “merendeiras”, “funcionários” e “salário”. Os jornais O Globo, Folha de São Paulo e o Portal G1 foram selecionados como ponto de partida para o levantamento das primeiras notícias.

O primeiro passo foi testar as palavras-chave definidas. Entretanto, percebemos que aliar duas palavras-chave numa única pesquisa gerava resultados mais relevantes. As combinações que geraram melhores resultados foram as seguintes: “professor-saúde”, “professor-condições”, “professor-escola”. Notou-se um foco maior no trabalho de professor. Notícias sobre outros segmentos profissionais da escola (merendeiras, por exemplo) são extremamente raros, e, quando surgem, não são relevantes à pesquisa por não abordar a relação entre saúde e trabalho.

Por isso, mesmo nosso foco de investigação sendo restrito aos trabalhadores do magistério não houve necessidade de descartarmos reportagens, já que todas elas tangenciavam essa temática.

3.4.2. Ampliação e afinação do mapeamento

Foi discutida a importância em ampliar a pesquisa para que todas as regiões do país fossem contempladas. Para isso, foi elaborada uma lista com estados mais representativos de suas respectivas regiões, assim como os principais jornais de cada uma delas. Esta foi obtida através do *site* Guia de Mídia (<http://www.guiademidia.com.br>), que lista os jornais mais conhecidos e/ou influentes de cada estado do país.

Após o início da busca, utilizando as palavras-chave já definidas, notou-se que alguns *sites* seriam descartados por motivos distintos. Vejamos:

- O Liberal (Pará): erro na busca personalizada, impossibilitando a pesquisa.
- O Paraense (Pará): inativo desde 2010.
- Gazeta de Cuiabá (Mato Grosso): muito resumido, não permitindo mais de uma palavra-chave por pesquisa.
- O Sul (Rio Grande do Sul): não possuía campo para pesquisa.
- Correio do Povo (Rio Grande do Sul): possui foco em temas como astrologia e numerologia.

- Diário de Cuiabá (Mato Grosso): apesar de terem sido encontradas três notícias, no início de 2012, o portal não possibilitava o acompanhamento sistemático do que é publicado.
- Diário da Bahia (Bahia): pesquisa exhibe resultados que não condizem com as palavras-chave solicitadas.
- O Estado (Ceará): lentidão do portal, além de o motor de busca ser extremamente falho, exibindo notícias discrepantes com as palavras-chave inseridas.

Assim, chegamos ao total de 15 jornais sobre os quais nos debruçaríamos.

- Portal G1
- O Globo (Rio de Janeiro)
- O Dia (Rio de Janeiro)
- Estado de São Paulo (São Paulo)
- Folha de S. Paulo (São Paulo)
- Zero Hora (Rio Grande do Sul)
- Correio Brasiliense (Distrito Federal)
- Diário de Cuiabá (Mato Grosso)
- Diário de Pernambuco (Pernambuco)
- Diário do Nordeste (Ceará)
- Tribuna da Bahia (Bahia)
- O Imparcial (Maranhão)
- Diário Online (Pará)
- O Paraense (Pará)
- A Crítica de Manaus (Amazonas)

No período de janeiro de 2012 a agosto de 2012 foram encontradas 35 notícias (Quadro 1), todas tendo como um dos seus atores os professores. Estas foram agrupadas nos seguintes assuntos:

- Condições de trabalho: notícias que abordavam as condições físicas e sociais do trabalho dentro da escola e que de alguma forma tangenciavam a questão da saúde;
- Remuneração: notícias que apresentavam informações relativas ao salário e bonificações dos profissionais da educação;
- Licenças: notícias que sinalizavam para os afastamentos, licenças e readaptações dos trabalhadores de escola;
- Violência: notícias que relacionavam o impacto da violência, dentro e fora da escola, com o trabalho desenvolvido em seu interior;

- Doenças relacionadas ao trabalho: notícias que abordavam doenças diretamente relacionadas ao ofício da docência;
- Movimentos sociais: notícias que veiculavam os momentos de reivindicação dos trabalhadores de escolas;
- Direitos: notícias que possuíam, de forma central, a temática dos direitos jurídicos, principalmente os trabalhistas, de quem trabalhava na escola;
- Formação docente: notícias que falavam sobre a questão da formação docente;
- Reconhecimento: notícias que apontavam para o reconhecimento social e profissional do trabalho de educação realizado no âmbito escolar por professores, etc.;
- Valorização: notícias que informavam medidas realizadas, ou que precisariam ser realizadas, com vistas à valorização do trabalho dos educadores (bonificação, cursos, concursos, premiações, etc.);
- Educação: notícias que falavam sobre a educação de maneira geral;
- Políticas governamentais: notícias que apresentavam informações relativas às medidas governamentais;
- Outros.

Quadro 1 Notícias mapeadas entre janeiro de 2012 e agosto de 2012.

	Notícias <i>online</i>	Jornais	Data	Assuntos
1	Professores lideram pedidos de licença médica na Capital	Diário do Nordeste	3/fev/2012	Doença relacionada ao trabalho; violência; licença
2	Profissionais como professores e cabeleireiros têm mais chances de desenvolver varizes	Zero Hora	10/fev/2012	Doenças relacionadas a trabalho
3	Salário de professor	Diário de Cuiabá	15/fev/2012	Reconhecimento; valorização; remuneração; condições de trabalho; políticas governamentais
4	Professores da rede pública apresentam 900 atestados às vésperas do feriado	Correio Brasiliense (DF)	17/fev/2012	Licença
5	A relação aluno-professor não é a mesma	Diário de Cuiabá	26/fev/2012	Condições de trabalho; reconhecimento; violência
6	Salário de professor no Pará aumentou 250% em 10 anos	O Paraense	2/abr/2012	Remuneração; valorização
7	Pesquisa da UFF mostra que violência atinge 68% das escolas do Rio, Niterói e São Gonçalo	O Globo	22/abr/2012	Violência

8	25% dos professores do ensino básico do país não têm ensino superior	Folha de S. Paulo	28/abr/2012	Valorização e reconhecimento, formação; condições de trabalho
9	Professora deixa cargo após aluno ameaçá-la de morte, em Goiânia	G1 GO	30/abr/2012	Doença relacionada ao trabalho; readaptação; violência; condições de trabalho, direito
10	"Como posso festejar com salário de R\$ 750?", questiona dona da melhor nota no concurso do Magistério	Zero Hora	19/mai/2012	Remuneração; valorização; formação docente
11	Pesquisa revela que profissionais de educação física são os mais felizes com seu trabalho	A Crítica de Manaus	8/jun/2012	Satisfação com a profissão (outros)
12	Professores têm de fazer 'bicos' para garantir a renda no Rio Grande do Sul	G1	11/jun/2012	Remuneração; valorização
13	Comunidade acadêmica se manifesta contra falta de estrutura e higiene em escola do Amazonas	A Crítica de Manaus	13/jun/2012	Movimentos sociais; condições de trabalho
14	94% dos professores brasileiros têm computador, diz pesquisa	Folha de S. Paulo	19/jun/2012	Outros
15	Dirigentes de escolas participam de capacitação sobre saúde dos profissionais de ensino	Diário de Pernambuco	1/jul/2012	Formação; políticas governamentais; doenças relacionadas ao trabalho
16	Professora vai comprar TV 42" com indenização de pais de aluna	G1 RJ	2/jul/2012	Doença relacionada ao trabalho; violência; direito
17	Cinco mil professores do Recife têm um dia de lazer especial	Diário de Pernambuco	18/jul/2012	Formação
18	Funcionários de creche não recebem salário há três meses	Diário do Nordeste	23/jul/2012	Condições de trabalho; remuneração
19	Após grávida ser demitida, juiz manda que ela retorne ao cargo em MT	G1 MT	3/ago/2012	Direito
20	Bônus para estimular professor a atuar em sala de aula	Fórum do Diário Pernambucano	5/ago/2012	Políticas governamentais; valorização
21	Transtornos psicológicos afetam docentes das salas de aula	Correio Brasiliense (DF)	5/ago/2012	Doença relacionada ao trabalho
22	É preciso repensar a Escola	Folha de S. Paulo	6/ago/2012	Educação
23	Novos professores da Seduc terão que fazer estágio obrigatório	A Crítica de Manaus	7/ago/2012	Formação docente; políticas públicas
24	Professor de Ocara recebe	Diário do Nordeste	9/ago/2012	Reconhecimento; formação

	Prêmio Educador Nota 10			continuada
25	Escola terá que ser transferida de Arenoso por causa da violência	Tribuna da Bahia	13/ago/2012	Violência; políticas governamentais
26	Governo do Amazonas inicia nova edição do programa de incentivo a docência	A Crítica de Manaus	14/ago/2012	Políticas Públicas; formação docente; valorização
27	Investimento no professor colabora para bons índices de escolas	Correio Brasiliense (DF)	16/ago/2012	Políticas governamentais
28	Professores fazem marcha nas ruas de Belém	Diário Online (PA)	21/ago/2012	Movimentos Sociais; sindicato
29	O que pode um professor, por Ateneia Feijó	O Globo	21/ago/2012	Reconhecimento e valorização
30	Comissão aprova ensino de Libras e vaga para professor surdo nas escolas	Correio Brasiliense (DF)	24/ago/2012	Políticas governamentais
31	Violência nas escolas ameaça a rotina de alunos e professores	O Imparcial (MA)	26/ago/2012	Violência; condições de trabalho
32	Desafio é valorizar e motivar os professores	Correio Brasiliense (DF)	28/ago/2012	Valorização; condições de trabalho; remuneração
33	Professores do Recife fazem ato público na Praça da Independência	Diário de Pernambuco (PE)	30/ago/2012	Movimentos sociais; remuneração
34	Conselho recomenda volta do professor que usou música gay em aula	Correio Brasiliense (DF)	30/ago/2012	Direito
35	Concurso Professor Autor premia 380 docentes nesta sexta-feira	Diário de Pernambuco (PE)	31/ago/2012	Valorização; políticas governamentais

Como todas as notícias tangenciavam de alguma maneira a questão saúde-trabalho, para fins de análise, foi estabelecida um critério de seleção das reportagens mapeadas nesse período. Não foi um critério óbvio, nem de fácil elaboração, já que boa parte das reportagens possuía um conteúdo interessante para os objetivos desse trabalho. E sendo uma pesquisa de cunho qualitativo, nossa intenção não era analisar o maior número de reportagens, mas sim desenvolver uma discussão pertinente a partir delas.

Foram selecionadas reportagens que possuíam no seu texto ao menos uma ocorrência das palavras-chave *saúde* e/ou *condições de trabalho*. Entendemos que a escolha dessas palavras-chave nos aproximaria das questões norteadoras da pesquisa. Desta forma, foi possível elegermos 12 reportagens de regiões do país e meses distintos, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 Notícias pré-selecionadas.

	Notícias	Jornais	Datas
1	Professores lideram pedidos de licença médica na Capital	Diário do Nordeste (CE)	3/fev/2012
2	Professores da rede pública apresentam 900 atestados às vésperas do feriado	Correio Brasiliense (DF)	17/fev/2012
3	Salário de professor no Pará aumentou 250% em 10 anos	O Paraense (PA)	2/abr/2012
4	Pesquisa da UFF mostra que violência atinge 68% das escolas do Rio, Niterói e São Gonçalo	O Globo (RJ)	22/abr/2012
5	25% dos professores do ensino básico do país não têm ensino superior	Folha de São Paulo (SP)	28/abr/2012
6	Professora deixa cargo após aluno ameaçá-la de morte, em Goiânia	G1	30/abr/2012
7	Professores têm de fazer "bicos" para garantir a renda no Rio Grande do Sul	G1	11/jun/2012
8	Dirigentes de escolas participam de capacitação sobre saúde dos profissionais de ensino	Diário de Pernambuco (PE)	1/jul/2012
9	Após grávida ser demitida, juiz manda que ela retorne ao cargo em MT	G1	3/ago/2012
10	Transtornos psicológicos afetam docentes das salas de aula	Correio Brasiliense (DF)	5/ago/2012
11	Professores fazem marcha nas ruas de Belém	Diário Online (PA)	21/ago/2012
12	Desafio é valorizar e motivar os professores	Correio Brasiliense (DF)	28/ago/2012

Ao realizarmos a releitura de todo o material mapeado nesse período, fomos compelidos a fazer algumas alterações nesse material selecionado. Após leitura atenta, notamos que a notícia *Pesquisa da UFF Mostra que Violência atinge 68% das Escolas do Rio, Niterói e São Gonçalo*, do jornal O Globo, de 22 de abril de 2012, tinha como assunto central os alunos. Portanto, achamos melhor descartá-la da análise. Em outra direção, havia duas reportagens que não possuíam as palavras-chave exigidas, mas como tratavam diretamente sobre a temática, as mantivemos já que poderiam contribuir para a discussão. Assim, definimos um total de 13 notícias para realizarmos a análise do discurso (Quadro 3).

Quadro 3 Notícias analisadas.

	Notícias	Jornais	Datas
1	Professores lideram pedidos de licença médica na Capital	Diário do Nordeste (CE)	3/fev/2012
2	Profissionais como professores e cabeleireiros têm mais chances de desenvolver varizes	Zero Hora (RS)	10/fev/2012
3	Professores da rede pública apresentam 900 atestados às vésperas do feriado	Correio Brasiliense (DF)	17/fev/2012
4	A relação aluno-professor não é a mesma	Diário de Cuiabá (MT)	26/fev/2012
5	Salário de professor no Pará aumentou 250% em 10 anos	O Paraense (PA)	2/abr/2012
6	25% dos professores do ensino básico do país não têm	Folha de São Paulo	28/abr/2012

	ensino superior	(SP)	
7	Professora deixa cargo após aluno ameaçá-la de morte, em Goiânia	G1	30/abr/2012
8	Professores têm de fazer "bicos" para garantir a renda no Rio Grande do Sul	G1	11/jun/2012
9	Dirigentes de escolas participam de capacitação sobre saúde dos profissionais de ensino	Diário de Pernambuco (PE)	1/jul/2012
10	Após grávida ser demitida, juiz manda que ela retorne ao cargo em MT	G1	3/ago/2012
11	Transtornos psicológicos afetam docentes das salas de aula	Correio Brasiliense (DF)	5/ago/2012
12	Professores fazem marcha nas ruas de Belém	Diário Online (PA)	21/ago/2012
13	Desafio é valorizar e motivar os professores	Correio Brasiliense (DF)	28/ago/2012

3.5. Entre os mapeamentos e a construção dos caminhos de análise

Como o material do mapeamento acerca da circulação de sentidos que atravessam o trabalho e a saúde de professores junto aos CERESTs e sindicatos (Apêndices A e D e Anexo V), de maneira geral, resultou em uma quantidade pequena e limitada de respostas, decidimos reelaborar nosso percurso. Optamos assim, para efeito dessa dissertação, focar nossas análises nas notícias mapeadas como forma de aproveitar as potencialidades das questões presentes nesse tipo de produção discursiva.

Contudo, podemos arriscar a dizer, sob o ponto de vista discursivo onde é incorporado o caráter dialógico do enunciado, que o “silêncio” ou a timidez de algumas respostas dessas instituições nos acenam para um contexto igualmente silencioso e tímido no que diz respeito às questões de saúde e trabalho do magistério brasileiro. Nessa direção, Souza ⁶¹ e Souza & Brito ⁶² abordam as dificuldades encontradas nos próprios sindicatos dos profissionais de educação de inserir a temática saúde na sua pauta de reivindicações ⁶³; como também Santos ⁶⁰, que trata das inúmeras dificuldades presentes no trabalho do CEREST de Duque de Caxias (Rio de Janeiro) em implementar políticas de saúde do trabalhador.

3.6. Construção dos caminhos de análise

3.6.1. A perspectiva discursiva

De acordo com Maingueneau ⁴⁴ (p. 52):

“Os discursos, enquanto unidades para além da frase estão submetidos a regras de organização vigentes em um grupo social determinado: regras que governam uma narrativa, um diálogo, uma argumentação; regras relativas ao plano de texto; regras sobre a extensão do enunciado”.

Esse autor também vai apontar algumas características dos discursos, vejamos:

- Ele é orientado a partir do ponto de vista de quem o constrói – locutor – se desenvolvendo em função de uma determinada finalidade;
- O discurso é uma forma de ação Ele não é compreendido como uma representação, se alinhando às elaborações de Austin (*Quando dizer é fazer*, 1962) & Searle (*Os atos de linguagem*, 1969), ao afirmar que a enunciação visa modificar uma situação, se constituindo, portanto, em um ato. Constrói-se a relação direta entre as atividades verbais e as atividades não verbais;
- Todo discurso possui o caráter dialógico, isto é, nele existe uma interatividade constitutiva, estando sempre em relação a outros discursos;
- O discurso é contextualizado, ao retirarmos o discurso do contexto ao qual foi elaborado ele irá estabelecer relação com outros enunciados, criando novos efeitos de sentidos;
- O discurso sempre remete a um sujeito, possuindo sempre um responsável pelo o que está sendo dito;
- O discurso é regido por normas, o que implica normas particulares e específicas no momento em que se apresenta;
- *“O discurso só adquire sentido no interior de universo de outros discursos”* ⁴⁴ (p. 56).

Indo ao encontro do material discursivo selecionado, fomos, primeiramente, nos aproximando de suas características, delineando o tipo de Gênero Discursivo, ou seja, jornal, como uma maneira de nos preparar para o diálogo e reflexão sobre o material mapeado.

Assim, na mesma direção proposta por Bakhtin ^{42,43}, é partir do diálogo com os textos e a elaboração dos gêneros discursivos que se cria a possibilidade de entrar em contato com os elementos vivos da comunicação presente neles. Para tanto, utilizamos a proposta de Maingueneau ⁴⁴, considerando os seguintes elementos para elaboração do Gênero Discursivo:

- Finalidade reconhecida: pergunta-se ao texto: *“Estamos aqui para dizer ou fazer o quê?”*. Essa finalidade muitas vezes pode ser indireta;
- Estatuto de parceiros legítimos: observa-se nesse ponto a quem se dirige a fala, como também a sua origem;

- Lugar e o momento legítimo: interrogaremos “*Qual a implicação temporal do texto? Ele é periódico? É passível de releitura? Possui continuidade? Até quando pode ser lido?*”;
- Suporte material:

*“Uma modificação do suporte material de um texto modifica radicalmente um gênero do discurso: um debate político pela televisão é um gênero do discurso totalmente diferente de um debate em sala de aula para um público exclusivamente formado pelos ouvintes presentes. O que chamamos de texto não é, então, um conteúdo a ser transmitido por este ou aquele veículo, pois o texto é inseparável de seu modo de existência material: modo de suporte/transporte e de estocagem, logo de memorização”*⁴⁴ (p. 67);

- Organização textual: modo como o texto está encadeado, prestando atenção também nos recursos sintáticos utilizados.

Desta forma, a “finalidade reconhecida” do texto jornalístico é informar os leitores sobre os fatos que ocorrem na sociedade. Sobre o estatuto de parceiros legítimos, Deusdará⁵³ (p. 93) afirma que “...a notícia estabelece como estatuto legítimo entre os falantes uma posição privilegiada do enunciador-jornalista frente aos fatos e aos comentaristas autorizados desses fatos...”. No caso das reportagens selecionadas, em relação ao lugar e momentos legítimos, estes possuem uma duração determinada, por tratarem de informar fatos recentes, ainda não relatados. Além disso, são textos jornalísticos retirados de jornais *online*, que possuem somente um suporte virtual, podem ser atualizados ou retirados de seu local de origem, podem ser reproduzido em outros locais, transformando sua temporalidade, tornando-a fluida. A sua organização textual está voltada essencialmente ao relato do fato e vozes que são citadas no decorrer do texto. Sobre a organização textual, Sant’Anna⁵⁴ (p. 173) problematiza que esse tipo de organização pode se constituir em um:

“discurso que instaura uma verdade, submete as opiniões, faz-nos desconfiar que talvez estivéssemos errados em nosso ponto de vista, quando não coincide com o exposto por aquela voz autorizada e verdadeira”.

A partir das características do gênero discursivo jornal, entendemos que o relato de fatos e falas – que aparece tanto no objetivo a ser alcançado pelo locutor, quanto nos elementos sintáticos que organizam o texto – seria um caminho fértil para pensar a circulação

de sentidos. Assim sendo, inspirados por Baalbaki & Deusdará ⁶⁴, Sant'Anna ⁵⁴, e Deusdará ⁵³, elegemos especificamente os discursos relatados^m presentes nas notícias para análise.

Desta forma, realizamos o seguinte itinerário: leitura atenta, refinamento da análise, identificação dos discursos relatados e sua implicação com o texto e discussão da análise dos discursos relatados.

- Leitura atenta e refinamento da análise das reportagens eleitas: foi elaborada uma descrição crítica das 13 notícias a partir de uma leitura atenta e exaustiva. Buscamos nesse primeiro momento refinar a análise, sublinhando pistas que nos fornecessem elementos para tal.
- Identificação dos discursos relatados e sua implicação com o texto: elegemos o discurso relatado por ser de uso recorrente nos textos jornalísticos, bem como por nos permitir encontrar as implicações de seu uso em relação à posição na hierarquia social de valores, conforme apresentado anteriormente. De acordo com Bakhtin ⁴² (p. 153),

“Quanto mais forte for o sentimento de eminência hierárquica na enunciação de outrem, mais claramente definidas serão suas fronteiras, e menos acessível será ela à penetração por tendências exteriores de réplica e comentário”.

Além disso, o autor afirma que as formas de discurso direto e indireto e a sua aplicação social e gramatical são frutos de um processo histórico. Nessa direção, corrobora também Sant'Anna ⁵⁴ (p. 173):

“É preciso, então, dedicar atenção à relação entre a presença do discurso relatado num determinado contexto e sua função. Atribuir o citado a alguém – incluindo-se aqui as múltiplas formas de designação ou de apagamento, capazes de identificar mais ou menos precisamente o autor –, e oferecer marcas da representação fiel dessa retomada das palavras do outro, remetem à questão da verdade e da autoridade”.

Assim, ficamos atentos a algumas formas de relato: o discurso direto (DD), o discurso indireto (DI), o discurso indireto livre (DIL) e a modalização em discurso segundo. Além disso, também chamamos atenção à designação das vozes citadas. Vejamos suas características:

^m Uma enunciação sobre outra enunciação.

- De acordo com Baalbaki & Deusdará⁶⁴ (p. 131), a modalização em discurso segundo: “é uma forma simples e direta de remeter uma pretensa responsabilidade do enunciado para o enunciador citado, resguardando, portanto, o enunciador citante”. A ocorrência dessa estratégia dá-se quando o enunciador citante indica que está se apoiando em outro discurso, utilizando-se, para tal, de mecanismos discursivos próprios, ou seja, de elementos modalizadores, tais como: *segundo x, de acordo com x, como diria x*.

Exemplo de discurso segundo: <<De acordo com a assessoria, se houver casos de má fé, as providências cabíveis serão tomadas.>>

- DD: De início, supõe-se que o DD reproduza fielmente a palavra do outro, utiliza-se de sinais gráfico como aspas e dois pontos para separar seu discurso do discurso que cita. Desta forma, há exata dimensão das fronteiras das vozes presentes nos textos, isentando o enunciador-jornalista do que foi citado entre as aspasⁿ.

Exemplo de DD: <<“Não houve sequer uma investigação para se descobrir o autor dos desenhos”, **lamenta ela**>>.

- DI: é a maneira de citar reformulando o que foi dito, recuperando somente seu conteúdo, sem, no entanto, ser sua reprodução fiel. A delimitação entre as vozes não se torna tão clara como no DD.

Exemplo de DI: <<Na quarta-feira (15), 419 professores não cumpriram com suas obrigações>>.

Outro aspecto importante de nossa análise refere-se à atenção à movimentação dos verbos *dicendi* – introdutores de ato de fala, presentes nos discursos relatados, por fornecer pistas para a construção de efeitos de sentido ao que foi citado.

Por exemplo: <<“Os programas são oferecidos, mas as condições não são dadas aos professores para que eles participem. O professor não tem, por exemplo, a dispensa do trabalho nos dias em que ele precisa assistir às aulas. As prefeituras e governos estaduais que deveriam ser os primeiros interessados acabam não estimulando o aprimoramento”, **diz Roberto Leão**>>.

Para melhor se entender a importância dos verbos *dicendi*, vejamos como seria se trocássemos o verbo dizer pelo verbo denunciar ou pelo verbo ironizar nesse enunciado:

ⁿ Alguns termos e trechos entre aspas são chamados de “ilha textual”. São utilizados, no discurso indireto, para dar destaque e distanciar o que está entre aspas do resto do discurso – do discurso do enunciador. Exemplo: “Para a presidenta da Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), Cleuza Repulho, é um “grande equívoco pedagógico” colocar os professores menos preparados para atender as crianças mais novas”.

- *Os programas são oferecidos, mas as condições não são dadas aos professores para que eles participem. O professor não tem, por exemplo, a dispensa do trabalho nos dias em que ele precisa assistir às aulas. As prefeituras e governos estaduais que deveriam ser os primeiros interessados acabam não estimulando o aprimoramento, **denuncia Roberto Leão**;*
- *Os programas são oferecidos, mas as condições não são dadas aos professores para que eles participem. O professor não tem, por exemplo, a dispensa do trabalho nos dias em que ele precisa assistir às aulas. As prefeituras e governos estaduais que deveriam ser os primeiros interessados acabam não estimulando o aprimoramento, **ironiza Roberto Leão**.*

A forma de ler o enunciado citado se modifica juntamente com o verbo escolhido, lembrando que a escolha do verbo fica por conta do enunciador-jornalista.

Nessa direção, Bakhtin ⁴² (p. 158) afirma que “*Os esquemas exprimem uma tendência à apreensão ativa do discurso de outrem. Cada esquema recria à sua maneira a enunciação, dando-lhe assim uma orientação particular, específica*”. Aponta, assim, para a questão de que quando um discurso é retirado de seu contexto inicial ele não vai produzir o mesmo efeito de sentido. Os trechos relatados do discurso de outrem nos textos jornalísticos acabam produzindo um falso efeito de transparência e alteridade.

Assim, possui-se o propósito de discutir as implicações dos efeitos de sentido ao problematizar as fronteiras entre o sintático e o histórico-discursivo do discurso relatado em um texto jornalístico ^{53,54,64}.

A maneira como a voz citada é designada pelo citante também contribui na interpelação dos efeitos de sentidos produzidos pelo texto jornalístico. Maingueneau ⁴⁴ chama atenção para as formas de designação utilizadas, isto é, a maneira que o enunciador apresenta a voz citada. Em alguns casos é preciso que o coenunciador possua um conhecimento léxico específico para identificar uma designação, em outras o próprio enunciador apresenta essa voz remetendo a ela um nome próprio ou a um grupo já definido. No nosso caso específico, estivemos atentos às designações dadas aos professores que eram citados, direta ou indiretamente, nas notícias selecionadas.

3.7. Discussão das análises a partir das questões norteadoras

A partir de nosso referencial teórico, construímos questões norteadoras para nossa análise, buscando interrogar as notícias a partir do ponto de vista da atividade ^{17,18,28,30,31,33,39,48}.

- Que sentidos circulam nas reportagens em relação ao envolvimento e compromisso dos professores com o trabalho e com a qualidade do ensino?
- De que forma o processo saúde-doença é apresentado nas notícias?

CAPÍTULO 4. ECOS DA CADEIA DIALÓGICA: ANÁLISE DAS NOTÍCIAS SOB O PONTO DE VISTA DISCURSIVO

4.1. Notícia 1 (N1): *Professores Lideram Pedidos de Licença Médica na Capital*

A reportagem é do jornal cearense de grande circulação chamado Diário do Nordeste, veiculada no mês de fevereiro de 2012 em sua edição online e assinada por Mozarly Almeida. O título apresenta o tipo de afastamento mais requerido pelos professores, àquele referente ao comprometimento da saúde. No subtítulo, por meio do discurso segundo, são apontadas as principais doenças – voz, neuroses e depressão – que causam os afastamentos entre os professores da rede pública do Ceará.

Levantamento do IPM indica que^o, além de patologias da voz, esses profissionais sofrem de depressão e neurose.

Encontramos a utilização do DI:

Um dos maiores vilões para o exercício do magistério, o giz, entrou em desuso, em algumas escolas da rede pública, há pelo menos uma década. Contudo, na difícil tarefa de transmitir o conhecimento, outros vilões persistiram ou despontaram e são, hoje, os responsáveis por tornar o educador o profissional que mais se ausenta do trabalho devido às questões de saúde.

A voz do jornalista se destaca e catalisa diversos dados que revelam alguns fatores nocivos à atividade dos professores.

Nos dois parágrafos que seguem, mesmo com a utilização do discurso segundo, que sinaliza a fonte do relato, há uma sensação de continuidade entre as vozes do citado – Instituto de Previdência do Município (IPM) – e do citante – jornalista. A utilização de numerais de alto valor colaboram para o tom objetivo e imparcial do conteúdo.

Em Fortaleza, os professores da rede pública lideram os pedidos de licença médica e de transferência de função, conforme levantamento do Instituto de Previdência do Município (IPM). No ano passado, a Junta Médica do IPM realizou 19.415 atendimentos. A licença médica foi a principal demanda, sendo concedidas, no período, um total de 10.561. Entre os servidores municipais atendidos, sobressaíram-se os professores, para os quais foram concedidas 4.921 licenças e 591 readaptações.

^oTrecho em discurso segundo destacado será destacado conforme esse exemplo.

Apesar de, no Município de Fortaleza, os professores serem maioria (chegam a quase 35 mil servidores), o levantamento indica que a categoria tem um quadro de saúde preocupante, admite a coordenadora da Junta Médica do IPM, Auxiliadora Gadelha. As patologias decorrentes do uso excessivo da voz lideram entre os problemas físicos. Já as neuroses, depressões e síndrome do pânico são as questões psíquicas mais comuns” (grifo nosso).

A coordenadora da junta médica do IPM assinala as condições preocupantes de saúde dos professores, respaldada por um levantamento feito pelo instituto. Entretanto, o verbo *dicendi* utilizado é *admite*. Ressaltamos a relação feita neste parágrafo entre a expressão “uso excessivo” e atividade profissional exercida, que resulta em agravos físicos e mentais. O uso da terminologia técnica causa uma sensação de impacto, ao mesmo tempo em que oferece credibilidade ao conteúdo veiculado.

Após a utilização do verbo *admite* para modalização do discurso da coordenadora da junta médica do IPM, no trecho seguinte, a reprodução de sua fala é introduzida através verbo *observa*.

“Tem profissional que entra em pânico ao se deparar, em sala de aula, com a problemática de crianças pobres, com famílias desestruturadas, que muitas vezes usam drogas ou até mesmo são agressivas”, observa a médica do IPM^P. Quanto às doenças da voz, ela cita as disfonias, laringites e pólipos focais.

Portanto, apesar de os conteúdos da voz da médica do IPM, em ambas as frases, possuírem elementos de grande impacto e que chamam atenção para o quadro de degradação da saúde dos professores, os verbos *admite*, *observa* e *cita* podem criar um tom passivo, de aparente neutralidade frente à gravidade do conteúdo.

Nos trechos a seguir, é cedido espaço de aproximadamente dez linhas para a voz da Secretaria de Educação do Município.

Também a chefe da equipe lotação de pessoal da Secretaria de Educação do Município, Leuma Asfor, reconhece o grande número de pedidos de afastamentos do trabalho por parte dos professores da rede pública. “Hoje, o educador não tem nem vez nem voz”, reclama, explicando ser difícil, em muitas situações, conter crianças e adolescentes indisciplinados. “Algumas são mesmo violentas. Chegam a ameaçar o professor, até mesmo devido à nota baixa que recebem”, conta ela.

^PTrecho em discurso direto será destacado conforme esse exemplo.

Leuma Asfor confirma não serem raros os pedidos de afastamentos motivados pelas ameaças de morte por parte de estudantes que tiveram contrariedades de pouca relevância. “Alguns alunos cumprem regime de liberdade assistida”, lembra, adiantando que os conflitos registrados na escola, muitas vezes, são apenas uma decorrência do que já existe dentro de casa. “Isso e a carga horária excessiva provocam uma situação de muito estresse” comenta.

Em três das quatro ocorrências de discurso direto, os verbos *dicendi*: *conta*, *lembra* e *comenta* são utilizados em sentenças que confirmam a informação dada anteriormente através do uso do discurso segundo. Nesses casos, os verbos: *reconhece*, *explicando* e *confirma* parecem transmitir de forma mais contundente a violência social que atravessa os muros da escola.

O quadro de aflição e temor vivenciado por muitos professores foi facilmente comprovado pela reportagem em uma rápida visita a escolas da rede pública. Embora, de um modo em geral, a diretoria dos estabelecimentos de ensino fizessem questão de negar as ocorrências de conflitos, alguns professores admitiram o problema. Porém, temerosos de represálias por parte dos alunos, preferiram omitir a sua identidade.

No fragmento acima, temos o exemplo do relato em DI, em que é retomado o que foi citado anteriormente. Nesse momento, podemos ter a sensação de que o enunciador-jornalista é imparcial, possuindo um compromisso com os fatos. Ainda é possível ter a impressão de haver uma “justificativa” dos motivos que levam direções das escolas visitadas optarem pelo silenciamento e o apagamento da violência no cotidiano das escolas. Essas condições de trabalho são constatadas pela própria equipe de reportagem que visitou rapidamente algumas escolas públicas, aumentando, de certa maneira, a confiabilidade das informações noticiadas.

No decorrer da reportagem, as opiniões e vivências de dois professores da rede pública são expostas.

“A gente vive em estresse contínuo”, afirma um professor de Educação Física da rede municipal e estadual, relatando que um aluno já tentou arremessar contra ele um tijolo, sem nenhum motivo aparente. “Ele brigava com facilidade com os colegas e até tinha chutado uma garota. Noutra ocasião, recebeu ameaça de morte de um estudante que ele levou para a direção devido à indisciplina e por se negar a fazer suas tarefas. O professor chegou a fazer um Boletim de Ocorrência na Delegacia, mas retirou o BO ao saber que o adolescente, residente no bairro Tancredo Neves, era envolvido com drogas. Eu tive até problemas digestivos, refluxo. É uma situação pesada”, relata. (grifo nosso).

*Medo, palpitações cardíacas e estresse foram os principais tormentos vivenciados por uma professora de uma escola do bairro do Mucuripe após ser ameaçada de morte. **Ela recorda** que um aluno, anonimamente, fez chegar às suas mãos um bilhete contendo desenho de uma pessoa sendo perfurada com um punhal, inclusive nos órgãos genitais. Apavorada, pediu licença e nunca mais retornou àquela unidade. “Não houve sequer uma investigação para se descobrir o autor dos desenhos”, **lamenta ela, lembrando** que também tem doenças nas cordas vocais.*

Os verbos introdutórios que se referem às falas dos docentes: *afirma, relata e lembra*, tanto em DD como em discurso segundo, podem insinuar certa passividade perante aos fatos de violência que adentra o ambiente escolar relatados.

Nos parágrafos finais da reportagem, a voz que ganha espaço é de uma vice-diretora de uma escola municipal.

***A vice-diretora da Escola Municipal do Ensino Infantil e Fundamental (EMEIF) José Ramos Torres de Melo, Janáina Silva, garante que**, nesta unidade da rede pública municipal, localizada no bairro do Mucuripe e em área de abrangência da Secretaria Regional II (SER II), não são identificados conflitos entre os alunos e professores”.*

***A escola, atualmente, vem desenvolvendo a Campanha “Respeito é bom e eu gosto” como uma das estratégias para conscientizar os alunos quanto aos valores morais necessários a um boa convivência na escola.** “A gente procura incutir no aluno a importância de uma boa convivência com os colegas, professores e funcionários”, **cita**. (grifo nosso).*

*Contudo, **adiantou**, são comuns problemas de voz entre os educadores. Fenda glótica e calos nas cordas vocais destacam-se, já tendo provocado o afastamento de alguns profissionais das atividades. “Eles precisam falar muito com os alunos e terminam comprometendo a voz”, **afirma**.*

O encadeamento dessas sentenças é interessante, pois a direção da escola *garante* que não há *conflito* entre alunos e professores. Desta maneira, o verbo transmite sentido de certeza e de testemunho, enquanto a palavra *conflito* de certa maneira descaracteriza a complexidade da violência presente nas escolas ao passar uma ideia de uma ação pontual entre duas partes, com tempo e espaço delimitados.

A inserção da ilha textual “Respeito é bom e eu gosto” no DI afirma a separação entre o discurso da direção da escola e o jornalista enunciador.

Encerrando a reportagem é retomada a informação da enorme quantidade de doenças relacionadas à voz dos professores, associando-a ao uso excessivo das cordas vocais como exigência do trabalho. O tom sugerido pelos verbos *adiantou* e *afirma* nas últimas frases trazem uma ideia de que foi uma informação dada “a mais” pela direção.

4.2. Notícia 2 (N2): *Profissionais como Professores e Cabeleireiros têm Mais Chances de Desenvolver Varizes*

A reportagem foi veiculada em fevereiro de 2012 pelo jornal do Rio Grande do Sul Zero Hora, em sua página da Internet. Antes mesmo do título da reportagem nos deparamos com a expressão “muito tempo em pé”. O título nos apresenta o seu assunto central: a maior ocorrência de doenças circulatórias está em profissionais como os professores e cabeleireiros. Ao nos depararmos com o subtítulo: *Veias das Pernas Levam o Sangue no sentido dos Pés para o Coração* encontramos uma pista sobre o viés biomédico a ser utilizado no tratamento da temática central abordada.

Essa perspectiva biomédica se afirma durante todo o texto de sete parágrafos em que é apresentada exclusivamente a visão a médica através do DD e do discurso segundo. Existem muitas explicações sobre o surgimento de varizes e recomendações para sua prevenção. Quando não há ocorrência de fala médica, como no primeiro parágrafo, o próprio jornalista enunciador trata de emitir informações de sintomas.

A notícia é introduzida por um parágrafo narrativo contendo informações objetivas e gerais sobre predisposições para o aparecimento de varizes.

O surgimento de varizes se deve a uma série de fatores: hereditariedade, idade – é mais comum após os 40 anos –, sexo – principalmente mulheres –, gravidez, fumo, alterações hormonais, uso de estrógenos – pílulas anticoncepcionais e hormônios de reposição –, exercícios físicos com cargas em excesso, estresse, má alimentação e sedentarismo.

Inicialmente, a informação acerca dos fatores que conduzem ao surgimento das varizes não é explicitamente atribuída a outro enunciador: o jornalista parece se responsabilizar pelos dados iniciais. Em seguida, um especialista é convocado a comentar/legitimar esses dados citados.

Ao longo de toda a reportagem apenas é relatada a voz de um médico.

No entanto, profissionais que ficam muito tempo em uma mesma posição durante a jornada de trabalho estão mais propensos a desenvolver o problema, pois isso prejudica o

fluxo sanguíneo. É o caso de **professores** e cabeleireiros, como cita o angiologista e cirurgião vascular José João Lopes. (grifo nosso).

– As veias das pernas levam o sangue no sentido dos pés para o coração, ou seja, de baixo para cima. Esse sentido da circulação é o oposto da força da gravidade, o que dificulta o retorno do sangue se a pessoa permanece por muito tempo em pé - explica Lopes.

Além disso, para que o fluxo venoso vença a força da gravidade e prossiga em sua trajetória normal, é necessária a contração muscular e uma respiração correta, que consiste na pressão abdominal negativa, isto é, uma expiração total.

O médico destaca ainda que o pé tem um papel preponderante na circulação.

– Na planta do pé há um tecido semelhante a uma esponja, que é comprimido ao caminharmos. Nesse processo, acontece um movimento de flexão e extensão que auxilia a volta do sangue ao coração - esclarece.

Há várias recomendações para prevenir o desenvolvimento de problemas circulatórios para esses profissionais. Segundo o cirurgião, é possível reduzir a possibilidade de desenvolver varizes tendo uma vida saudável: praticar exercícios físico, manter uma dieta balanceada, evitar o consumo de bebidas alcoólicas, cigarros e procurar um especialista logo que notar os primeiros sintomas.

Embora, inicialmente, tenha-se feito uma relação entre o desenvolvimento de varizes e o tipo de atividade profissional, ao longo da reportagem, os verbos que introduzem tanto a fala do especialista quanto a discussão proposta produzem um efeito de isenção do tipo de atividade profissional em relação ao aparecimento dos sintomas. Sugere-se um sentido asséptico à doença descrita. Ou seja, os verbos *dicendi* utilizados para reportar a voz do médico, *cita*, *explica*, *destaca*, *esclarece*, assim como o termo *segundo*, junto ao encadeamento das ideias de conteúdo estritamente biomédico, criam um afastamento entre as condições de trabalho das professoras e a doença à qual estão sujeitas.

Chama a atenção, no último parágrafo, o elemento nominal “*várias recomendações*”. Pela sequência do parágrafo, pode-se inferir que quem recomenda é o médico. O objetivo desse relato é apresentar indicações para uma vida saudável, individualizando nos corpos os efeitos de uma atividade profissional.

4.3. Notícia 3 (N3): *Professores da Rede Pública Apresentam 900 Atestados às Vésperas do Feriado*

Esta notícia, veiculada no Correio Brasiliense, jornal de maior destaque do Distrito Federal, no mês de fevereiro de 2012, apresenta como temática central a ausência de professoras nas salas de aulas nos dias que antecedem e precedem um dos maiores e mais conhecidos feriados brasileiros: o carnaval. A reportagem não é assinada.

Ela se apresenta em uma linguagem coloquial, de leitura fácil e rápida. Contendo apenas três parágrafos somando aproximadamente 15 linhas. Expressões como: “*mal começou o ano*”, “*se continuar nesse ritmo*”, “*em diante*” e “*má fé*”; exemplificam essa afirmativa.

Números e dados da Secretaria de Educação são citados de forma pontual e objetiva, mais adiante é informado que a partir do mês de setembro a quantidade de atestados aumenta, e ainda é posto em cheque a veracidade desses atestados médicos apresentados pelos professores que trabalham na rede pública.

Sob o olhar atento ao discurso relatado encontramos exemplos de discurso segundo. Nessa forma, os trechos a seguir são apresentados com as palavras de quem escreve, no caso, o jornalista, fazendo referência à fonte da informação.

De acordo com a Secretaria de Educação, se continuar nesse ritmo, a tendência é chegar a 50 mil atestados até o fim do ano. Mais que no ano passado, quando o número chegou a 33 mil. Quando um atestado médico é aprovado, são necessários três dias para a contratação temporária de outro professor.

A assessoria de comunicação da secretaria informou que do mês de setembro em diante, é comum o aumento de atestados de saúde, mas que esse dado é preocupante.

Para a secretaria, é preciso partir do princípio de que os laudos de saúde, que são periciados pelos médicos da própria casa, são verdadeiros.

De acordo com a assessoria, se houver casos de má fé, as providências cabíveis serão tomadas.

Em todos os fragmentos acima, o espaço para as informações sobre os afastamentos é oferecido somente à Secretaria de Educação, mesmo que este problema possua como protagonista os professores de escolas públicas.

Em outros trechos o jornalista se coloca no lugar daquele que possui a informação, não revelando de forma clara sua fonte. Vejamos:

O ano letivo na rede pública mal começou e os alunos já enfrentam problemas com o aumento do número de atestados médicos enviados por professores à Secretaria de Educação.

E,

Às vésperas do carnaval, a soma de educadores que não compareceram às salas de aula durante esta semana chega a 900.

De imediato é difícil supor que a fonte da afirmativa não seja o próprio jornalista. A partir de uma leitura mais atenta podemos supor que pais e/ou alunos tenham notado a ausência dos professores; a direção de alguma escola, que tem acesso a um quadro mais geral de absenteísmo, ou até mesmo da própria Secretaria de Educação, possam ser a fonte da informação. O tom de denúncia utilizado na afirmativa também é importante de ser destacado. Quando é citado: “*Será realizado um estudo para avaliar a saúde dos professores da rede pública*”. Podemos supor que será feito pela Secretaria de Educação, entretanto, temos somente a afirmação do jornalista de que haverá o estudo.

Há, também, o exemplo de DIL:

Na quarta-feira (15), 419 professores não cumpriram com suas obrigações.

Esse tipo de relato transmite uma perfeita mistura entre citado e citante, encontramos o número de professores que não trabalharam em determinado dia inserido ao tom de denúncia utilizado pelo jornalista.

4.4. Notícia 4 (N4): *A Relação Aluno-Professor Não é a Mesma*

A reportagem, publicada no *site* do jornal Diário de Cuiabá, Mato Grosso, e assinada por Joalice de Deus, é dividida em 11 parágrafos e toca na relação aluno-professor, segundo relatos de professores de escolas públicas da capital. Ela tangencia questões relativas à violência verbal sob o ponto de vista da moral e da indisciplina. Ressaltamos a construção, em toda a reportagem da imagem de um professor comandante, disciplinador e “um segundo pai ou mãe”.

Em relação aos dois primeiros parágrafos:

A indisciplina e o desrespeito em sala de aula são as principais dificuldades que educadores enfrentam no cotidiano escolar. O problema sempre existiu, mas vem se agravando. Antigamente, o professor tinha status de autoridade e, quando falava, todos ouviam. Atualmente, parece não dispor mais do devido comando em sala de aula e enfrentam

a falta de respeito, de interesse dos estudantes em relação aos conteúdos ministrados e até agressões físicas ou verbais.

Aparentando cautela, profissionais da rede pública, em Cuiabá, reconhecem o problema. Porém, amenizam afirmando que os atos mais graves são raros, ao mesmo tempo em que citam fatos em que já foram vítimas de estudantes com comportamentos hostis.

O autor utiliza uma forma narrativa para introduzir a notícia, cobrindo os tópicos gerais que serão tratados mais a frente. Não se sabe de onde o jornalista obteve tais informações (apagamento de fonte) e isso, aliado à forma narrativa, concede ao parágrafo um tom de generalização e objetividade maior. Por meio do encadeamento das ideias, ainda supomos que existe também um tom de reclamação presente.

No segundo parágrafo, temos um caso de enunciador genérico, em que uma fala é atribuída a um grupo de pessoas, sugerindo que o enunciador-jornalista sintetiza relatos diversos. Os relatos são atribuídos aos profissionais da rede pública – professores – introduzidos pelos verbos *reconhecem*, *afirmando* e *citam*. Nesses relatos, a existência do problema é reconhecido pelos professores. Há um tom receoso por parte dos profissionais, construído a partir da expressão “*aparentando cautela*” e/ou do verbo *amenizam*, enunciado pelo jornalista.

Os três próximos parágrafos configuram a fala de um dos professores.

Este é o caso da mestre em Educação Raquel Loureiro [já ter sido vítima de estudantes com comportamentos hostis], professora de Geografia da Escola Estadual Liceu Cuiabano, um dos mais tradicionais da Capital.

Ela conta que uma aluna estava com celular ligado em sala (o que é proibido pelo regimento interno da unidade) e mostrava algo para os colegas. Advertida várias vezes, a estudante passou a desferir palavras de baixo calão contra a profissional. “Foi só uma vez e ocorreu há um ano”, afirma.

O terceiro parágrafo serve de introdução para o quarto, apresentando em DIL a professora e como ela se encaixa no que foi dito no parágrafo anterior. O parágrafo consecutivo prossegue na forma de DIL, com o autor narrando com suas palavras o relato da professora sobre a indisciplina de uma aluna. Deparamo-nos, então, com um DD, onde o autor recorta as palavras da professora “*Foi só uma vez e ocorreu há um ano*” do discurso da professora e o fecha com o verbo *dicendi afirma*. Assim, é posicionado de forma mais evidente o início e o término do relato da professora.

Docente há 15 anos, Raquel faz uma espécie de retrospectiva sobre a situação. “Quando comecei a dar aula, o aluno tinha mais respeito e aceitava os comandos do professor. Hoje, estão sem limites, ganham livros, merenda, têm à disposição equipamentos de informática, laboratórios e outros recursos, até passe-livre recebem para virem à escola, mas para você conseguir que eles aprendam alguma coisa tem que fazer malabarismo”, diz, e acrescenta que se sente reconhecida e recompensada quando ex-alunos chegam a lhe agradecer pela sua maneira e atitude em sala de aula. (grifo nosso).

O quinto parágrafo é introduzido, novamente, por um DIL, que serve como introdução ao DD da professora. A professora afirma que os alunos mudaram para pior, e “sem motivo”, visto que recebem mais benefícios do que alunos recebiam anteriormente e, em contraste, eram mais disciplinados; como se fosse um enigma da geração atual. O autor então retoma o DIL para apresentar a última fala da professora que, por ir de encontro ao que foi mencionado em sua fala anterior cria-se uma sensação de diminuição da relevância e importância na notícia a partir dos elementos textuais escolhidos.

Os três parágrafos adiante são relacionados à fala de outra professora.

De mesmo sentimento compartilha a professora de Inglês do colégio Nilo Povoas, Fátima Comini. Em seus 18 anos de profissão, inclusive na rede particular, Comini também reconhece que já sofreu agressão verbal, pelo menos uma vez.

Porém, segundo ela, os alunos indisciplinados e que infernizam a vida de quem se dedica a ensinar ou transmitir o que sabe são a minoria. “O problema é que tem a história da maçã podre no cesto, que pode contaminar o restante. Por ser uma professora exigente, e se não for assim eles relaxam, a maioria acaba ouvindo a gente”, afirma.

A docente considera a ausência dos pais um dos entraves para a melhoria na relação e para o avanço no processo ensino-aprendizagem. “Na rede privada há todo um sistema que cobra e acompanha. O aluno sabe que é cliente, acha que tem mais ‘poder’ (que o professor), mas acaba fazendo tudo porque é o pai quem paga e também cobra. Na escola pública, a presença dos pais é quase zero e o sistema educacional não acompanha e não funciona de acordo com a realidade”, criticou.

Na forma de DIL, é descrita a experiência de Fátima Comini como professora, conferindo um *status* a ela a partir de sua descrição. A escolha do verbo *reconhece* ao mencionar que a docente já foi vítima de agressão verbal cria um tom de vergonha e constrangimento, de algo que foi dito somente por ter sido perguntado. No parágrafo que segue, o DIL introduz um DD, no qual a professora explica que existem muitos alunos

disciplinados e que isso se deve muito à sua rigidez e imposição de autoridade em sala de aula, individualizando tanto o problema quanto a sua solução da indisciplina. Nesse último trecho dedicado à fala dessa professora (que tem a mesma estrutura discursiva do anterior), é apontado como um dos motivos principais da indisciplina a ausência dos pais. Sua fala é encerrada pelo verbo *dicendi criticou*, explicitando um tom de censura adotado pela professora em seu discurso.

O próximo parágrafo remete a um evento que ocorreu no momento da entrevista.

No momento da entrevista, horário do intervalo, um estouro, semelhante a de uma bomba, ecoou pelo pátio e corredores do Nilo Póvoas. O artefato, do tipo traque, foi explodido no pátio inferior em meio aos alunos. Caso seja identificado, o responsável pode até ser expulso da unidade, o que é difícil de acontecer, segundo os professores.

O autor do texto descreve de forma minuciosa o ocorrido e expõe ao leitor a punição que o aluno receberá, caso seja identificado. A forma que ele utiliza para fazer isso é o DIL e quem provê essa informação são os professores entrevistados.

A seguir, é introduzido o discurso do coordenador pedagógico da escola, Donizetti Ribeiro.

De acordo com o coordenador pedagógico do Nilo Póvoas, Donizetti Ribeiro, os conflitos mais frequentes na unidade referem-se ao ambiente escolar como um todo. “É aluno que chega atrasado e quer ficar perambulando pelos corredores ou que não quer desenvolver as atividades. Os desentendimentos com professores, aqui no Nilo, não são tão comuns”, afirma. Os casos mais graves são encaminhados para a coordenação, que faz o papel de orientar e intermediar o conflito. Os pais também são convocados e informados sobre o problema.

Através de modalização em discurso segundo – *de acordo com* – o jornalista expõe as informações concedidas pelo coordenador, após apresentá-lo. Em seguida, o DD expõe a reclamação do coordenador em relação ao mau comportamento dos alunos. O jornalista então adota o DIL para expor o restante da fala do coordenador pedagógico, onde é explicado o procedimento em casos mais graves.

Adiante, o coordenador, que também é professor, conta sua história.

Professor de História há 20 anos, dos quais 12 em unidades públicas, Ribeiro também reconhece que a relação entre docentes e alunos mudou. “Antes, a escola era o segundo lar para o aluno. O professor era considerado um segundo pai ou segunda mãe. Hoje, é outra realidade. Vivemos numa sociedade democrática e vivenciamos perdas de determinados

valores. Assim, há alunos vivendo em clima de extrema liberdade em que os direitos não acompanham os deveres e alguns acham que sequer precisam desenvolver atividades em salas”, avaliou.

Aqui, novamente, é usado o DD para o relato da fala do professor. Ela é “apresentada” através de um DIL. O professor opina sobre como a imagem e o papel do professor mudou e como isso influenciou a mudança no comportamento dos alunos. Seu discurso é encerrado pelo verbo *avaliou*, conferindo um status de autoridade e conhecimento ao professor em questão.

4.5. Notícia 5 (N5): Salário de Professor no Pará Aumentou 250% em 10 Anos

A notícia é veiculada pelo jornal O Paraense, em abril de 2012, e há o registro de duas fontes: “*postado por Ronaldo Brasiliense*” e “*Fonte: Elyne Santiago – SEPROS*”. Possui como assunto central uma nova política salarial para os professores do Estado do Pará. Logo de início, é apresentado o aumento de 250% do salário desses profissionais. Cinco vezes são reportadas na notícia: Secretaria de Estado de Educação (Seduc), Ministério da Educação (MEC), Governo do Estado, e os professores Márcio Moraes e Luís Neves.

Durante os cinco primeiros parágrafos, somente é reportada a fala do governo, captada através da forma de DI.

Ao longo dos 11 parágrafos, o DD é utilizado somente quando os professores são citados. Podemos supor uma maior adesão ao discurso dos órgãos governamentais e um distanciamento dos professores. Não é sinalizada oposição entre as novas medidas do governo e a opinião dos professores. Pelo contrário, os professores reafirmam e elogiam as novas políticas anunciadas. Somente ao final da reportagem, o professor Luís Neves problematiza as medidas anunciadas ao apontar para a necessidade de uma ampliação dessas em relação a uma condição ideal para a realização do trabalho docente.

Nos dois primeiros parágrafos, há três ocorrências de discurso segundo nas quais o jornalista-enunciador apresenta dados e informações oficiais acerca da situação salarial dos professores da rede pública de ensino, visando conferir domínio e objetividade acerca dessas informações. Nessa mesma direção, nos chama a atenção o uso recorrente que é feito de numerais e porcentagem.

A variação do salário do professor da rede estadual de ensino, nos últimos 10 anos, segundo cálculos da Secretaria de Estado de Educação (Seduc) foi de 250%,

aproximadamente. Em abril de 2002, o vencimento base do professor (com nível superior, em início de carreira) era de R\$409,54 e passou para R\$1.458,11, em março de 2012. A remuneração média do magistério no Estado Pará hoje, com base no piso de R\$1.451, anunciado em fevereiro pelo Ministério da Educação, passa a ser de R\$4.070, no Pará.

Mesmo com a concessão de abonos, em 2002, o salário do professor em início de carreira era de apenas R\$1.044,88. Com o novo piso salarial anunciado pelo Ministério da Educação (MEC) em 27 de fevereiro deste ano, a remuneração do professor recém-formado passa para R\$3.555.

Dessa forma, faz-se menção a órgãos governamentais – Seduc e MEC para informar ao leitor a fonte dos dados. Entretanto, como não há a utilização de aspas no conteúdo informado, o jornalista acaba se tornando porta-voz oficial das informações sobre as alterações salariais dos docentes. A notícia usa o masculino genérico.

Mais adiante, três parágrafos utilizam do DIL, assim, o jornalista-enunciador ocupa o espaço de fonte primária das informações em diversas passagens. Vejamos:

Os recursos para pagamento do Piso Nacional são provenientes do Tesouro Estadual e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O Governo do Estado incorporou o valor do abono pago com recursos do Fundeb ao vencimento base. Assim, o valor do antigo abono passou a incidir sobre todas as gratificações que compõem a remuneração, como titularidade e escolaridade.

Outra vantagem da incorporação é que nos afastamentos para tratamento de saúde, licença para curso, maternidade, entre outros, o servidor deixava de receber esse valor. Agora, o abono é uma remuneração salarial definitiva, inclusive para fins de aposentadoria e férias.

O aumento salarial para os docentes significa um acréscimo de R\$11.900.300,00 na folha de pagamento da Seduc. O valor do retroativo referente aos meses de janeiro e fevereiro deste ano, quando o novo valor foi implantado pelo Governo Federal, será pago pelo Estado em três parcelas, a partir do mês de setembro. O montante do retroativo é de R\$28 milhões.

Avançando na leitura do texto, encontramos a ocorrência do DD com aspas.

“Antigamente, não havia perspectiva alguma de carreira para o professor, não tínhamos piso e nosso salário era baseado no salário mínimo. Eu ganhava, para 280 horas, em torno de R\$1.600,00. Hoje a perspectiva é de melhora com o pagamento do Piso e o

Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR), pois incentiva o professor a se qualificar e isso reflete na qualidade do ensino”, avalia o professor Márcio Moraes, que tem 11 anos de profissão e leciona matemática nas Escolas Estaduais Antônio Moreira Júnior e Márcio Moreira Ayres.

A reportagem destaca um relato de um professor que descreve com detalhes a melhora no valor de seu vencimento e a importância de tal medida para o incentivo à qualificação profissional, além disso, ressalta o tempo de experiência que ele possui e o fato de lecionar em duas escolas públicas. O verbo *dicendi* empregado é *avalia*. Assim, tal destaque contribui para sinalizar que esse professor está autorizado a avaliar a política salarial atual adotada pelos governos estadual e federal.

No parágrafo seguinte, a voz deste professor é apresentada novamente através do discurso segundo e do DD:

O incentivo, segundo ele, está na diferença que hoje há na remuneração base do professor, – com a efetivação do PCCR – visto que o servidor que possui curso de especialização recebe um vencimento diferenciado do professor com apenas o nível superior e assim sucessivamente.

O discurso segundo utilizado pelo jornalista acaba recuperando o que o professor apontou no DD anterior. Ao que parece, o discurso segundo é validado pelas palavras do próprio professor, através do DD citado. A seguir, mais uma vez a voz do professor ganha formato de avaliação através do verbo *avalia*.

“Antes, não tínhamos bolsa de mestrado, bolsa-doutorado e atualmente o professor é liberado para se qualificar. Eu já fiz duas especializações pela Seduc, uma em Ciências, Educação e Matemática e a outra em Inclusão Científica e isso demonstra uma busca pela qualificação do profissional”, avalia.

Seguindo, temos a presença do DD:

Após quase duas décadas de espera, o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, baseado na Lei nº 7.442/2010, foi efetivado no dia 15 de setembro de 2011, contemplando professores e técnicos em educação (pedagogos), aposentados e inativos da Seduc. Com ele, 12 níveis de vencimentos passaram a existir, divididos em classes.

A cada três anos de serviço, o vencimento base do professor terá um acréscimo de 0,5% e mais 5% de adicional de tempo de serviço. Outra conquista com o Plano é a “Gratificação Progressiva” – 10% do vencimento para os professores que ingressaram com nível médio e que já têm hoje licenciatura. Essa gratificação chegará a 50% em cinco anos.

Ainda para o PCCR foi criada a “Gratificação Risco de Vida” para os docentes da rede estadual, que é de 50%, para aqueles que atuarem dentro da Superintendência do Sistema Penitenciário (Susipe) e Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa).

As gratificações que incidem no salário dos professores correspondem a 10% para especialização; 20% para mestrado; e 30% para doutorado.

Esse tipo de discurso parece conferir ao texto uma forte nuance de um informe governamental, isto porque é apresentado ao leitor passo a passo como funcionará o novo cálculo salarial. Essa explicação continua em discurso segundo no parágrafo abaixo:

De acordo com o PCCR, elas estão distribuídas da seguinte forma: os professores do ensino regular têm acréscimos de 10% no vencimento base; os professores que lecionarem para a educação especial têm gratificação de 50%. Já os que lecionarem no interior, por módulos, têm gratificação de 180%. Os que possuem nível superior, têm gratificação de 80% do vencimento.

O fechamento da reportagem é realizado por intermédio do relato em discurso segundo e do DD de outro professor da rede pública.

Para o professor de História da Escola Estadual General Gurjão, Luís Neves, o Governo demonstra compromisso com a qualificação profissional. “Ainda não é o ideal, mas esses aumentos significam uma demonstração de luta da categoria e demonstração por parte do Governo em sinalizar mudanças. A mudança não é baseada apenas na questão salarial, mas em incentivos na qualificação profissional dos professores, melhoria na infraestrutura nas escolas”, pontua.

É possível perceber uma divergência entre a primeira sentença do relato do professor em discurso segundo, onde um tom de satisfação está presente e o DD apresentado. Com este último, por intermédio da expressão luta da categoria, é inserido um novo ator responsável por essa melhora salarial: o movimento organizado da categoria, além de pontuar criticamente que outras mudanças ainda são necessárias, como “*incentivos na qualificação profissional dos professores, melhoria na infraestrutura nas escolas*”.

O discurso relatado aqui é apenas uma das pistas. Outro elemento que indica as divergências é o modo como são designados o reajuste anunciado (variação salarial, concessão de abono, incentivo, resultado de luta), como era (falta de perspectiva, sem piso) e como ficou (melhora, incentivo, qualidade, ainda não é o ideal) (Quadro 4). Perspectivas em embate!

Quadro 4 Comparativo dos termos utilizados para designar o aumento salarial.

Antes	Agora
“aumento salarial”	“acréscimo na folha de pagamento”
Não havia perspectiva	Varição de salário
Concessão de abono	Melhora, incentivo, qualidade de ensino
Sem piso, valor fixado pelo salário mínimo, vantagem	Como parte do vencimento definitivo
Abono	Ainda não é o ideal
Décadas de espera	
Disposição de luta da categoria	

4.6. Notícia 6 (N6): 25% dos Professores do Ensino Básico do País Não Têm Ensino Superior

Notícia veiculada no portal de notícias *online* da Folha de São Paulo em abril de 2012 apresenta como temática central a alta porcentagem de professores do ensino básico brasileiro que ainda não possuem formação de nível superior para o exercício da docência. Em 15 parágrafos, a reportagem discorre sobre tal temática a partir de falas institucionais: Censo Escolar de 2011, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), CNTE e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Já os órgãos de pesquisas estatísticas oficiais dão o tom dramático à reportagem, ao mostrar de forma numérica a alta porcentagem de professores que não possuem a qualificação adequada.

Inicia-se a reportagem através do uso do DI, entrelaçando a voz do jornalista informações do Censo Escolar, promovendo a indiferenciação das vozes em alguns momentos.

Cerca de 25% dos professores que trabalham nas escolas de educação básica do país não têm diploma de ensino superior. Eles cursaram apenas até o ensino médio ou o antigo curso normal. Os dados são do Censo Escolar de 2011, divulgado este mês pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais).

A partir dos dados do Censo Escolar, o jornalista enunciador se vale do discurso segundo para prosseguir em um tom objetivo e imparcial.

Apesar de ainda existir um enorme contingente de professores que não passaram pela universidade --eram mais de 530 mil em 2011-- o quadro apresenta melhora. Em 2007, os profissionais de nível médio eram mais de 30% do total, segundo mostra o censo.

É necessário sublinhar, além das escolhas de construções discursivas utilizadas que buscam passar uma familiaridade com o assunto relatado, o intenso uso de numerais tendem a dar impressão utilitária e enfática nesse tipo enunciado.

Seguindo o texto, são feitas referências às perspectivas do representante desses trabalhadores e dos dirigentes municipais em educação acerca do alto índice de professores do ensino básico brasileiro que não possuem formação de nível superior para o exercício da docência. O termo “para” introduz a voz do presidente da CNTE,

Para o presidente da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), Roberto Leão, os números são mais um indicativo de que o magistério não é uma carreira atraente.

“Isso mostra que as pessoas estão indo lecionar como última opção de carreira profissional. Poucos profissionais bem preparados se dedicam ao magistério por vocação, uma vez que a carreira não aponta para uma boa perspectiva de futuro. Os salários são baixo, e as condições de trabalho ruins”, explica.

Nesta ocorrência, mediante a utilização de DD, o posicionamento do presidente da CNTE aponta para a situação de precarização e de desvalorização do trabalho docente – o que faz com que, na sua avaliação, o magistério não se apresente como uma carreira profissional atraente e assinala também que “*poucos profissionais bem preparados se dedicam ao magistério por vocação*”.

A fala do presidente da CNTE, que representa a categoria dos professores, pode transmitir uma ideia de que o professor não quer “ser professor”, a não ser como última opção. Dá ares de que, esse relato, sem uma devida contextualização/problematização, reforça uma tendência de culpabilizar os professores pela baixa qualidade de ensino, já que não são devidamente preparados.

No trecho abaixo mais um exemplo de DD:

A maior proporção de profissionais sem formação de nível superior está na educação infantil. Nas salas de aula da creche e pré-escola, eles são 43,1% do total. Nos primeiros anos do ensino fundamental (1º ao 5º ano), 31,8% não têm diploma universitário, percentual que cai para 15,8% nos anos finais (6º ao 9º ano). No ensino médio, os profissionais sem titulação são minoria, apenas 5,9%.

Os dados percentuais acabam reforçando a “explicação” dada pelo presidente do CNTE anteriormente.

Mais adiante, é igualmente usado o termo *para* ao introduzir a fala da presidente da Undime por meio do discurso segundo. Além da utilização desse tipo de discurso, se recorre à reprodução fidedigna do que foi mencionado pelo citado – “*grande equívoco pedagógico*”. Chama-se esse caso de “ilha textual”. Poderíamos pensar que nesse caso, há a intenção do enunciador-jornalista em se afastar do conteúdo textual, eximindo-se da responsabilidade em relação ao que é dito.

Para a presidenta da Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação), Cleuza Repulho, é um “grande equívoco pedagógico” colocar os professores menos preparados para atender as crianças mais novas. ‘No mundo inteiro é exatamente o contrário, quem trabalha na primeira infância tem maior titulação. Quando o professor entra na rede vai para a educação infantil quase como que um ‘castigo’ porque ela não é considerada importante. Mas, na verdade, se a criança começa bem sua trajetória escolar, as coisas serão bem mais tranquilas lá na frente’, pondera. (grifo nosso).

A presidente da Undime continua a ser citada:

Segundo Cleuza, o nível de formação dos professores varia muito nas redes de ensino do país. Enquanto em algumas cidades quase todos os profissionais passaram pela universidade, em outras regiões o percentual de professores que só têm nível médio é superior à média nacional.

“Temos, às vezes, uma concentração maior de professores sem titulação em alguns locais do Brasil, como a Região Norte, por exemplo, onde as distâncias e as dificuldades de acesso impedem que o professor melhore sua formação”, aponta.

Dessa forma, como nos trechos anteriores, onde aparece a alternância entre discurso segundo e DD, referentes a mesma voz, pode-se criar uma ideia de afirmação/confirmação/explicação através dessa relação de alternância. Reforçando a mensagem transmitida.

O resumo técnico do Censo Escolar também destaca que em 2010 havia mais de 380 mil profissionais do magistério matriculados em cursos superiores --metade deles estudava pedagogia. Isso seria um indicativo de que há um esforço da categoria para aprimorar sua formação.

Mas o presidente da CNTE ainda considera “muito alto” o número de professores sem diploma universitário, especialmente porque nos últimos anos foram ampliados os estímulos para formação de professores nas instituições públicas e privadas de ensino superior. (grifo nosso).

Novamente é utilizado o recurso “ilha textual” inserido no discurso segundo – “*muito alto*” – para citar o representante dos trabalhadores em educação.

Encontramos a seguir, a ocorrência de mais um DI.

Uma das alternativas para quem já atua em sala de aula e quer aprimorar a formação é a modalidade do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) para licenciaturas.

O programa paga as mensalidades de um curso em faculdade particular e depois da formatura o estudante pode abater sua dívida se trabalhar em escolas da rede pública – cada mês em serviço abate 1% do valor.

Nessa ocorrência fica impossível distinguir vozes, já que há um apagamento da fonte dessas informações. Podemos supor que foi retirado de alguma fonte governamental ou até mesmo dos próprios representantes dos trabalhadores ou dirigentes em educação.

“Os programas são oferecidos, mas as condições não são dadas aos professores para que eles participem. O professor não tem, por exemplo, a dispensa do trabalho nos dias em que ele precisa assistir às aulas. As prefeituras e governos estaduais que deveriam ser os primeiros interessados acabam não estimulando o aprimoramento”, diz Roberto Leão.

O fechamento da reportagem se contrapõe ao argumento de ampliação de incentivos para a realização de cursos superiores em instituições particulares por intermédio de descontos e facilidades de financiamento. Acrescentando uma problemática, ao sinalizar para o fato de que as prefeituras e os governos estaduais não favorecem e nem asseguram que os professores possam de fato investir na sua formação, já que não há uma diminuição da sua carga horária de trabalho. Apesar do conteúdo de protesto, o verbo *dicendi* que introduz sua fala – *diz* – esvazia o tom de denúncia do representante desses profissionais.

4.7. Notícia 7 (N7): Professora Deixa Cargo Após Aluno Ameaçá-la de Morte, em Goiânia

Veiculada no *site* do Portal G1 em abril de 2012, a notícia, que é distribuída em oito parágrafos, sendo dois deles formados apenas por fala em DD, mostra o relato de uma professora que se disse forçada a deixar o cargo por causa de um aluno que a ameaçou de morte. Trata, também, sobre possíveis medidas preventivas contra esse tipo de ocorrência e sobre o número de licenças médicas solicitadas por professores em Goiânia (Goiás).

A notícia é permeada tanto por DD quanto por DI e existem diversas vozes durante toda a extensão dela. São muito frequentes também os termos biomédicos relacionados à doença e o tratamento realizado pela professora durante toda a extensão da reportagem.

Começamos pelo subtítulo: *Ela Afirma que Após a Ameaça Não Conseguia Ouvir a Voz do Estudante.*

Docente realizou tratamento médico por causa de desequilíbrio emocional.

O DI acima é introduzido pelo verbo *dicendi afirma*. O termo ameaça faz referência a um ato de fala atribuído a outra pessoa, no caso, o aluno. O DD estende-se ao primeiro parágrafo:

Uma professora da rede pública de ensino, que preferiu não ser identificada, revelou que deixou o cargo após um aluno ameaçá-la de morte. Com receios de encontrar o estudante, a docente foi afastada da função para realizar um tratamento psicológico e, ao concluí-lo, deixou de lecionar para trabalhar como secretária na biblioteca da unidade de ensino, em Goiânia.

O verbo introdutório *revelou* provoca efeito de sentido que parece se associar a outros aspectos da notícia. Esse verbo indica que a professora disse algo ao entrevistador que provavelmente não era de conhecimento público ou que era íntimo dela.

Em seguida temos a fala da professora, em forma de DD:

“Essa situação gerou todo um transtorno mental a ponto de não conseguir ver o aluno e até mesmo qualquer adolescente. O próprio fato de ouvir a voz dele já me causava todo um desequilíbrio emocional. Passei a tomar medicação controlada de tarja preta, não dormia direito e estava totalmente desequilibrada”, conta a professora, que completa. “Tem que ser tomada alguma providência, porque se não, professor será um artigo de luxo”.

O emprego do DD nesse caso foi feito com o intuito de mostrar que houve um recorte preciso feito pelo jornalista ressaltando o que foi dito pela professora. São utilizados dois verbos introdutórios, *conta* e *completa*, que trabalham como ponte entre duas falas distintas da professora. Também nesse parágrafo já podemos encontrar alguns dos termos biomédicos, como por exemplo, *“medicação controlada de tarja preta”* e *“estava totalmente desequilibrada”*. Esses termos indicam, indireta e implicitamente (talvez até de forma não intencional), que há um problema não assumido ou enfrentado pelo governo de forma efetiva, fazendo o professor buscar soluções por conta própria.

A próxima passagem relata a voz do Ministério Público de Goiás (MP-GO).

De acordo com o Ministério Público de Goiás (MP-GO), além de sobrecarga no trabalho, a falta de respeito dos alunos com os professores tem causado nos educadores traumas e outros transtornos mentais. Sem nenhum constrangimento, um aluno revela à TV Anhanguera que já agrediu o próprio professor. *“O dia que eu estava brigando, ele entrou no meio e sem querer dei uma porrada nele”, declara o estudante que preferiu não ser identificado”.* (grifo nosso).

Na passagem acima, encontram-se tipos distintos de discurso. Usa-se a modalização em discurso segundo para simular a fala do MP-GO através da expressão “de acordo com” e DD representando a fala do aluno. O autor utiliza ainda o verbo *dicendi* declara ao fim da fala do aluno e diz que este optou por não ser identificado. O uso de “*sem nenhum constrangimento*” pelo repórter indica que a fala que se segue deveria provocar algum tipo de constrangimento no falante, porém não causou. Passa-se a ideia de que o aluno tratou o assunto com normalidade.

A próxima passagem apresenta-se em DI:

Com a situação de risco aos professores, o MP-GO pediu a Justiça que interceda para que o Estado tome providências urgentes. Segundo o órgão, de janeiro a outubro de 2011 foram afastados 1.310 professores por problemas mentais, o que gerou 49.300 dias de licença e um prejuízo para os cofres públicos de aproximadamente R\$3 milhões. Os principais diagnósticos estavam ligados a transtornos mentais como depressão e síndrome do pânico. (grifos nossos).

A segunda frase já apresenta modalização em discurso segundo – “*segundo o órgão*”. Esse órgão é provavelmente a fonte da última frase da passagem. Entendemos que a partir da utilização de expressões numéricas, respaldada por um órgão como o Ministério Público e associada ao DI, transmite-se uma ideia de que o jornalista possui credibilidade e capacidade de transmitir tal conteúdo. Ao mesmo tempo, esse tipo de discurso possui maior capilaridade e uma sensação de imparcialidade de quem enuncia.

Seguindo adiante temos um caso de DD:

Medidas:

O MP-GO propõe que haja um projeto para diminuir esse tipo de situação. “É preciso realizar exames ocupacionais para poder prevenir esse tipo de doença entre os educadores e, conseqüentemente, tentar diminuir os casos. Além disso, a Secretaria da Educação poderia realizar um programa de saúde mental que realmente seja eficaz”, salienta o promotor de saúde do trabalhador, Vilanir de Alencar Camapum Júnior.

O verbo introdutório *salienta*, posto ao fim da fala do promotor, passa o juízo de que se trata de uma informação extra, ou talvez de uma informação que servirá como detalhe ou ainda, que necessita de ênfase.

Seguindo:

A superintendente da Central de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (Segplan), Lilian Milhomem, declara que alguns procedimentos estão sendo tomados para prevenir transtornos mentais entre os professores da região.

“Goias tem como maior patrimônio o servidor público e, quando algum está doente, isso é motivo de muita preocupação. Hoje mantemos na Secretaria Estadual de Educação uma equipe de engenheiros da oficina do trabalho onde eles levantam os impactos ambientais e da profissão. Com o resultado dessa pesquisa, nós estamos recomendando que o secretário de educação faça estudos nesse sentido”, explica a superintendente.

Apesar de serem dois parágrafos distintos, existe uma continuidade entre eles. Os verbos introdutórios nesse caso são *declara* e *explica*. O verbo *explica* tenta passar uma ideia de que a superintendente tem autoridade sobre o assunto, pois é capaz de explicá-lo. A fala da superintendente convém para mostrar que medidas estão sendo tomadas em relação à solução do problema.

A superintendente continua:

Segundo ela, na segunda semana de maio, o funcionário público que for diagnosticado com alguma doença psicológica terá atendimento especial. “Estaremos realizando um trabalho personalizado em cada órgão público e, em especial, que isso aconteça nos grandes colégios do Estado. Uma equipe de profissionais irá fazer um levantamento da saúde básica do funcionário público e esses dados vão compor um banco que futuramente usaremos para estudar a saúde dele e de toda população dos municípios goianos”, conclui.

Após o trecho em discurso segundo, há um discurso direto por meio do qual a superintendente continua a falar sobre o adoecimento, mas sob o ponto de vista de que é o funcionário que adoece independente do trabalho que exerce.

Assim, não é dada nenhuma ênfase às condições de trabalho que provocam tais enfermidades. Quem está doente é tratado de maneira individualizada. Utilizando o verbo *dicendi concludi*, indica-se o fim da fala da entrevistada, assim como o fim da reportagem.

4.8. Notícia 8 (N8): Professores Têm de Fazer “bicos” para Garantir a Renda no Rio Grande do Sul

A notícia do Portal G1, de junho de 2012, é assinada por Daniel Scola. É relatado que muitos professores do Estado do Rio Grande do Sul são obrigados a fazer “bicos” para garantir seu sustento, visto que somente o salário como professor não cobre suas despesas diárias. Observemos o primeiro parágrafo:

Em um turno, eles se dedicam a ensinar matemática, artes, história. Em outro, professores do Rio Grande do Sul são obrigados a buscar atividades informais para complementar a renda e

garantir o sustento. Entre os cerca de 75 mil professores da rede pública estadual, muitos ganham em torno de R\$1,5 mil, um valor baixo para uma carreira que exige conhecimento e muita dedicação.

Temos acima um exemplo de DIL, onde o que é relatado vai além do que os professores disseram, incluindo também o ponto de vista do jornalista sobre o que eles provavelmente sentem ou pensam em relação à situação apresentada. O efeito causado por esse discurso é a aproximação do leitor com a situação enfrentada pelos professores do Rio Grande do Sul. Importante também notar que nessa passagem há uso do recurso de apagamento da fonte, pois não fica claro onde o repórter obteve algumas informações. O efeito alcançado é a objetividade e maior veracidade atribuída à informação passada.

No próximo parágrafo, temos um exemplo de DD:

“Se exige cada vez mais aptidão das pessoas e tudo se aprende na escola, se delega à escola e o professor é o que é menos valorizado”, lamenta o professor Carlos Alexandre Silva dos Santos.

O professor não relata simplesmente a situação, fala dela com pesar, algo com o qual não está satisfeito. O uso do um verbo *dicendi lamenta* é carregado de significação; lamentos dizem respeito também a acontecimentos que não se pode mudar. Desta forma, o verbo despotencializa a situação, isto é, deixando o docente passivo frente à situação de não valorização da sua profissão.

Até o mês de abril, o Rio Grande do Sul ainda tinha professores ganhando abaixo de R\$1.451, valor estabelecido como piso nacional do magistério. A lei fixa o valor como o básico, já que sobre ele devem ser incluídos benefícios, como o abono por tempo de serviço. O critério ainda não é adotado pelo governo do estado. Sem saída, os professores têm de se virar para pagar as contas.

Após a informação geral apresentada pelo repórter é utilizado o DIL, onde o autor apresenta a realidade enfrentada pelos professores de forma informal “se virar”, gerando uma proximidade com o leitor, inserindo-o na situação apresentada.

“O que eu ganho só dá para o rancho⁹ e a gasolina do mês. Eu tenho filho para sustentar, tenho uma casa. Só com este salário eu viveria embaixo da ponte”, diz Carmem Moreira, que trabalha em três escolas estaduais. Professora há 20 anos, ela também é costureira e mantém um ateliê que produz uniformes das escolas onde dá aula. “Eu trabalho metade do tempo em cada coisa, porém o rendimento na confecção é o que me sustenta”, conclui.

⁹Expressão utilizada no Estado do Rio Grande do Sul para se referir à “compra do mês”.

Podem ser vistos acima dois exemplos de DD, evidenciado pelo uso de aspas. No primeiro relato em DD é encerrado pelo verbo *diz* e o segundo pelo verbo *conclui*, indicando que a fala da professora será finalizada ali. Há de fato uma gravidade nos fatos relatados, entretanto isso não se reflete nos verbos que introduzem a fala da professora.

Continuando:

O bico, em geral, não tem plano de carreira, nem 13º salário ou férias. Mesmo assim, aos poucos, se torna mais rentável do que a atividade de professor. Carlos Alexandre dá aula de matemática. Durante a semana, se dedica a ensinar alunos do ensino médio. Na sexta e no sábado, troca a sala de aula pelo bar, o dia pela noite e assume a função de barman. “Como barman eu ganho muito mais do que professor com uma carga horária bem menor”, conta. “Hoje o que me mantém é o bico. É como se o salário de professor fosse o complemento da renda”, diz Carlos Alexandre.

O repórter, após dar algumas informações gerais sobre os “bicos”, introduz um DIL, descrevendo com suas palavras a situação que o professor lhe contou. Nota-se a angústia vivenciada pelo professor na situação descrita. O DD referente a fala do professor ocorre duas vezes, a primeira sendo finalizada pelo verbo *conta* e a segunda, pelo verbo *diz*. O uso do DD acima acaba transmitindo a sensação de veracidade sobre o que é descrito pelo jornalista, como uma reafirmação.

Adiante:

A necessidade de ter outro emprego e o baixo salário também fazem com que os professores deixem de se especializar. A professora Ivanir Pibernat Mustafá gostaria de fazer mestrado, mas usa seu tempo extra vendendo roupas. “Não tenho salário para isso”, lamenta Ivanir, que leva as sacolas com mercadorias para a escola e oferece para as colegas. É o mesmo caso de Sônia Regina Prado Medeiros, de Santa Maria, que leciona há 32 anos e há 10 vende produtos de beleza entre os alunos e os colegas.

Da mesma forma dos parágrafos anteriores, o autor primeiro introduz os dados em forma de DIL para somente depois utilizar DD. Esse DD é introduzido, novamente pelo verbo *dicendi lamenta*.

Em Passo Fundo, Luciane Ceolin Klann divide o dia em duas atividades. Em um turno dá aulas no quinto ano de uma escola municipal. No outro, é gerente de uma empresa de telefonia. “Se tivesse a oportunidade de no magistério ter chance de ganhar o suficiente para trabalhar só com o magistério, com certeza eu ficaria com o magistério”, garante.

Nessa passagem, primeiro temos o DIL, resumindo o que a professora contou ao repórter e depois, o DD, corroborando e complementando o que foi passado anteriormente pelo autor. O DD é encerrado pelo verbo *dicendi garante*, evidenciando o posicionamento assertivo do falante em relação à própria situação, contribuindo para a impressão de naturalidade da situação descrita.

No último parágrafo:

A Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul reconhece o problema. “Constrange a nós. Acho que deve constranger toda a sociedade. O que precisamos é de pessoas dedicadas a uma carreira e uma carreira pressupõe um período de vida”, admite a secretária-adjunta Maria Eulália Nascimento. Para tentar reverter o descompasso, o governo pretende conceder nos próximos dois anos 76% de aumento. “É carreira, é salário, são condições de trabalho e também a questão pedagógica porque se nós só discutirmos as condições materiais e não fizermos o debate pedagógico todo o resto se perde e acaba não repercutindo como nós queremos”, conclui Maria Eulália. (grifo nosso).

O primeiro discurso desse parágrafo é do tipo direto, os verbos *reconhecer e admitir* acabam levando o leitor a crer que a Secretaria de Educação está realmente sensível aos problemas. O efeito do uso desses verbos é bloquear a cadeia dialógica.

O discurso que se segue é indireto, demonstrando o posicionamento do governo em relação ao assunto.

Destacamos o posicionamento adotado pela Secretaria que, através do encadeamento textual, afirma estar *constrangida* pelo fato de os professores precisarem fazer bico. Entretanto ela própria diz possuir solução para essa realidade do cotidiano dos professores: aumento salarial! Ao final do relato da secretária percebemos que há um tom de acusação atravessando sua fala.

4.9. Notícia 9 (N9): *Dirigentes de Escolas Participam de Capacitação sobre Saúde dos Profissionais de Ensino*

A notícia foi veiculada na página *online* do jornal Diário de Pernambuco em julho de 2012, é composta por três parágrafos. Seu foco é em um treinamento que gestores de escolas da rede municipal de Recife receberão referente à qualidade de vida do professor.

Somente a Prefeitura do Recife é reportada durante a reportagem através de DI. Apesar de o nome do treinamento ser chamado: “*Qualidade de Vida do Educador: Refletindo*

sobre o Estresse e a Síndrome de Burnout. Serão discutidos temas como reflexologia, voz e arte e bioenergética". A intenção é de que, ao final desse treinamento, os gestores estejam aptos a *"identificar possíveis problemas de saúde e estresse nos professores e saná-los antes que prejudiquem os funcionários e a própria instituição"*.

Assim, é dada ênfase às terapias alternativas como modo de lidar com os problemas de saúde dos educadores: "Através da bioenergética é possível entender o corpo e a mente do profissional e auxiliar na liberar das tensões cotidianas".

No primeiro parágrafo é dito:

Nesta segunda (02) e terça (03), dirigentes escolares da rede municipal do Recife participarão de um treinamento sobre 'Qualidade de Vida do Educador: Refletindo sobre o Estresse e a Síndrome de Burnout'. Serão discutidos temas como reflexologia, voz e arte e bioenergética. Além disso, haverá uma roda de terapia para auxiliar os gestores a estarem mais próximos dos profissionais que ajudam a fazer as escolas, identificar possíveis problemas de saúde e estresse nos professores e saná-los antes que prejudiquem os funcionários e a própria instituição. A capacitação acontecerá no auditório do Centro de Formação de Educadores Professor Paulo Freire, na Madalena. (grifo nosso).

Trata-se de uma forma híbrida – DI, visto que o relato é exposto (em sua maioria) sem a presença de aspas ou itálico. As aspas aparecem somente na referência ao título do treinamento "*Qualidade de Vida do Educador: Refletindo sobre o Estresse e a Síndrome de Burnout*", indicando que essa informação não foi alterada pelo autor da notícia. A esse fragmento do discurso híbrido que recebe aspas e/ou formatação em itálico dá-se o nome de ilha textual ou ilha enunciativa. O efeito alcançado é a aproximação do leitor com a informação, tornando o tom mais casual, mais "narrativo".

Na segunda frase do parágrafo, é usado um termo no futuro "serão discutidos", dando uma noção de certeza em relação ao que acontecerá durante o treinamento. Algo a ser destacado também é a forma como é a imagem construída em torno do profissional adoecido como aquele que "prejudica" os colegas e a escola. Ainda nessa direção, a "solução" relatada para esse quadro são os tratamentos individuais, com base em determinados encaminhamentos da psicologia. Exclui-se o caráter coletivo do processo saúde-doença e a necessária discussão sobre as condições e formas de organização de trabalho.

No segundo parágrafo, a Prefeitura do Recife se pronuncia:

Segundo a Prefeitura do Recife, uma das principais doenças que acometem os profissionais de ensino é a Síndrome de Burnout, também conhecida como síndrome da desistência e do estresse.

Este é um caso de modalização em discurso segundo, onde o autor se exime de responsabilidade sobre o enunciado através do modalizador “segundo a”. Mesmo não havendo a presença de aspas ou itálico, ainda se trata de um DD. O parágrafo continua e o mesmo tipo de discurso é usado novamente. Não é revelado durante a reportagem de que forma a Prefeitura do Recife obteve os dados sobre as doenças que mais comumente acometem os professores – e nem como esses dados foram produzidos e interpretados. Mas ao veicular a informação desta maneira, o jornal a transforma em “verdade”, ou seja, a imagem dos professores se torna associada à de portadores de síndrome de Burnout ou à desistência, como destaca o jornal.

De acordo com o levantamento feito pelos organizadores do evento, é comum a despersonalização dos professores. Os principais sintomas são mal-estar, depressão, ansiedade, aversão ao ambiente de trabalho, dores no corpo, principalmente, nas costas e, em alguns casos, a dependência química, alcoolismo e/ou drogas. Através da bioenergética é possível entender o corpo e a mente do profissional e auxiliar na liberar das tensões cotidianas.

No terceiro parágrafo da reportagem retoma-se o DI em sua forma híbrida. Nota-se que através de uma terminologia biomédica, os professores são constantemente caracterizados a determinados tipos de agravos à saúde do que outros profissionais quaisquer.

Por sua vez, nas palestras sobre “Voz e Arte”, os gestores vão obter informações sobre as ações da Gerência de Atendimento ao Servidor. As rodas de terapia vão detectar doenças que possam acometer os educadores como a depressão, a desistência da profissão para outras funções como coordenação, adaptação, Síndrome de Burnout, problemas vocais, como cálculos e as doenças de pele, a exemplo da psoríase e lúpus.

Observa-se que somente “Voz e Arte” é grifado entre aspas, o que, novamente, indica que a informação deve ser passada em sua forma mais fiel à fala de quem a pronunciou originalmente. Novamente, as aspas somem após a ilha textual e o relato continua sem elas. O recurso de apagamento de fonte é também usado aqui, visando o efeito contrario do anteriormente. Sensação de que o jornalista é o único que possui essa informação e a transmite de maneira imparcial e objetiva.

É também interessante notar o que ocorre no trecho: “os gestores vão obter informações sobre as ações da Gerência ao Servidor”, onde o sujeito gramatical não é o sujeito a quem se pode atribuir o relato, pois o termo “vão obter” passa a ideia de passividade, demonstrando que a fonte da informação é outra.

Deve-se chamar atenção a todas as formas apresentadas para o cuidado da saúde dos educadores são centradas somente no indivíduo doente. Além de abordar as doenças relacionadas ao trabalho de maneira naturalizada, isto é, quem trabalha na escola está predestinado a ficar doente.

4.10. Notícia 10 (N10): *Após Grávida ser Demitida, Juiz Manda que Ela Retorne ao Cargo em MT*

Notícia veiculada no Portal G1, em Mato Grosso, em agosto de 2012. Possui quatro parágrafos e não é assinada. É relatado o drama vivenciado por uma professora em sua maior parte em DI com algumas ocorrências em DD. A identidade da professora não é revelada. Percebe-se que ao longo da reportagem que a professora é referida como *mulher, grávida e gestante*, o que dá um caráter impessoal à história contada.

É reportada em DD apenas a voz da defensora pública. Não há relato da professora.

O que é apresentado na notícia é um exemplo de violação dos direitos trabalhistas de uma professora de escola pública municipal. Ao abordar essa situação, outros problemas são tangenciados. No fragmento “*A professora lecionava na escola municipal desde 2007, por meio de um contrato com prazo determinado*”, percebe-se o contexto de precarização dos vínculos trabalhistas dos profissionais de educação através do crescente número de contratos por tempo determinado e da não realização de concursos públicos.

Desta maneira, a reivindicação dessa professora sobre o cumprimento de um direito, se torna uma dura e longa jornada que precisa da intervenção da justiça para ser finalizada com sucesso.

A Justiça de Mato Grosso determinou reintegração ao cargo a uma professora que foi demitida durante a gravidez. O caso ocorreu no município de Barra do Garças, a 500 km de Cuiabá e a liminar foi concedida por meio de um mandado de segurança impetrado pela Defensoria Pública de Mato Grosso, que garantiu à gestante estabilidade no emprego por mais cinco meses e a concessão da licença maternidade por um período de 120 dias.

Nesse parágrafo é citada uma representante do ator central da reportagem: o jurídico. Ele está presente tanto na apresentação do próprio processo como na fala de uma defensora pública.

A professora lecionava na escola municipal desde 2007, por meio de um contrato com prazo determinado. Conforme os autos da decisão, no contrato foi deixado um espaço em branco para se colocar, quando bem entendesse, a data do término, o que segundo a defensora pública Lindalva de Fátima Ramos, “Não está previsto na Constituição Federal, em nenhuma lei ordinária, e com certeza, nem na Lei Orgânica do Município”.

Segundo a defensora, “A responsabilidade do empregador, no caso da estabilidade provisória da gestante é objetiva. Uma mulher que prestou serviço ao município há quase seis anos, não pode ser descartada por estar grávida e doente, sem ter garantido o direito à licença maternidade, assegurado constitucionalmente”, ressaltou Ramos.

Essa é a única voz relatada de maneira direta. Talvez para estabelecer um tom de credibilidade aos fatos relatados de forma indireta pelo enunciador-jornalista sobre esse caso grave de violação dos direitos trabalhistas.

O caso da professora é descrito sem sua voz de fato ser relatada. Somente por meio do DI ela é citada na reportagem.

Dias após entregar um atestado médico que pedia o afastamento de suas atividades por 60 dias, devido a problemas de saúde, ela recebeu do setor pessoal da prefeitura a informação de que o vínculo empregatício havia sido encerrado. Na ocasião, a professora foi informada que receberia apenas mais 15 dias de salário, e o restante seria por conta do INSS, assim como sua licença. (grifos nosso).

Com gravidez de alto risco e em busca da segurança de seu direito à licença maternidade, a professora procurou a defensoria já que toda gestante tem direito à licença maternidade sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de até 120 dias.

Com base nisso, o pedido do mandado de segurança contra a prefeitura de Barra do Garças foi acatado pelo juiz Emerson Luis Pereira Cajango, que determinou sua reintegração ao cargo por um período de cinco meses, e a concessão da licença maternidade por um período de 120 dia”.

No quarto parágrafo, a professora é indicada como participante de algumas ações verbais: “*entregar um atestado médico*”, “*recebeu a informação*”, “*foi informada*”. Observe-se que apenas em “entregar” o termo “professora” cumpre papel de agente, nas demais ações expressas por verbo, o referido termo, marca instância de destino das informações.

Na construção “*entregar um atestado médico que pedia o afastamento de suas atividades por 60 dias*”, o pronome “que” retoma “um atestado”, indicando que quem se responsabiliza pela solicitação é o “atestado médico”. Outro trecho merecedor de atenção é “*vínculo empregatício havia sido encerrado*” que encobre o sentido do que de fato ocorreu: a demissão da professora no momento em que não possui condições de saúde para trabalhar.

Da forma como está organizada, entende-se que a reportagem possui um sentido, ao mesmo tempo, particular e generalizante.

4.11. Notícia 11 (N11): *Transtornos Psicológicos Afetam Docentes das Salas de Aula*

A reportagem é do Correio Brasiliense, jornal de grande destaque da capital brasileira, assinada por Paula Frizola e veiculada em agosto de 2012.

Do ponto de vista da organização textual, a reportagem manifesta uma estrutura peculiar, tendo em seu início uma narração, na qual a temática a ser tratada vai sendo gradativamente apresentada: “*Cansaço sem fim, irritação, choros compulsivos e desinteresse*”.

Os sintomas tomaram conta da cabeça e do corpo lentamente, em um processo silencioso. Cansaço sem fim, irritação, choros compulsivos e desinteresse. As horas dentro de sala de aula passavam arrastadas, o amor pela profissão já não era o mesmo e acordar para ir trabalhar era cada vez mais difícil.

Essa ênfase nos sintomas e o apagamento de coordenadas de tempo e espaço sugerem ao leitor uma impressão de generalização da história contada, qualquer pessoa poderia ter passado por situação parecida. Isto favorece a sensação de vivência e participação do que é narrado ao coenunciador. Além disso, o enunciador, no caso o repórter, conduz a ideia de que possui uma relação direta com o que relata.

Somente a partir da terceira frase é apresentado o assunto central da reportagem ao leitor, mencionando a relação das condições de trabalho docente com o desenvolvimento de doenças mentais. Em seguida, passamos a uma ocorrência de DIL. Sua principal característica é a impossibilidade de distinguir o citado do citante. No trecho a seguir, o discurso da escola, professora, médico e repórter entrelaçam-se:

Mesmo assim, a professora Geusilene Bonfim, 44 anos, custou a acreditar que estava doente. Aconselhada pela direção do Centro Educacional Caseb, onde trabalha até hoje, ela procurou um médico e foi diagnosticada com depressão. Geusilene ficou 11 meses afastada.

Depois de mais de dois anos em tratamento, ela voltou à escola e trabalha atualmente no apoio à coordenação. Apesar da expressão quase sempre alegre, os olhos da professora ainda reservam uma certa tristeza.

Essas ocorrências de relato ilustram uma característica recorrente na reportagem em análise: um apagamento da fonte de informação. Tal efeito parece fortalecer uma impressão de objetividade e imparcialidade, assim o relato não apresenta quem se responsabiliza por ele. Desta forma, o que o enunciador-jornalista apresenta ao leitor ganha contornos de informação objetiva.

Vejamos um exemplo: *“O desgaste físico e emocional que Geusilene experimentou são sintomas da doença associada ao esgotamento profissional”*. A partir da leitura do trecho anterior, cabe perguntar: quem é autorizado a dizer que as queixas apresentadas pela professora são “sintomas da doença associada ao esgotamento profissional”? É o enunciador-jornalista que realiza tal diagnóstico ou se trata ainda de parte do relato da professora? Como ela teria tido acesso a tal diagnóstico?

O leitor é conduzido ao nexos entre sintomas desenvolvidos pela professora e o seu trabalho através da enunciação do repórter. Porém, também há a possibilidade dessa informação ter sido retirada de um diálogo com um médico, laudo, algum documento escolar, ou até do próprio relato da professora, por exemplo. Desta maneira através desse apagamento da fonte, o repórter se torna fonte da informação, possuindo certa autoridade sobre ela.

Na frase: *“A docente, que lecionava geometria e ciências para o ensino médio, chegou a dar aula para 14 turmas, com 57 alunos cada uma”*. Nota-se que informação pode ter sido relatada pela própria professora, pela direção escolar ou até estar contida em algum documento. Contudo, leva-se a pensar que o citante (repórter) estava presente durante o percurso profissional da professora, especialmente através do uso da expressão *“chegou a dar aula”*.

Já em: *“Os profissionais da educação atualmente no Distrito Federal não têm plano de saúde, mas ganham R\$. 200 mensais de auxílio-saúde”*. A partir de uma leitura atenta, podemos suspeitar de que a fonte, provavelmente seja um órgão governamental responsável pelos profissionais de educação. Assim, a notícia se torna porta-voz de uma informação oficial e evidencia a maneira individualizante que é tratada a saúde dos trabalhadores na capital brasileira.

Nas ocorrências de DD observadas ao longo da reportagem, os verbos *dicendi considera, relata e justifica* transmitem a ideia de reflexão sobre a situação vivida. No caso

desta reportagem, todos os verbos *dicendi* fazem menção a relatos da professora, como: “*Eu não tenho vontade de voltar a dar aula. Me sinto melhor agora, tem menos pressão, considera*”.

O verbo *justificar* pode levar à compreensão de que a professora tem uma justificativa por ter desenvolvido doença ou mesmo que precisa se justificar diante dos outros. Vejamos: “*A depressão é um conjunto de fatores, mas o ambiente de trabalho influencia uns 90%. É desgastante demais e os professores ainda levam coisas para concluir em casa. A gente quer dar conta de tudo, mas isso vira uma bola de neve, que uma hora estoura, justifica*”.

Embora sejam citados problemas de condições de trabalho a ênfase recai sobre algo que parece ser da esfera comportamental e não uma exigência da atividade. Enfim, o sobre-esforço da professora para que a escola cumpra seu papel é apresentado como um “desvio” de comportamento, transformando-a em culpada pela própria doença.

No caso do verbo *relatar*, o fragmento possui um conteúdo de denúncia ou queixa – que pode não ter fundamento – sobre determinada situação: “*Isso é um descaso. Meu tratamento foi todo particular e os medicamentos são caros, relata*”. A ideia de imparcialidade contida no verbo *dicendi* vai de encontro com o conteúdo do que é relatado.

Na reportagem, ainda é utilizado o DI para contar a história da Professora Geusilene. Vejamos: “*A docente também garante que falta apoio da Secretaria de Educação*”. O verbo *garante* constrói um sentido de que o que está sendo dito foi vivenciado pelo citado, não podendo ser refutado. Já na frase “*Após tratamentos com psicólogos e psiquiatras, ela admitiu que a depressão foi desencadeada, especialmente, pelo desinteresse dos estudantes dentro de sala, pelas péssimas condições de trabalho e pela sobrecarga de serviço*”, o verbo *admitiu* aponta para o sentido de uma confissão de algo que não poderia ser verbalizado ou estava sendo escondido.

A partir da consideração, da justificativa e do relato da professora é possível ter acesso ao invisível da atividade cotidiana dessas profissionais – atividades extraclasse – que causam sobrecarga e adoecimentos.

Quando a professora garante e admite concede-se credibilidade a ela. Portanto, ela se torna uma fonte confiável, envolvida e comprometida com aquilo que fala e faz.

4.12. Notícia 12 (N12): *Professores Fazem Marcha nas Ruas de Belém*

A notícia de agosto de 2012, retirada da página Diário Online do Estado do Pará, é pequena formada apenas por três parágrafos e trata da manifestação organizada por professores e funcionários de escolas públicas do Estado do Pará, que lutam pela revisão do Plano de Cargos e Carreiras (PCC) e melhores condições de trabalho.

No primeiro parágrafo:

Professores e funcionários de escolas da capital e também do interior se concentram desde as 9h desta terça-feira (21) na Praça Santuário, no bairro de Nazaré em Belém. Eles sairão em caminhada pelas ruas da cidade em direção ao Centro Integrado de Governo, onde está marcada para às 11h uma reunião com o Governo.

As coordenadas de tempo apontam um efeito próprio dos veículos *online*: uma proximidade temporal com os eventos narrados. A esse respeito, observe-se o emprego do verbo *concentram* e da locução verbal *está marcada* no presente do indicativo e do verbo *sairão* no futuro do presente. A essas indicações, acrescentam-se a explicitação do horário de cada uma das atividades. Não se observa nenhuma ocorrência de relato, neste trecho, o que sugere que o enunciador-jornalista, tendo obtido as informações, escreveu a passagem com suas “próprias” palavras. O autor relata de forma breve os detalhes da manifestação, limitando-se apenas a informar o leitor os motivos e características da passeata.

Em relação ao segundo parágrafo, lê-se:

Comandado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará (Sintepp), o ato deve reunir centenas de pessoas. “Foram convocados professores e funcionários também de Marabá, Santarém e Parauapebas e muitos já chegaram. Esta marcha estadual em prol da educação é uma decisão do conselho representativo de educação e esperamos ser recebidos pelo governo”, informou o professor Antônio Neto, membro do Sintepp.

Podemos ver a presença de um DD, apresentando a voz atribuída ao “professor Antônio Neto”, igualmente identificado como “membro do Sintepp”, onde ele explica, de forma mais detalhada do que o autor no primeiro parágrafo o fez, os detalhes de organização da manifestação. É usado o verbo *dicendi informou* ao término da fala, que deduz a ideia de que a informação é nova e que o professor detém a autoridade e o conhecimento para explicar a questão. O foco da reportagem é posto na manifestação e não nas reivindicações dos trabalhadores.

O último parágrafo, mais curto dos três, diz:

Entre as reivindicações da categoria estão a revisão do Plano de Cargos e Carreiras (PCC), e melhores condições de trabalho.

Novamente, temos um exemplo de DIL, onde o autor exhibe a informação sem fazer uso de aspas, com suas próprias palavras. Atenção especial para a palavra “reivindicações”, que nos dá direcionamento sobre do que a notícia realmente trata (ainda que de maneira breve): profissionais insatisfeitos com as condições de trabalho a que estão submetidos e que buscam melhorias. O próprio termo “melhores condições de trabalho” aparece ao fim do parágrafo.

4.13. Notícia 13 (N13): *Desafio é Valorizar e Motivar os Professores*

Publicada na página *online* do jornal Correio Brasiliense em agosto de 2012, a notícia, estruturada em 11 parágrafos, expõe a atual situação em que os professores se encontram: desvalorizados, com formação inadequada e recebendo salários baixos. É assinada por Renata Mariz e Paula Filizola.

Vejamos o subtítulo: *Há 80 Anos se Fala da Necessidade de Investir no Aperfeiçoamento dos Docentes, mas, entre o Discurso e a Prática, Existe um Abismo que Nenhum Governo Consegue Transpor. Baixos Salários Afastam Profissionais do Magistério.*

De início os problemas de que a reportagem irá tratar são expostos, sob a forma de uma breve narrativa, na qual o autor usa de suas próprias palavras para introduzir a notícia. A formação e os baixos salários são os problemas para os quais o autor escolheu chamar a atenção nesse primeiro momento.

Vamos ao primeiro parágrafo:

Oitenta anos atrás, o Manifesto dos pioneiros da educação nova, que lançou as bases para uma escola pública de qualidade no Brasil, foi publicado. O documento, que até hoje serve de referência para a busca por melhorias no ensino, é simples ao mencionar o professor: “De todas as funções públicas, a mais importante”. De 1932 para cá, entretanto, a carreira vem se tornando cada vez menos atrativa. Salários pouco expressivos, formação inadequada para encarar a sala de aula e falta de condições de trabalho formam o problema que o governo, nas três instâncias, precisa enfrentar.

Neste parágrafo, utiliza-se a forma narrativa para encaminhar as questões que serão melhor abordadas mais adiante. A presença de aspas no trecho que expõe o Manifesto dos pioneiros da Escola Nova, aonde é destacado a importância da valorização social do docente, faz dessa passagem uma forma híbrida, onde um DIL é misturado com um DD (marcado por aspas). O

jornalista, em seguida, discute problemas existentes na carreira de professor, tais como “salários pouco expressivos”, “formação inadequada para encarar a sala de aula” e “falta de condições de trabalho”.

No parágrafo seguinte, temos a fala do professor de política educacional da Universidade de São Paulo, Romualdo Portela:

“Não há dúvidas de que qualquer iniciativa que desconsidere a valorização do professor será incapaz de mudar o atual quadro da educação”, afirma Romualdo Portela, professor de política educacional na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). De acordo com ele, o primeiro objetivo é garantir uma boa formação. “Vivemos um ciclo perverso, em que o aluno de baixo rendimento no ensino médio, formado geralmente pelo ensino privado de baixa qualidade, é o que vai para a sala de aula ser professor, perpetuando o ciclo”, afirma.

O DD foi escolhido para relatar a voz do professor da USP, marcado por aspas e sendo sinalizado por um verbo *dicendi* afirma, em ambas. Entre essas ocorrências de DD, existe uma breve modalização em discurso segundo, “de acordo com”, que opera como ponte entre as duas falas do professor. Nesse parágrafo, os problemas da formação inadequada são apresentados na forma de uma explicação e justificativa, tratando-se, como é chamado no texto, de “ciclo perverso”. Entende-se que, se os professores não são competentes para sua função, tendo como razão principal algo sem solução, pois o magistério é uma “opção do aluno de baixo rendimento”.

Os dois parágrafos que se seguem desenvolvem a questão:

A formação defasada do professor brasileiro pode ser atestada por números. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), ligado ao Ministério da Educação (MEC), revelam que um em cada quatro docentes não tem formação de nível superior. Apesar das iniciativas do governo federal, que oferece cursos de graduação e de aperfeiçoamento de professores, o número de matriculados ainda é baixo: cerca de 175 mil – aproximadamente 30% da quantidade de docentes sem o terceiro grau. Além disso, o índice de desistência é alto, aponta Heleno Araújo, dirigente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), que atua em Pernambuco.

“A média é de 32% de desistências em Pernambuco nos cursos da Plataforma Paulo Freire, para professores que não têm o nível superior. Entre as principais causas, está o fato de as aulas presenciais, quinzenalmente, serem em polos distantes de algumas cidades. Muitas vezes, o professor não tem nem dinheiro para o transporte. Outra coisa é o tempo. Como eles não são liberados de suas escolas, alguns não conseguem conciliar”, diz Araújo. O MEC não soube informar o índice de abandono dos cursos ofertados aos professores.

O parágrafo é aberto com o trecho “*a formação defasada do professor brasileiro*”, marca da corroboração do jornalista sobre o que foi relatado pelo professor da USP. O discurso utilizado nesse parágrafo é o DIL, onde as informações são transmitidas ao leitor com as próprias palavras do jornalista. Os dados do Inep são relativos à má formação do professor e buscam produzir um tom de credibilidade à informação. Temos então um DD sem aspas introduzindo um DD de Heleno Araújo. O dirigente da CNTE aponta como causas da má formação: a distância do pólo das aulas presenciais, falta de recurso para o transporte, e a não liberação da escola em que trabalham para assistirem às aulas.

Os dois parágrafos seguintes mostram uma visão mais otimista da situação:

Apesar das dificuldades, há professores brasileiros com fé na profissão. Uma pesquisa realizada em 2010 pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) revelou que 50% afirmaram que fariam a mesma escolha se pudessem voltar no tempo. A professora do ensino infantil Juciane Melo Cipriano, 44 anos, está nessa parcela. A realidade, muitas vezes desestimulante, não tirou o idealismo dos olhos dela. Ao falar dos desafios da profissão, que ela exerce há 25 anos, a voz embarga e os olhos enchem de lágrima. “Eu sou apaixonada pelo que faço, principalmente, porque consigo ver o resultado na vida da criança. O professor enfrenta obstáculos, mas com paixão a gente não desiste. Se você não acredita, melhor escolher outra profissão”, afirma. (grifos nosso).

A receita de sucesso para fazer a diferença em sala de aula segue três passos simples: escutar, conhecer e conquistar o aluno. Apesar do otimismo, Juciane reconhece que o ensino no país ainda precisa avançar muito. Entre as críticas, a recém-eleita diretora da Escola Classe 111 Sul aponta problemas na infraestrutura dos colégios e na remuneração dos docentes. “Falta valorização da carreira. O professor não é visto da mesma forma que os outros profissionais com ensino superior. O próprio docente nem sempre se valoriza”.

Através do DIL, o jornalista insere dados de uma pesquisa da UFMG e em seguida o relato da professora Juciane Melo Cipriano, explicitando a situação dramática enfrentada pela professora com termos como “*A realidade, muitas vezes desestimulante (...)*”, “*não tirou o idealismo dos olhos dela*”, “*desafios da profissão*”, e “*os olhos enchem de lágrima*”. É, então, inserida a fala da professora por meio de DD. Em seu discurso, é perceptível a ideia de superação de obstáculos e de obstinação. Ela afirma ser apaixonada pela profissão e que lecionar é, em sua opinião, uma questão de constante superação. A escolha pelo DD para o relato da fala da professora busca demonstrar veracidade em relação ao conteúdo citado. Afirma-se uma imagem idealizada do professor.

O parágrafo que se segue ainda representa a fala da professora, porém agora, na forma de DIL. Em seguida, o DD é retomado, com a professora discutindo a valorização da sua profissão. É nesse momento que essa professora abre espaço para a culpabilização da própria categoria.

Após uma referência ao discurso de Romualdo Portela anteriormente citado, a notícia é retomada em forma de entrevista.

Duas perguntas para Cesar Callegari, secretário de Educação Básica do MEC

O que pode ser feito para melhorar a formação do professor no Brasil?

É verdade que muitos dos que dão aulas nas diferentes áreas do conhecimento, como matemática, português e biologia, não têm formação adequada, não estão licenciados para isso. É um grande desafio, que precisa ser enfrentado. Já passaram 300 mil professores nos últimos cinco anos pelos programas Pró-Letramento e o Gestar, do MEC. Os grandes investimentos que serão feitos, de agora em diante, serão voltados à valorização do professor, pois precisamos atrair para o magistério os melhores entre os melhores, para termos uma educação de qualidade no Brasil. (grifo nosso).

E a questão salarial?

O estabelecimento do piso nacional é mais uma medida que tende a tornar a carreira do magistério atraente. Somos favoráveis, não apenas pela questão salarial, mas porque trata de um plano de carreira para os profissionais. Sabemos da dificuldade de estados e municípios e suplementamos, quando necessário, os recursos para a educação dos entes por meio do Fundeb. Acredito que estamos construindo uma série de motivações para parcelas significativas da juventude passarem a considerar a carreira de professor como uma opção real de vida e de trabalho. Hoje, a opção pelo magistério é secundária.

Temos nos dois parágrafos casos de DIL, onde vemos o recorte da fala do enunciador original, Cesar Callegari, porém sem a presença de aspas ou itálico e isso se deve ao formato em que a fala se encontra. O secretário reconhece, no primeiro parágrafo, o problema e apresenta soluções e investimentos que serão voltados para a valorização do professor.

Na segunda parte das perguntas, agora sobre a questão salarial, Cesar Callegari discute sobre a posição do MEC em relação ao assunto. O foco do MEC, segundo ele, é construir uma imagem melhor do professor para que a profissão passe a atrair mais jovens, fazendo com que estes a vejam como “*uma opção real de vida e de trabalho*” e contrasta dizendo que hoje, “*a opção pelo magistério é secundária*”.

Os dois últimos parágrafos se referem ao piso salarial dos professores.

Para promover a valorização do profissional, foi instituído, em 2008, o piso nacional da educação, hoje calculado em R\$1.451. Mas sindicatos e governos vivem em pé de guerra por conta dos reajustes, indexados à atualização anual do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) — de 22% em 2012. Com isso, estados e municípios se dizem sem condições de pagar. Já existe, inclusive, um projeto de lei no Congresso Nacional para mudar a forma de reajuste do piso, passando a ser alterado pelos índices da inflação.

*“É preciso modificar, de fato, esse cálculo, caso contrário, ficará mesmo inviável as prefeituras e os estados pagarem. Mas, enquanto isso não ocorre, as categorias vão reivindicar seu direito, é legítimo”, **afirma Carlos Eduardo Sanches**, ex-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e integrante do Conselho Estadual de Educação do Paraná. Para Heleno Araújo, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), o piso é fundamental para promover a valorização do docente. “É claro que há outras demandas, mas salário é importante para qualquer carreira”. **Ele cita** pelo menos dois estados que não estão pagando o piso: Rio Grande do Sul e parte de Minas Gerais”.*

É retomada a forma narrativa associada ao uso de numerais, artifício que proporciona uma impressão de maior veracidade e objetividade à informação passada, para expor dados sobre a atual situação do salário dos professores no Brasil.

A segunda parte do fim da notícia é representada por falas de Carlos Eduardo Sanches, ex-presidente da Undime. Ambas encontram-se na forma de DD e são caracterizadas pela opinião do enunciador sobre as manifestações dos professores em relação ao não cumprimento do piso salarial nacional e o quão justificável tais manifestações são.

CAPÍTULO 5. UMA LEITURA DAS NOTÍCIAS A PARTIR DAS QUESTÕES NORTEADORAS

Neste capítulo vamos tratar de alguns pontos que emergiram das análises das notícias veiculadas em jornais *online*, com o objetivo de problematizar os sentidos que estão em circulação acerca do trabalho e da saúde das professoras de escolas públicas. Para tanto, recorreremos às seguintes questões norteadoras:

- Que sentidos circulam nas reportagens em relação ao envolvimento e compromisso dos professores com o trabalho e com a qualidade do ensino?
- De que forma o processo saúde-doença é apresentado nas reportagens?

Tais questões norteadoras foram construídas a partir de ponto de vista da atividade, sendo assim, não pretendemos fazer generalizações, mas interpelar os processos de decisão, concepção, organização, formação, etc.⁴⁸ que envolvem o trabalho docente e a saúde dos professores. Interpelar as ideias que, ao serem difundidas e propagadas, (retro)alimentam as normas antecedentes do trabalho do professor da rede pública e produzem modos específicos de abordar a saúde desses trabalhadores. Desta forma, buscaremos identificar e discutir as ideias e os sentidos subjacentes às notícias, com suas diferenças, considerando as diversas vozes e perspectivas presentes. Por esse motivo, as notícias serão referenciadas através de seus códigos (de N1 a N13). Isso significa que a discussão sobre as questões norteadoras se apoiará nos discursos concretos encontrados nas notícias, sejam convergentes ou não.

Neste primeiro momento, iremos destacar as diferentes maneiras com que os professores são designados e caracterizados no conjunto dessas notícias. O que o professor diz sobre si e o que dizem sobre ele, com vistas a problematizar as implicações dessas designações.

Com essa perspectiva, cabe sintetizar o que foi indicado pelas análises das 13 notícias realizadas no capítulo anterior, o que buscaremos fazer a seguir.

A N1 possui como temática central as licenças médicas dos professores. As vozes que assinalam as más condições de trabalho não são dos professores, mas sim as do IPM do médico e da Secretária de Educação. Apesar de os conteúdos do relato da médica do IPM serem contundentes a respeito da degradação da saúde dos professores, vimos que os verbos *admite*, *observa* e *cita* podem criar um tom passivo ou de aparente neutralidade frente à gravidade do enunciado.

Já na N2 através do subtítulo *Veias das Pernas Levam o Sangue no Sentido dos Pés para o Coração* temos uma pista do viés biomédico utilizado durante essa reportagem para abordar a questão de doença relacionada ao trabalho. Somente a voz do médico é levada para o relato através do uso do discurso direto e indireto pelo enunciador-jornalista. Portanto, a dinâmica da reportagem é a do autor falando através do DI e a citação do especialista (médico) reafirmando o dito por meio da utilização dos verbos *dicendi cita, explica, destaca e esclarece*. O processo de adoecimento que está intimamente relacionada à atividade exercida, durante o texto, entretanto, acaba tornando uma forma individual e naturalizada. É recomendada, ainda, uma “vida saudável” como forma de evitar o adoecimento, individualizando nos corpos os efeitos da profissão. Despotencializando o caráter coletivo e social presente na atividade de trabalho.

A N3 também aborda a temática da licença médica, o afastamento dos professores por algum adoecimento. Ela é escrita em uma linguagem coloquial e os dados numéricos criam uma sensação de objetividade. O que chama atenção é que nenhum professor é convocado a falar. Ele aparece como o que “falta” ao trabalho e que pode receber punições, descaracterizando a relação entre a “falta” e as condições de trabalho. Transmite-se a ideia de que o professor não quer ir trabalhar, que é malandro. Desfazendo o nexo entre saúde (licença) e o trabalho (más condições). Num dado momento, a voz do jornalista se “mistura” à voz da Secretaria de Educação, construindo um sentido de transparência para o leitor, através do DIL.

A N4 tangencia questões relativas à violência verbal sofrida pelos professores da rede pública de ensino. De maneira geral, trata a questão sob uma ótica moralizante. O apagamento de fonte utilizado provoca efeito de generalização e objetividade. O discurso direto é tomado como maneira de reafirmação da voz do enunciador-jornalista. O diferencial dessa reportagem é que as vozes de alguns professores são relatadas.

A N5 gira em torno de uma nova política salarial para os professores do Estado do Pará. Possui característica de um informe, pois o tema é apresentado em praticamente toda a extensão da reportagem por meio do uso do DI e do uso de muitos dados numéricos. Além disso, a voz do governo é presente em grande parte da notícia e não é divergente do discurso direto de dois professores nos parágrafos finais.

A temática central da N6 é a alta percentagem de professores da educação básica que ainda não possuem ensino superior. As vozes apresentadas são institucionais (Inep, CNTE e Undime). Ao longo da reportagem, a utilização frequente de dados numéricos acaba dando

um tom dramático à situação. Além disso, o uso do DI pelo enunciador-jornalista passa uma ideia de familiaridade com o problema exposto. Através do encadeamento de ideias transmite-se a mensagem de que o professor não está preparado para lecionar. Soma-se a isso as vozes institucionais que afirmam de diversas maneiras que o professor é desmotivado, que escolhe a carreira como última opção ou a encara como um castigo.

As características da N7 são o relato de várias vozes e a utilização de muitos termos biomédicos para tratar de uma situação de violência na escola – ameaça de morte a uma professora. A notícia apresenta todo o desdobramento dessa situação, incluindo o processo de adoecimento da docente e a forma de enfrentamento do problema, que é dado pelo ministério público. Este foca na doença, buscando soluções em exames ocupacionais. Toda situação é descrita de forma simplificada, individualizando o problema, não o relacionando com o ambiente e as condições de trabalho que estão submetidas o magistério.

Uma situação dramática é relatada na N8. Durante o texto são expostos relatos de professores da rede estadual do Rio Grande do Sul que são obrigados a fazer “bicos”, visto que o salário pago pelo estado não é suficiente para a subsistência deles. O tom dramático se dá através do discurso indireto livre utilizado pelo jornalista. “*Sem saída, os professores tem de se virar para pagar as contas*”. Após citar os professores, é dado espaço a voz da Secretaria de Educação. Durante o relato, a secretaria reconhece o problema e prontamente oferece a solução. Dessa maneira não se abre espaço para a reflexão da situação precária, quebrando-se a cadeia dialógica.

A N9 tem como objetivo fazer um relato a respeito de um treinamento que os gestores de escola da rede municipal de Recife receberiam. Esse treinamento tem como tema “qualidade de vida dos professores”. Chamou-nos atenção a grande quantidade de termos referentes ao campo da saúde mental, construindo uma imagem geral de que os profissionais da educação tem como destino esse tipo de adoecimento. Isso se deu através do discurso indireto, onde se criou relato que naturaliza o adoecimento relativo ao trabalho escolar. Ao mesmo tempo em que a temática de adoecimento é abordada, ela não é ligada sintaticamente ao ofício de educar, criando uma individualização da doença, o trabalhador que adocece acabou sendo caracterizado como aquele que “prejudica” a escola. Foi dada ênfase às terapias alternativas como modo de lidar com o problema de saúde proveniente do trabalho.

Durante a N10 é relatada a vivência dramática de uma professora ao ser demitida quando estava grávida. Isso revelou o contrato de trabalho frágil e precário que estava submetida junto a Secretaria de Educação, uma violação dos direitos trabalhistas. Mesmo com

essa temática, o ator central da reportagem é o jurídico, por meio do discurso direto. A professora em questão aparece através da narrativa do jornalista. Tal narrativa pode criar um tom generalizante da situação relatada, tornando-a impessoal, descreve-se a trabalhadora ao invés de professora como *mulher*, *grávida* e *gestante*, além de deslocar a história para qualquer espaço e tempo. Através do enunciador-jornalista é utilizada a expressão “vínculo empregatício encerrado”, que acaba possibilitando uma compreensão mais amena do que se ele utilizasse “foi demitida”.

De início, a N11 chama atenção pela utilização da narrativa, que cria uma sensação de generalização do que é contado. Dessa maneira, ao tratar das condições de trabalho que propiciaram o desenvolvimento de transtornos psicológicos em uma professora numa escola pública brasileira, aproxima os leitores do fato. O jornalista também conduz ao nexos entre as doenças relatadas e o trabalho realizado. O uso dos verbos *dicendi considera*, *relata* e *justifica* na introdução da fala docente podem insinuar um sentido de reflexão sobre o tema apresentado. Em outra direção, os verbos *dicendi garante* e *admite* podem passar a ideia de credibilidade ao dito.

A notícia N12 é curta e objetiva, visando informar a respeito de uma manifestação de professores nas ruas de Belém. O uso do DI colabora no tom objetivo e direto. Ao longo da reportagem percebemos que o foco é no ato em si, isto é, na manifestação como uma situação que atinge a cidade podendo causar algum tipo de circunstância problemática à cidade. As reivindicações e os seus motivos acabam ficando em segundo plano, sendo citados de forma breve.

A N13 expõe a atual situação de desvalorização docente, somando à formação inadequada e baixos salários. São convocados a falar especialistas em educação, respaldados pelo nome da universidade de origem e representantes da classe. A reportagem aponta para muitos problemas estruturais encontrados na educação brasileira. Num dado momento, há um relato de uma professora que afirma o seu desejo em exercer o magistério. Nesse caso, é utilizado o verbo *dicendi afirma*, indo ao encontro do conteúdo citado, ao mesmo tempo isto ajuda a elaborar uma imagem idealizada de professor, como aquele que nasceu para superar qualquer desafio.

Entendemos, de acordo com Dejours ^{17,18,28,30,33,38}, que a mobilização subjetiva dos trabalhadores ocorre na medida em que esses têm o seu trabalho reconhecido.

Já de acordo com Schwartz & Durrive ⁴⁸ e Schwartz ⁵⁴ o primeiro papel do trabalho no plano psíquico é garantir uma sobrevivência autônoma. Trabalho que, por sua vez, é

atravessado por debates de normas e valores e que está atrelado à história singular de cada um.

*“...nós nos fazemos reconhecer não mais pelo que somos, mas pelo que fazemos. Digamos que estamos nessa relação com o outro que valida o que fazemos. Mas, em consequência disso, essa validação do fazer reflete sobre o ser. E nesse momento poder se inserir num trabalho e ser reconhecido pela qualidade do que se faz equivale a uma espécie de certificado de quitação, socialmente dado a pessoa. Ou seja, no momento em que o comportamento no trabalho é julgado socialmente eficaz, o equilíbrio psíquico do compromisso, por mais torcido e precário que seja, vai registrá-lo como uma espécie de validação”*⁴⁸ (p. 234).

Conforme vimos no primeiro capítulo, Dejours^{18,28,31,33,65}, ao afirmar a importância da dinâmica do reconhecimento para a saúde e a mobilização subjetiva dos trabalhadores, faz referência a dois tipos de julgamentos: o julgamento de utilidade, proferido pela hierarquia, e eventualmente pelos clientes; e o julgamento de beleza, conferido pelos pares. Munidos dessa indicação, encontramos na N4 exemplos de um tipo de reconhecimento do trabalho docente – aquele que é conferido pelos ex-alunos aos seus antigos professores. O agradecimento dos ex-alunos pelo resultado do trabalho realizado parece repercutir positivamente em como o professor percebe sua própria atividade de trabalho e dá sentido a ela. Mesmo que a relação professor-aluno seja apresentada em outros fragmentos – nessa e de outras notícias – como fonte de inúmeros conflitos, identificamos, na voz dos professores retratados na N4, a compreensão de que ela pode proporcionar também a criação de sentidos e investimento psíquico no trabalho^{65,66,67}.

Ainda na N4, os discursos dos professores sobre o uso de si na realização da atividade docente evocam diretamente tanto a imagem de um professor que é comandante e disciplinador, quanto literalmente o de um “segundo pai ou mãe”. Essas imagens fornecem pistas dos valores e normas que orientam esses educadores com vistas à melhor qualidade e eficiência do seu trabalho serviço.

“Antigamente, o professor tinha status de autoridade e, quando falava, todos ouviam...”.

“Quando comecei a dar aula, o aluno tinha mais respeito e aceitava os comandos do professor”.

“... Por ser uma professora exigente, e se não for assim eles relaxam, ...”.

“O professor era considerado um segundo pai ou segunda mãe...”.

Se utilizarmos como referência o esquema tripolar proposto pela ergologia ⁴⁰ é possível encontrarmos nessas imagens valores norteados por lógicas econômicas e políticas distintas – ou até mesmo divergentes. Parece-nos que os professores buscam maneiras de recriar e “renormatizar” o seu trabalho recorrendo a uma postura baseada nos moldes da educação disciplinar tradicional (comandante e disciplinador), e, ao mesmo tempo, buscando ser acolhedor, afetuoso e compreensivo (segundo pai ou mãe). Assim, encarando o quadro de violência social que adentra os muros da escola, a indisciplina dos alunos e a falta de uma política específica que pense de forma mais ampliada esse problema.

Garcia ⁶⁸ (p. 123) explora o tema da indisciplina dos alunos sob a seguinte perspectiva:

“Em termos acadêmicos a indisciplina escolar também tem sido produtiva ao solicitar respostas, reflexões, e ao provocar debates. A indisciplina tem se tornado, paradoxalmente, uma distinta fonte de motivação indesejável para a reflexão e mudança nas escolas. As tensões derivadas da ausência progressiva, declarada por professores, de disciplina e respeito, cumpriram afinal um inesperado papel de inspirar revisões nas posições, valores, projetos, intenções e em diversos pressupostos e racionalidades que vêm informando as práticas pedagógicas há décadas”.

Já na N1, a perícia médica, por intermédio de um relato de seus peritos, ressalta a complexidade do trabalho dos docentes, na medida em que apontam situações que evidenciam que esta atividade vai muito além do objetivo de transmissão de determinados conteúdos aos alunos.

“Tem profissional que entra em pânico ao se deparar, em sala de aula, com a problemática de crianças pobres, com famílias desestruturadas, que muitas vezes usam drogas ou até mesmo são agressivas”, observa a médica do IPM. Quanto às doenças da voz, ela cita as disfonias, laringites e pólipos focais”.

Especificamente, essa voz sublinha a existência do caráter formativo de mediação de conflitos entre aluno-escola-família-sociedade presente no cotidiano dos professores e também pontua a repercussão dessas tensões na saúde e no elevado número de afastamento desses profissionais. Como diz Neves ¹⁰ (p. 162), “parece-nos que parcela considerável de pesquisadores e a própria mídia trabalham com a figura de uma professora sempre ousada e onipotente, conformando a imagem de uma profissional ideal”.

De acordo com a voz da professora Geusilene na notícia N12, que os docentes “*querem dar conta de tudo*”. Existe uma ambiguidade no “querer dar conta de tudo”, pois, de acordo com Schwartz ⁴⁸ (p. 191): “*Se admitimos que o trabalho é sempre singularização ou resingularização por si mesmo, devemos reconhecer, por outro lado, que não agimos de forma individual. Não agimos sozinhos*”. Além do mais, a normatização da educação pública, incluindo as diversas políticas educacionais, atravessa o cotidiano das salas de aulas e abre caminho para a sobrecarga de trabalho dos professores de escolas públicas. A situação de sobrecarga favorece a sensação de invasão crescente da esfera profissional na vida familiar. Tem-se a impressão aguda de não se empenhar muito, sendo as mulheres evidentemente ainda mais atingidas que os homens ^{69,70}. O que também vai ao encontro da afirmação de Deusdará & Rocha ⁷¹ (p. 2) de que é preciso “*problematizar a sala de aula como único referencial de espaço-tempo do trabalho docente*”.

Na N13, apesar de ser citado o Manifesto dos pioneiros da educação nova, que diz: “*De todas as funções públicas, a mais importante*”, a reportagem apresenta, o professor como um profissional mal qualificado e desmotivado.

Os dados oficiais apresentados na N6 e N13 mostram o alto índice de professores sem formação de ensino superior e relacionam essa formação considerada insuficiente com a qualidade deficitária da educação brasileira, já que os mais capacitados e competentes seguem para outras carreiras, ou seja, quem for “bom” não seguirá a carreira de magistério. O professor é designado como o grande responsável pela (má) qualidade do ensino. Afirmação que é corroborada até mesmo pelo presidente da CNTE: “*...poucos profissionais bem preparados se dedicam ao magistério por vocação...*”, mas que na visão dele é porque a “*...a carreira não aponta para uma boa perspectiva de futuro. Os salários são baixos, e as condições de trabalho ruins*” (N6). Concordamos com Neves ¹⁰, quando sinaliza que os professores podem sentir-se constrangidos diante de tal responsabilização.

“*...o sentimento de constrangimento diante do fato de serem responsabilizadas pela péssima qualidade do ensino nos leva a pensar que essas professoras estão vivendo um conflito ético sobre sua dignidade profissional; elas estão dizendo não ao esvaziamento do sentido social e político de seu trabalho*” ¹⁰ (p. 179, grifo nosso).

Soma-se a essa percepção um discurso veiculado nessas reportagens aonde indica que o professor, na verdade, não “quer” ser professor. Circula assim uma ideia de que a motivação é alguma coisa que está no interior da pessoa e que é necessário buscá-la dentro de si. Ou seja,

de acordo com essa lógica, a educação melhoraria unicamente com professores motivados. O efeito deste discurso é a neutralização dos critérios mercantis que atravessam o “querer” do trabalhador:

*“Uma forma de neutralização é fazer da motivação uma espécie de característica psicológica interna à pessoa, sem ver que atrás da motivação há uma ligação entre as pessoas e os meios que elas têm para viver sua vida e para exercer sua atividade. E é necessário considerar os dois! Deste ponto de vista, a motivação não depende unicamente da pessoa. É também a questão do meio que ela tem para agir, onde fazem ela agir. Então a questão da motivação tem a ver com o meio, coloca tanto questões para a pessoa quanto para o meio ao qual ela é confrontada. Se há baixa ou ‘insuficiência de motivação’, é um vai e vem entre os dois pólos que está em questão. É muito fácil esquecer um desses pólos para tentar, eu poderia dizer, ‘psicologizar’ essa noção”*⁴⁸ (p. 194).

Na mesma direção do presidente da CNTE, o professor de política educacional da Faculdade de Educação da USP, Romualdo Portela, vai afirmar na N13 que “...o aluno de baixo rendimento no ensino médio, formado geralmente pelo ensino privado de baixa qualidade, é o que vai para a sala de aula ser professor”. Entretanto, não se problematiza a existência de escolas superiores de má qualidade que formam profissionais que não são preparados de maneira adequada para exercer seu ofício.

Nesse sentido, Duraffourg & Schawrtz⁷² (p. 54) salienta que:

“Como ergonomista, considero, antes, como positiva a recusa de certos empregos pelos jovens e os menos jovens. Tenho mesmo a tendência de inverter o discurso: não é um drama que as pessoas sejam forçadas a aceitar situações em que perdem sua saúde ao serem obrigadas a trabalhar? É incrível como este discurso foi invertido em nossa sociedade!”

Em outro trecho da N6, a questão da formação básica é colocada no que tange aos aspectos pedagógicos, ressaltando-se que é justamente o professor que possui menor nível de formação regular que acaba trabalhando com a educação básica, nível de ensino que demanda a utilização de muitos recursos pedagógicos. Além disso, na mesma reportagem, o trabalho na educação infantil e fundamental é caracterizado como um “castigo”.

“No mundo inteiro é exatamente o contrário, quem trabalha na primeira infância tem maior titulação. Quando o professor entra na rede vai para a educação infantil quase como que um ‘castigo’ porque ela não é considerada importante”.

Parece existir um acordo tácito em que a educação realizada nesses níveis, mal remunerada e com profissionais com formação insuficiente, fica delegada à mulher; já que se acredita que esse tipo de atividade remete a uma vocação feminina, não necessitando, portanto, de uma formação formal para “educar criança”^{5,10,73}. Na direção de desnaturalizarmos esse quadro, recorreremos ao termo de “mulheres-professoras” utilizado por Neves¹⁰, que visa dar visibilidade ao fato de que o magistério apresentou-se, a partir de um determinado momento histórico, como uma profissão particularmente procurada por mulheres que possuíam origem nas classes médio-baixa⁷.

Entretanto, a questão da formação profissional dos docentes pode ser pensada sob o ponto de vista da atividade. Primeiramente, uma formação adequada irá proporcionar melhores condições de trabalho ao fornecer ferramentas próprias para o exercício de sua atividade. Possibilitando, assim, a criação de novas maneiras de lidar com as variabilidades do meio em que está inserido⁴⁸. Ao que parece, na N6 é dada grande ênfase à qualificação formal realizada em instituições de ensino superior, como elemento para justificar a problemática de uma educação deficitária, ministrada pelos docentes.

Entretanto, pensamos que a exclusiva valorização de espaços formais de qualificação pode acabar promovendo certa desvalorização da experiência adquirida no desenvolvimento da atividade. Por compreendermos que o trabalho repercute nos nossos modos de vida e, nossos modos de vida repercutem no nosso trabalho, é necessária que, na formação, seja incluída a história individual do trabalhador. As ações de trabalho não são aplicação de prescrições e instruções, elas só poderão ser realizadas a partir dessa mobilização do trabalhador com seu trabalho e sua história.

Não é verdadeiro apenas para atividades ditas manuais, mas igualmente nas relações de serviço: nas quais também o corpo é implicado no trabalho, as posturas, a modulação da voz que fazem parte da maneira como a pessoa mobilizará esse patrimônio da história para tratar de tal ou qual maneira a pessoa que ela tem em face⁴⁸.

Dejours^{28,33,38}, por exemplo, contribui para essa discussão com o conceito de *inteligência prática*, com o qual busca abordar a maneira que o trabalhador lida com o real do trabalho. Na mesma direção, Schwartz & Durrive⁴⁸ e Schwartz^{51,74} propõem a noção de

corpo-si para compreender a mobilização do *ser*, necessária para atingir os objetivos das tarefas.

Portanto, não se trata de ser contra ou desvalorizar a formação superior regular, mas sim pensar que ela deve se somar à experiência formadora vivenciada pelos próprios trabalhadores, a fim de não pensar o trabalho apenas como aplicação de protocolos e processos. Que seja possível criar uma sinergia entre experiência formadora e formação regular, pois, de acordo com Schwartz ⁷⁴ (p. 44), devemos considerar:

“...de um lado, as formas de saberes investidos que estão mais ou menos em via de conceituação, que podemos colocar em palavras e que tem continuidades aceitáveis com os conceitos tais como são ensinados nas escolas e universidades; e, por outro lado, as formas de saberes escondidos no corpo, provisoriamente e até mesmo talvez definitivamente inconscientes”.

Nessa direção, corroboram com a discussão Deusdará & Rocha ⁷¹ (p. 375), quando afirmam que:

“A experiência do trabalho traz a potência da invenção de si e do mundo e, nesse contexto, a saúde passa a ser uma prática que amplia a qualidade de vida. Podemos considerar que o trabalho, enquanto dispositivo a favor da saúde, traz uma dimensão de normatividade, modulação e arbitragem no curso da ação em situações imprevistas que requerem sempre outros balizamentos e ponderações, funcionando como usinagem de novo modos de operar, pensar e cooperar”.

Apresenta-se a necessidade fundamental da formação de nível superior e atribui-se, em sua grande maioria, a responsabilidade, quase exclusiva, de uma boa qualidade de ensino ao professor. Entretanto, este não é valorizado e nem são dadas as condições materiais para que ele alcance o que é esperado. Nas notícias N8, N6 e N13, são apresentados programas governamentais de financiamento para a formação superior. Entretanto, não há uma discussão sobre a impossibilidade de o professor ser liberado parcialmente para investir na própria formação, devido à forma de organização de trabalho. Adiciona-se, ainda, a baixa remuneração.

Na N8, por exemplo, são apresentados casos em que o salário, abaixo do piso nacional, não consegue garantir os meios de sobrevivência básica dos docentes. Com isso, esses são obrigados a possuir outros empregos na escola e/ou fora dela, no mercado informal,

ocupando todo seu tempo disponível. É citada a realização de “bicos”, seja como costureira ou *barman*. Em um dos casos, a remuneração de professor é a que tem menor valor: “*É como se o salário de professor fosse complemento da renda*”. Dessa maneira, esses profissionais não procuram se especializar pelo simples fato de terem que buscar outra fonte de renda.

De acordo com Neves ¹⁰ (p. 176):

“O salário é apontado como um dos elementos mais denunciadores da desvalorização social da atividade docente (ao lado, como vimos, das precárias condições de trabalho e de seu crescente desprestígio social). Apesar de a psicodinâmica do trabalho priorizar a organização do trabalho como elemento fundamental na análise da vivência subjetiva no exercício profissional, acreditamos que, no caso concreto do magistério no Brasil, se torna imprescindível a incorporação da questão salarial (um dos elementos das condições de trabalho) enquanto um dos componentes da dinâmica de reconhecimento”.

Mas o que se vê, conforme a N8, é que a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, por intermédio da secretária-adjunta Maria Eulália Nascimento, se diz constrangida com o fato de professores da rede pública trabalharem em outros empregos e funções: “*Constrange a nós. Acho que deve constranger toda a sociedade. O que precisamos é de pessoas dedicadas a uma carreira e uma carreira pressupõe um período de vida*”. Declarar constrangimento desloca o pronunciamento de uma servidora em função administrativa, cuja expectativa é sempre relativa a ações propositivas, iniciativas governamentais, para um plano pessoal, em que algo se expressa sem muito compromisso com possíveis desdobramentos.

Parece haver uma total distorção da realidade de desvalorização a que estão submetidos os professores do Estado do Rio Grande do Sul, já que, de certa maneira, se enuncia que o professor não se dedica à profissão. Afinal, quem deve ficar constrangido com tal situação? Não seria o trabalhador que é compelido a ter outras fontes de renda para conseguir garantir à sua sobrevivência e a de seus familiares?

Ainda sobre a situação de remuneração, na N5 é dada uma enorme ênfase ao aumento salarial dos professores do Estado do Pará. O que chamou nossa atenção foi o grande detalhamento dos mecanismos de financiamento desse aumento. Trata-se, praticamente, de explicar o acréscimo que o orçamento anual do governo sofrerá devido a tal que tal aumento: “*O aumento salarial para os docentes significa um acréscimo de R\$11.900.300,00 na folha de pagamento da Seduc*”. A relação entre salário e valorização do trabalho do professor fica em segundo plano. Dados, percentagens e descrição das políticas orçamentárias encobrem também a relação com a

luta da classe trabalhadora para obtenção desse aumento, promovendo um tom de benesse por parte do governo. Somente o trecho proferido pelo professor de História, Luís Neves, chama a atenção ao protagonismo dos trabalhadores na luta por melhores salários:

“Ainda não é o ideal, mas esses aumentos significam uma demonstração de luta da categoria e demonstração por parte do Governo em sinalizar mudanças. A mudança não é baseada apenas na questão salarial, mas em incentivos na qualificação profissional dos professores, melhoria na infraestrutura nas escolas”,

A nosso ver, o aumento salarial da categoria significa uma mudança positiva nas condições de trabalho, o que favorece o investimento dos docentes em sua formação, além de sinalizar uma valorização social desse ofício. Como aponta Dejours ¹⁷, o trabalhador ao realizar uma “atividade socialmente valorizada”, portanto, reconhecida, dá a ele a possibilidade de elaborar novos sentidos ao seu trabalho, fortalecendo sua identidade e sua saúde psíquica.

Um componente fundamental a respeito da dinâmica do processo saúde–doença, portanto, são as condições e formas de organização do trabalho às quais os professores estão submetidos, tais como os baixos salários, as políticas educacionais, a relação professor – aluno e a sobrecarga de trabalho. Além do mais, de acordo com Berger ⁶⁹ e Huberman ⁷⁰ as professoras precisam articular o trabalho em sala de aula e as tarefas de correção de trabalhos, a preparação das aulas e a atualização de sua formação profissional, parcela do trabalho invisível aos olhos da sociedade.

No decorrer da N10 são relatados detalhes da situação vivida por uma professora de Goiás, submetida a um contrato de trabalho precário: *“no contrato foi deixado um espaço em branco para se colocar, quando bem entendesse, a data do término”*. Sob o ponto de vista da atividade é possível refletir sobre a relação entre o caso específico dessa trabalhadora e o movimento de reestruturação em curso nos mundos do trabalho, no caso, a terceirização. A terceirização que também adentra no serviço público educacional. Com isso, o drama individual da professora que teve seus direitos trabalhistas violados está inserido em um contexto mais amplo, de macro transformações sociais e econômicas ⁴⁸.

Apesar do conjunto de elementos que envolvem o caso dessa professora, o que ganha destaque na N10 é a atuação do setor jurídico. Além disso, não é destacada diretamente a responsabilidade do contratante, no caso, o governo, de demitir uma trabalhadora grávida. Ela deixa de ser protagonista e passa a figurante do próprio drama vivenciado, atribuindo-se a “grande ação” à justiça. Como diz Schwartz & Durrie ⁴⁸ (p. 250), através do:

“esquema bipolar entre política e o mercantil, não vemos precisamente como homens e mulheres irão fazer a história, ou dela participarão de perto. Eu tenderia a dizer que nesse momento tem-se a impressão de que a grande história sobrevoa a pequena história e que no fundo ela (a grande) se faz sem nós. É um pouco do que se dizia recentemente com relação à tendência profética dos que pretendem que a história aconteça sob a égide de uma lógica e de grandes tendências”

Ainda sobre as condições de trabalho, algumas passagens das notícias retomam a questão da relação professor-aluno. Chamou nossa atenção as várias ocorrências em que os problemas em torno desta relação, assim como a violência que atravessa os muros da escola que estão presentes nas notícias selecionadas. Essa relação complexa, como dissemos anteriormente, abrange diversos aspectos. O trabalho docente caracteriza-se por ser uma relação de serviço ^{75,76} com solicitações distintas de alunos, direção e sociedade. A responsabilidade de fazer com que o aluno tenha um bom desempenho escolar é exigida da professora por essas três esferas. Desta maneira, eximem-se de responsabilidade os governos sobre a qualidade da educação pública fornecida para a população, naturalizando-se e justificando-se o fracasso escolar pelos binômios “aluno – problema” e “professor – mal qualificado”. Em relação a esse último aspecto, os pesquisadores franceses Choquet et al. ⁷⁷ refletem sobre o desgaste psíquico dos professores sob o aspecto do autoquestionamento sobre a utilidade social de seu trabalho, gerando um sentimento de fracasso pessoal frente ao baixo desempenho escolar dos alunos.

Assim como Schwartz & Durrive ⁴⁸ (p. 73), entendemos que:

“...os trabalhadores têm horror, evidentemente, de trabalhar para nada. Opor eficácia e saúde não é razoável. A eficácia participa do sentido do trabalho: trabalhar para encher lixeiras é insuportável! Ter máquinas que não funcionam, que estão sempre quebradas quando se é um mecânico, isto compromete a significação do trabalho de maneira bastante fundamental”.

Informar, portanto, que a responsabilidade da qualidade do ensino público está relacionada ao trabalho realizado pelo professor, é de certa forma afirmar que não há comprometimento desse profissional com o trabalho que realiza, desconsiderando o amplo contexto no qual a educação pública está inserida.

Rocha ^{78,79} ressalta que a indisciplina é um dos problemas mais estressantes encontrados no ambiente escolar. Ele provoca tanto o aumento do adoecimento das professoras quanto o encaminhamento dos alunos a especialistas. A autora também aponta a diferença entre os termos *disciplina*, voltada ao não cumprimento de normas estabelecidas, e a *violência*, que diz respeito a danos morais ou físicos. Ambos os termos são utilizados e se misturam nas notícias N1, N4, N7 e N11.

“Docente há 15 anos, Raquel faz uma espécie de retrospectiva sobre a situação. ‘Quando comecei a dar aula, o aluno tinha mais respeito e aceitava os comandos do professor. Hoje, estão sem limites, ganham livros, merenda, têm à disposição equipamentos de informática, laboratórios e outros recursos, até passe-livre recebem para virem à escola, mas para você conseguir que eles aprendam alguma coisa tem que fazer malabarismo’. (...) Antigamente, o professor tinha status de autoridade e, quando falava, todos ouviam. Atualmente, parece não dispor mais do devido comando em sala de aula e enfrentam a falta de respeito, de interesse dos estudantes em relação aos conteúdos ministrados e até agressões físicas ou verbais” (N4).

Na N4 a violência na escola é apresentada como algo mais característico da geração atual, algo temporal e sob um ponto de vista moralizante. Sabe-se que a discussão acerca da violência que adentra a escola exige a convocação de diversos campos de saberes e atores sociais, entretanto, nessa reportagem, o governo não é convocado em nenhum momento sobre seu papel no enfrentamento da violência.

Além do mais, afirma-se o lado positivo da educação privada em detrimento da educação pública, ou seja, opõe-se o público-pobre – violento-ineficiente ao privado-eficiente.

A questão da violência ganha outro contorno nos trechos a seguir da N4: *“Foi só uma vez...”*; e *“Aparentando cautela, profissionais da rede pública, em Cuiabá, reconhecem o problema. Porém, amenizam afirmando que os atos mais graves são raros, ao mesmo tempo em que citam fatos em que já foram vítimas de estudantes com comportamentos hostis”*.

O discurso que circula através das vozes dos professores sobre a questão da violência é no sentido de algo que já está dado e que não tem solução, já que estaria vinculado a mudanças “gerais” da sociedade e dos modos de ser dos próprios alunos. Na reportagem N1 há situação de um professor que exprime o sentimento de impotência perante aos riscos a que estão submetidos: *“O professor chegou a fazer um Boletim de Ocorrência na Delegacia, mas*

retirou o BO ao saber que o adolescente, residente no bairro Tancredo Neves, era envolvido com drogas”.

Mas, como aponta Rocha ⁷⁸ (p. 2):

“Os mecanismos que trabalham tendo como meta acabar com a indisciplina, que é um conflito inerente às relações de aprendizagem, descentram o professor da experiência da ambiguidade do lugar que ocupa e, conseqüentemente, da possibilidade de junto com os alunos produzir regras comuns e trabalhar a violência implicada no seu papel, que é o de estabelecer margens, limites para que a classe seja um campo de afetação, de provocação, em que o contato com o aluno não é um pré-requisito, mas uma conquista. Quando esse lugar do professor não entra em discussão, o que se impõe é a hierarquia presente como legitimação da autoridade estabelecida e, considerando que a soberania somente se mantém através da violência, podemos melhor compreender como a indisciplina, como fenômeno de resistência à ordem, é produzida sistematicamente por toda a comunidade escolar, constituindo-se de modo crescente e insuportável”.

Em outros trechos das notícias selecionadas já percebemos a modalização e até certa recusa dos docentes em falar sobre as condições de trabalho e de violência a que estão submetidos. Alguns verbos introdutórios que se referem às falas dos docentes parecem insinuar certa passividade perante as ações de violência que adentram o ambiente escolar. Talvez seja algo que cause vergonha, que não deva ser dito, que precisa ficar escondido, já que se sentem impotentes diante do problema.

Na N1 uma campanha de conscientização é apresentada pela direção de uma escola como uma estratégia para lidar com as situações de violência:

“A escola, atualmente, vem desenvolvendo a Campanha ‘Respeito é bom e eu gosto’ como uma das estratégias para conscientizar os alunos quanto aos valores morais necessários a uma boa convivência na escola”.

Já na N4 o enfrentamento é dado pela coordenação escolar: *“Os casos mais graves são encaminhados para a coordenação, que faz o papel de orientar e intermediar o conflito. Os pais também são convocados e informados sobre o problema”.*

Entretanto, como diz Rocha ⁷⁸ (p.1-2):

“É importante ressaltar que, quando a questão disciplinar passa a ser o eixo norteador do processo educacional, as relações entre os diferentes segmentos passam a ser avaliadas dentro da dualidade respeito ou desrespeito à ordem. Assim, acabam se multiplicando as técnicas de controle e as oposições entre direção e professores, direção e funcionários, professor e aluno, escola e família, inviabilizando outros modos possíveis de convivência. (...) Em tempos de competitividade e autossuperação, autoempreendimento, as relações solidárias são um contratempo, exercício do que resiste ao tédio, ao isolamento, ao esvaziamento de sentido, podendo significar saúde”.

Em ambas as reportagens os encaminhamentos apresentados para “solucionar” esse problema complexo se mostram individualizados ou moralizantes. Percebemos assim, que apesar da violência ser de ordem social o governo não é convocado em nenhum momento para pensar e enfrentar o problema!

Já em um trecho da N1 os sintomas de adoecimento apresentados no primeiro parágrafo são associados à violência e à rubrica do esgotamento profissional.

“Leuma Asfor confirma não serem raros os pedidos de afastamentos motivados pelas ameaças de morte por parte de estudantes que tiveram contrariedades de pouca relevância... Isso e a carga horária excessiva provocam uma situação de muito estresse”.

Ademais, é interessante chamar atenção de que na N11 são relatadas as dificuldades iniciais de uma determinada docente no enfrentamento da sua depressão, o que nos leva a refletir sobre as possíveis defesas que possivelmente veem sendo desenvolvidas pelos trabalhadores. Essas defesas se manifestam por intermédio do silenciamento acerca das vivências de sofrimento e de processos de adoecimento decorrentes das condições e formas de organização do seu trabalho ^{10,28}.

Ainda na N7 é relatado um caso de violência contra uma professora e o desdobramento posterior desse episódio refletido sobre sua saúde. Após ser ameaçada de morte por um aluno, a professora foi obrigada a se afastar da sua função para poder receber o tratamento adequado, pois a ameaça deflagrou nela um quadro de transtorno mental. *“Passei a tomar medicação controlada de tarja preta, não dormia direito e estava totalmente desequilibrada”*, conta a professora.

Essa notícia aborda como temáticas convergentes as situações de violência no cotidiano da escola e a presença de transtornos mentais nos docentes. Além da N7, as notícias N1, N9 e N11

também relatam a liderança dos transtornos mentais no *ranking* das doenças que mais afastam os profissionais do magistério.

No decorrer da reportagem N7, é dado espaço ao Ministério Público que acrescenta a sobrecarga de trabalho aos fatores de adoecimento docente. Entretanto, essa mesma instituição propõe o seguinte encaminhamento para dar conta desse quadro.

“O MP-GO propõe que haja um projeto para diminuir esse tipo de situação. É preciso realizar exames ocupacionais para poder prevenir esse tipo de doença entre os educadores e, conseqüentemente, tentar diminuir os casos. Além disso, a Secretaria da Educação poderia realizar um programa de saúde mental que realmente seja eficaz”, salienta o promotor de saúde do trabalhador, Vilanir de Alencar Camapum Júnior” (grifo nosso).

“A superintendente da Central de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (Segplan), Lilian Milhomem, declara que alguns procedimentos estão sendo tomados para prevenir transtornos mentais entre os professores da região”.

“Goiás tem como maior patrimônio o servidor público e, quando algum está doente, isso é motivo de muita preocupação. Hoje mantemos na Secretaria Estadual de Educação uma equipe de engenheiros da oficina do trabalho onde eles levantam os impactos ambientais e da profissão. Com o resultado dessa pesquisa, nós estamos recomendando que o secretário de educação faça estudos nesse sentido”, explica a superintendente” (grifo nosso).

“Segundo ela, na segunda semana de maio, o funcionário público que for diagnosticado com alguma doença psicológica terá atendimento especial” (grifo nosso).

Assim como nesta notícia, encontra-se também em outros discursos a exclusão do caráter coletivo do processo saúde-doença e o necessário debate sobre as condições e formas de organização de trabalho. Na N9 os agravos que atingem os professores de escola são tratados de forma trivial: *“É comum”*. Podemos até sustentar a existência de um tom fatalista nessas notícias, já que, ao que parece, a ideia propagada é que o professor está fadado ao adoecimento. Isso acarreta uma individualização e psicologização dos problemas enfrentados pelos docentes.

Como apontado por Schwartz & Durrive⁴⁸ (p. 242):

“...ensina-se as pessoas a gerir seu estresse e as conduzem a sessões de formação em ‘gestão do estresse’. Alguém chega e lhes explica uma hora é isso, outra é aquilo; uma hora é o relaxamento, outra é

outra coisa. Ensinam-se às pessoas técnicas de gestão do estresse. Mas, alguém se interroga sobre o fundo do problema: como foi fabricado aquele estresse?”.

Portanto, psicologizam-se e individualizam-se problemas que remetem às condições das escolas públicas.

Ainda sobre o adoecimento dos profissionais do magistério, três pontos nos chamam também a atenção no seguinte fragmento da N9:

“Além disso, haverá uma roda de terapia para auxiliar os gestores a estarem mais próximos dos profissionais que ajudam a fazer as escolas, identificar possíveis problemas de saúde e estresse nos professores e saná-los antes que prejudiquem os funcionários e a própria instituição (...). Através da bioenergética é possível entender o corpo e a mente do profissional e auxiliar na liberar das tensões cotidianas”.

São eles:

- A falta de uma política eficaz que promova a saúde e a vida no ambiente escolar, isto é, que não incida somente sobre a doença já deflagrada;
- A ideia do corpo doente como inútil e inválido, como um “peso”, um “problema” para a instituição;
- A lógica existente de quem atrapalha o bom andamento do trabalho escolar é aquele que falta e que fica doente, quando na verdade são as condições e formas de organização de trabalho que favorecem os processos de adoecimento.

Sobre essa questão, Verthein ⁸⁰ (p. 27) propõe uma nova forma de pensar o processo de adoecimento:

“Ficou doente é predisposto ou está fingindo. Por um lado questionávamos de onde viria isto? E, por outro, afirmamos que é preciso sair do registro da saúde como capacidade e da doença como inutilidade e reagir, tomando a doença como um acontecimento onde o próprio corpo liberta-se da imposição do silêncio da dor e grita”.

E complementa:

“Na trilha da doença como inutilidade e do corpo útil ao trabalho, não é só de exercício e de adestramento que se fala, mas das relações de força que permitem uma forma de subjetivação e definem o ideal-

de-trabalhador ao estipular por normas e regras como se deve pensar, agir e sentir”⁸⁰ (p. 148).

Na N1, o termo “pedidos de licença” utilizado no título da reportagem acaba despotencializando o caráter desse ato, ao descaracterizá-lo como um direito do trabalhador.

O tema das licenças médicas é tratado, mais uma vez, tanto na N1 e N7, através de números que apresentam as altas percentagens de afastamento do trabalho. Nestes casos há destaque para o número de licenças concedidas, de atendimentos realizados, professores atendidos e readaptações concedidas.

O tópico da “readaptação profissional” é tangenciado em dois trechos da N7 e N8: *“a docente foi afastada da função para realizar um tratamento psicológico e, ao concluí-lo, deixou de lecionar para trabalhar como secretária na biblioteca da unidade de ensino, em Goiânia” (N7).*

“Mesmo assim, a professora Geusilene Bonfim, 44 anos, custou a acreditar que estava doente. Aconselhada pela direção do Centro Educacional Caseb, onde trabalha até hoje, ela procurou um médico e foi diagnosticada com depressão. Geusilene ficou 11 meses afastada. Depois de mais de dois anos em tratamento, ela voltou à escola e trabalha atualmente no apoio à coordenação. Apesar da expressão quase sempre alegre, os olhos da professora ainda reservam uma certa tristeza” (N8).

A “readaptação” acontece nos casos em que aquele trabalhador ou trabalhadora que adoeceu por fatores relacionados ao trabalho efetuado, encontra-se impossibilitado de realizar a sua atividade. Portanto, quando retorna ao local de trabalho deveria ser compelido a realizar outro tipo de função que considere as recomendações e restrições apontadas pela perícia médica. Brito et al.¹⁰ apontam críticas à lógica existente na incipiente política de readaptação que acaba banalizando o processo saúde-doença decorrente do ambiente escolar:

“Em suma, a ‘readaptação’, deveria ser um recurso limitado a casos muito específicos, ou seja, a situações em que mudanças no processo de trabalho não eliminassem as causas do adoecimento daquela(e) trabalhadora(or) (em paralelo ao seu tratamento). O que vem ocorrendo é a manutenção de condições de trabalho já precarizadas, degradadas, mesmo após o surgimento do adoecimento. A ‘readaptação’ sinaliza a presença de nocividades, insatisfação e

[†] As autoras utilizam aspas simples na palavra readaptação para demonstrar que apesar da existência de uma doença, não é garantido tratamento dessas profissionais¹⁰.

adoecimento. Sinaliza também pouca flexibilidade para (re)elaboração de modos de trabalhar mais adequados”¹⁰ (p.103).

Outras formas de enfrentamentos do adoecimento se concretizam em falas que apresentam soluções rápidas e objetivas, isto é, que simplificam e retiram todo o caráter complexo que as situações configuram. Vejamos na N2:

“Há várias recomendações para prevenir o desenvolvimento de problemas circulatórios para esses profissionais. Segundo o cirurgião, é possível reduzir a possibilidade de desenvolver varizes tendo uma vida saudável: praticar exercícios físicos, manter uma dieta balanceada, evitar o consumo de bebidas alcoólicas, cigarros e procurar um especialista logo que notar os primeiros sintomas”.

Privilegiam-se aqui também indicações para uma vida saudável, individualizando nos corpos os efeitos de uma atividade profissional. Apresenta-se o problema das varizes como algo independente do processo e das condições de trabalho, como algo explicado sob o ponto de vista biológico e pelo estilo de vida de cada indivíduo, ou seja, como algo que depende exclusivamente dos hábitos e do autocuidado. Assim, a responsabilidade recai sobre as opções do trabalhador, isentando-se, mais uma vez, o estado como responsável pelas condições de trabalho dos professores e professoras brasileiros.

Além disso, não é feita nenhuma relação entre o estilo de vida, o salário e as pressões vivenciadas no trabalho. Isto é, não se discutem as causas da falta de exercício físico, do uso de bebidas etc. Por exemplo, a falta de exercício físico não estaria relacionada também à falta de tempo e de recursos financeiros? Apresenta-se simplesmente uma solução higienista de mudança de comportamento individual. Será que a bebida e o cigarro não seriam um modo de “lidar” com as tensões e poder continuar trabalhando? É como que só adoecesse aquele que não se cuida, que não pensa nos colegas de trabalho e que é descomprometido com a educação⁸⁰.

Outra maneira individual e privada de lidar com o adoecimento é descrita na N11:

“Os profissionais da educação atualmente no DF não têm plano de saúde, mas ganham R\$ 200 mensais de auxílio-saúde.(...) Meu tratamento foi todo particular e os medicamentos são caros, relata”.

Ademais, os afastamentos das professoras que são relatados na N3 são provenientes de orientações médicas, porém esse fato não é destacado na reportagem, passando a impressão de

que os atestados servem como justificativa da falta ao trabalho, não demonstrando qualquer relação entre falta e doença; ou falta e trabalho; ou doença e trabalho. No primeiro parágrafo isso fica evidente, quando são utilizadas as expressões “*não compareceram*” e “*não cumpriram com suas obrigações*” sem relação textual direta com a palavra atestados médicos.

O conteúdo alarmista utiliza a fala da Secretaria de Educação para respaldar o tom de denúncia sobre a previsão de aumento no número de atestados no ano que se inicia e, como consequência, o prejuízo do aluno pela sala de aula sem professores.

Ainda no trecho da N3, o tom ambíguo de denúncia e alerta acaba pondo em dúvida a real necessidade dos atestados e, principalmente, colocando em xeque a honestidade dos profissionais que se utilizam do seu direito:

“Para a secretaria, é preciso partir do princípio de que os laudos de saúde, que são periciados pelos médicos da própria casa, são verdadeiros. De acordo com a assessoria, se houver casos de má fé, as providências cabíveis serão tomadas”.

Em nenhum momento é questionada ou se apresenta a maneira como a perícia é realizada ou as condições que ocasionam o alto índice de adoecimento: as condições e formas de organização do trabalho.

A notícia N12 se destaca das demais ao promover uma reflexão no polo político do espaço tripolar – elaborado por Schwartz & Durrive⁴⁸. Constrói um limiar entre o direito à manifestação e a ordem pública estabelecida. Traz no seu aspecto discursivo – ela é curta e rapidamente pode ser lida – um caráter temporal do polo político, aonde o tempo de modificação das condições de trabalho é diferente do tempo da reivindicação. O tempo da reivindicação concorre com o tempo da cidade, do trânsito, da circulação de pessoas apressadas para seus compromissos.

A partir da leitura das 13 reportagens, tendo como referência as questões norteadoras, gostaríamos de finalizar essa seção destacando e reafirmando alguns aspectos.

O primeiro deles é a predominância do enfoque biomédico encontrado nas reportagens que tangenciam aspectos dos agravos que acometem os professores de escolas públicas brasileiras. Percebemos que a maneira de tratar os problemas de adoecimento, apoiada pelo discurso biomédico, acaba lhes atribuindo um caráter individual, uma vez que este que não valoriza o todo e desconsidera o contexto socioeconômico⁸¹. Os limites desse modelo são visíveis, por exemplo, na abordagem do índice elevado de transtornos mentais, que não é visto como um alerta de situações de sobrecarga, de exposição à violência, de deterioração do

coletivo de trabalho e de outros fatores que prejudiquem as engrenagens da dinâmica psíquica – diretamente ligadas ao reconhecimento e sentido no/do trabalho. Observa-se, através das notícias, uma intensa psychologização das questões relativas às condições e organização do trabalho docente que, do ponto de vista da atividade, são atravessadas por valores políticos, econômicos e sociais.

Em seguida, podemos salientar um efeito de apagamento do ambiente escolar. Buscamos entender como foi possível escrever sobre situações das trabalhadoras do magistério sem tangenciar as conjunturas presentes nas escolas. Desta forma, questionamos se há lugar para o debate sobre escolas, condições de vida e trabalhos dos professores, tecnologias pedagógicas e políticas públicas educacionais nesse tipo de veículo de informação.

Nessa direção, interrogamos também onde estaria inserida e que tipo de ação estaria sendo atribuída à voz das professoras e professores nas reportagens. Percebemos que as ações de destaque são remetidas aos peritos, Secretaria de Educação, direção escolar, órgãos sindicais (CNTE), especialistas, médicos, justiça e Ministério da Educação. Com isso, os trabalhadores e trabalhadoras são designados como uma mulher, uma grávida, um doente, um malandro, etc., personificando o acontecimento com os trabalhadores.

Os relatos de episódios de atos violentos de indisciplina contra os profissionais do magistério e o seu impacto na saúde deles, constituem um quadro preocupante e que tem grande espaço nesse veículo de informação. Entretanto, são tratados com um tom moralizante, como se fossem apenas conflitos interpessoais entre professores e alunos.

Nessa direção, percebemos que, repetidas vezes nas reportagens selecionadas, a maneira de lidar com os problemas que atingem o contexto do trabalho na escola se apresenta através de “soluções mágicas”, isto é, não visam à compreensão ampliada dos processos geradores com o intuito de modificá-los. Assim, acabam reafirmando a mesma lógica existente.

Em outra direção, há relatos dos próprios trabalhadores do magistério que reafirmam o desejo de serem educadores. Poderíamos dizer que são “ilhas textuais de resistência” contra a imagem de um profissional doente, desmotivado, malandro e sem formação, repetido em algumas notícias. Assim, temos pistas da relação entre sentido e trabalho na medida em que relatam satisfação e um significado positivo à própria atividade. Criam modos de vida e os afirmam dentro e fora do ambiente escolar. A partir disso, assim como Schwartz & Durrive⁴⁸

(p. 242), podemos afirmar que “*o homem não vive somente de pão, ele vive de sentido*” que constrói e reconstrói.

CAPÍTULO 6. ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES...

Dividiremos nossas últimas considerações em duas partes. Primeiramente vamos abordar os desafios encontrados no decorrer da pesquisa. No segundo momento, iremos articular a proposta e objetivos da dissertação aos resultados obtidos e análises efetuadas.

Considerando o destaque conferido ao *site Encontros sobre Vida, Saúde e Trabalho nas Escolas – Cap Escola*, pensamos ser importante apresentar os desafios encontrados na realização de uma pesquisa associada a uma ferramenta virtual recém-inaugurada, mesmo que este não tenha sido nosso objeto de estudo. A elaboração de estratégias de administração, alimentação e divulgação desse espaço tangenciaram e conversaram diretamente com a pesquisa em questão, levando-nos a fazer determinadas opções quando constatado a baixa interação dos trabalhadores e trabalhadoras nos ambientes que foram pensados especificamente para esta finalidade – como os fóruns e o convite para responder às questões do Caderno de Textos (que foi elaborado para subsidiar as ações do Programa de Formação).

Assim, num primeiro momento de delineamento da pesquisa, nosso foco se voltou para o ambiente denominado Observatório Geral. Essa escolha se deu, principalmente, pelo fato de ser um ambiente que propõe dar maior visibilidade aos sentidos atribuídos ao trabalho e à saúde dos professores que são conferidos por diversos agentes (mídia, sindicatos, governo, centros de pesquisa ou universidades, trabalhadores), possibilitando, dessa maneira, o fortalecimento da cadeia dialógica – assim como nossa pesquisa se propôs.

Entretanto, ao estabelecermos os mecanismos de busca de informações relativas a ações de CERESTs e sindicatos de trabalhadores de educação, que tivessem como alvo a saúde de professores de escolas públicas, percebemos que, apesar de certa proximidade entre essas instituições e a academia, essa relação não se apresenta de forma consistente. Isso foi demonstrado tanto nas dificuldades de acesso a essas informações via contato telefônico e *e-mail*, quanto no conteúdo das respostas recebidas, que geralmente eram pouco elaboradas e até mesmo incipientes. Entendemos essa dificuldade como uma pista sobre a necessidade da criação de novos dispositivos metodológicos que colaborem na ativação do polo da cooperação da comunidade dialógica. Esse fato, somado aos resultados positivos do mapeamento das notícias veiculadas em jornais *online*, nos convenceram que seria mais proveitoso se nos concentrássemos somente nesses materiais.

Ao longo do percurso de construção e análise dessa pesquisa procuramos ter cuidado com generalizações descontextualizadas e com afirmações taxativas sobre a relação entre

saúde e trabalho dos professores a partir das informações que circulam nos jornais *online*. Ou seja, procuramos fugir, por exemplo, da naturalização que gravita em torno do discurso relativo às (más) condições de trabalho nas quais o corpo docente brasileiro está inserido.

Com base na contribuição da perspectiva ergológica, faz-se necessário olharmos a situação de trabalho sem pré-julgamentos. Para tanto, devemos questionar quais são as normas e valores atuantes, pois, de acordo com essa perspectiva, esse binômio está relacionado aos contextos macro político, econômico e social. Assim, em nossa análise buscamos considerar a relação do trabalho a partir de um contexto ampliado. Buscamos pistas que pudessem ajudar na compreensão de elementos que colaboram para que a circulação de determinados sentidos se torne mais contundente que outros.

Ao percebermos a presença elementos discursivos que possibilitavam a emergência de determinados sentidos, procuramos uma ferramenta que nos ajudasse a descrever e compreender melhor esse processo. Encontramos na linguística, mais especificamente na análise do discurso de base enunciativa francesa, um terreno fértil para a elaboração de nossas análises. Salientando que a análise do discurso considera não só elementos sintáticos e gramaticais do discurso, mas também a relação com seu entorno, o momento histórico e a disputa de saber-poder. Dessa forma, a partir de pistas materiais inscritas nas notícias, procuramos percorrer os modos de apresentação e hierarquização das diferentes vozes.

Acreditamos que a perspectiva teórico-metodológica utilizada nos permitiu interpelar as questões norteadoras propostas pela nossa investigação de maneira proveitosa, assim como realimentar a cadeia dialógica enfraquecida pelos discursos jornalísticos que se propõem a dar informações imparciais e construir verdades inquestionáveis, demonstrando que o tão almejado projeto de dar acesso a informações imparciais e verdades inquestionáveis é um efeito de sentido assegurado por certos mecanismos linguístico-discursivos.

A nossa investigação, teve como premissa que a saúde remete a um incessante movimento de “renormatização” e “ressingularização” de si e do mundo, num contínuo debate de normas e valores, e não de uma mera ausência de doença.

Compreendemos que os sentidos que circulam na mídia, através das informações veiculadas, podem fortalecer alguns valores em detrimento de outros. Nessa direção, notamos que há circulação de certas imagens e características dos trabalhadores do magistério nas reportagens analisadas – doentes, malandros, desmobilizados, incompetentes, etc. – que dão força a valores que despotencializam um movimento de afirmação da saúde dos professores e professoras brasileiros.

A lógica presente nas reportagens analisadas é a da individualização e culpabilização. Isso reflete, em muitos casos, no desaparecimento do caráter coletivo dos problemas desapareçam e estes se personifiquem; isto é, o ponto de vista da atividade não está incluído nesses discursos. Isso se exemplifica no discurso biomédico e nos discursos de representantes do governo quando estes propõem as tais “soluções mágicas” como enfrentamento dos problemas que atravessam a escola. Instauram-se verdades e protocolos que dissolvem a cadeia dialógica!

Somente a partir de um olhar que considere os debates de valores que giram em torno da construção de sentidos sobre o trabalho e a saúde dos professores foi possível perceber que nas notícias analisadas, o polo dos valores mercantis se sobressai em relação aos polos do político e das gestões (atividade). Mesmo assim, foi possível encontrar em diversos relatos dessas notícias, que existem sentidos positivos que os professores atribuem a atividade que realizam, assim como a presença da esperança de que haja uma mudança positiva relativa à forma que a educação brasileira é tratada.

Ressaltamos, assim, a pertinência do pólo da atividade ⁴⁸ e da dinâmica de reconhecimento ^{18,28,33,39} no processo de formação de sentidos sobre o trabalho que se realiza, isto é, por intermédio do reconhecimento conferido a sua atividade – conferida por ex-alunos – e da renormatização e resingularização dos valores que atravessam a atividade – na afirmação do desejo em dar aulas – que é possível afirmar, através dos discursos presentes nas notícias analisadas, a potencialidade da vida e a saúde presente ainda no ambiente escolar.

BIBLIOGRAFIA

1. Neves MYR, Silva ES. A dor e a delícia de ser (estar) professora: trabalho docente e saúde mental. *Estud Pesqui Psicol* 2006; 6:63-74.
2. Gomes L, Brito J. Desafios e possibilidades ao trabalho docente e à sua relação com a saúde. *Estud Pesqui Psicol* 2006; 6:49-62.
3. Mariano MSS, Muniz HP. Trabalho docente e saúde: o caso dos professores da segunda fase do ensino fundamental. *Estud Pesqui Psicol* 2006; 6:76-88.
4. Barros ME, Zorzal DC, Almeida FS, Iglesias RZ, Abreu VGV. Saúde e trabalho docente: a escola como produtora de novas formas de vida. *Trab Educ Saúde* 2007; 5:103-24.
5. Araújo TM, Godinho TM, Reis EJFB, Almeida MMG. Diferenciais de gênero no trabalho docente e repercussões sobre a saúde. *Ciênc Saúde Coletiva* 2006; 11:1117-29.
6. Oliveira TS, Neves MY. O sentido do trabalho para professoras de escolas públicas. In: Neves MY, Araújo A, Vieira S, Alberto MFP, organizadores. *Trabalho e subjetividade: “a vida não é só isso que se vê”*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB; 2009. p. 51-70.
7. Neves MYR, Silva ES. Trabalho docente: precarização e feminização de uma prática profissional. In: Brito J, Barros ME, Neves MYR, Athayde M, organizadores. *Trabalhar na escola? “Só inventando o prazer”*. Rio de Janeiro: Ipub/Cuca; 2001. p. 23-5.
8. Souza AN. Organização e condições do trabalho moderno: precarização do trabalho docente. <http://pt.scribd.com/doc/62353097/AparecidaNeri> (acessado em 06/Jul/2011).
9. Brito J, Athayde M, Neves MY, organizadores. *Caderno de método e procedimentos. Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB; 2003.
10. Neves MY. *Trabalho e saúde mental: a dor e a delícia de ser (tornar-se) professora [Tese de Doutorado]*. Rio de Janeiro: Instituto de Psiquiatria, Universidade Federal do Rio de Janeiro; 1999.
11. Brito J, Athayde M, Neves MY, organizadores. *Caderno de textos: Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB; 2003.
12. Brito J, Athayde M. Trabalho, educação e saúde: o ponto de vista enigmático da atividade. *Educ Saúde Trab* 2003; 1:63-89.
13. Neves MY, Brito J, Athayde M. Mobilização das professoras por saúde. In: Raab Glina DM, Rocha LE, organizadores. *Saúde mental no trabalho: da teoria à prática*. São Paulo: Editora Rocca; 2010. p. 248-70.

14. Neves M, Muniz H, Silva E, Brito J, Athayde M, Costa J. Comunidade ampliada de pesquisa: pesquisadores e trabalhadores/as de escolas públicas colocam seus saberes em sinergia na busca da promoção da saúde a partir dos locais de trabalho. In: Krutzen EC, Vieira SB, organizadores. Psicologia social, clínica e saúde mental. João Pessoa: Editora Universitária UFPB; 2007. p. 448-74.
15. Souza KR, Brito J. Sindicalismo, condições de trabalho e saúde: a perspectiva dos profissionais da educação do Rio de Janeiro. Ciênc Saúde Coletiva 2012; 17:379-88.
16. Canguilhem G. O normal e o patológico. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense; 2009.
17. Dejours C. Entre sofrimento e reapropriação: o sentido do trabalho. In: Lancman S, Sznalwar L, organizadores. Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Brasília: Paralelo 15; 2008. p. 351-364
18. Dejours C. Patologia da comunicação. In: Lancman S, Sznalwar L, organizadores. Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Brasília: Paralelo 15; 2008. p. 291-324.
19. Neves MY, Athayde M, Silva ES. Saúde mental e trabalho um campo de estudo em construção. In: Araújo A, Alberto MF, Neves MY, Athayde M, organizadores. Cenários do trabalho: subjetividade, movimento e enigma. Rio de Janeiro: DP&A; 2004. p. 19-50.
20. Deusdará B, Rocha D. Cenografias do trabalho docente: produção de subjetividade no mural da sala de professores. Revista Intercâmbio 2008; XVIII:43-61.
21. Deusdará B, Rocha DOS. Efeitos de sentido do discurso relatado: micropolítica da invisibilização do trabalho docente. Revista da ANPOLL 2011; 31:41-68.
22. Athayde MRC. Gestão de coletivos de trabalho e modernidade [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro; 1996.
23. Schwartz Y. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. Revista do NETE/UFMG 2000; (7):38-46.
24. Freire P. Educação como prática de liberdade. 14ª Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra; 1983.
25. Freire P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra; 1997.
26. Levy P. O que é o virtual. São Paulo Editora 34; 1996.
27. Jobim e Souza S, Moraes M, organizadores. Tecnologias e modos de ser no contemporâneo. Rio de Janeiro: 7 Letras Editora/Editora PUC-Rio; 2010.

28. Dejours C. Addendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: Lancman S, Sznelwar L, organizadores. Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Brasília: Paralelo 15; 2008. p. 49-106.
29. Brito J, Barros ME, Neves MYR, Athayde M, organizadores. Trabalhar na escola? “Só inventando o prazer?”. Rio de Janeiro: Ipub/Cuca; 2001.
30. Dejours C, Abdoucheli E. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: Dejours C, Abdoucheli E, Jayet C, organizadores. Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Editora Atlas; 1990. p. 119-145.
31. Dejours C. Subjetividade, trabalho e ação. Revista Produção 2004; 14:27-34.
32. Athayde M. Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho [Resenha]. Cad Saúde Pública 2005; 21:989-90.
33. Dejours C. Análise da psicodinâmica das situações de trabalho e sociologia da linguagem. In: Lancman S, Sznelwar L, organizadores. Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Brasília: Paralelo 15; 2008. p. 245-290.
34. Wisner A. A inteligência do trabalho: textos selecionados de ergonomia. São Paulo: Fundação Jorge Duprat e Figueiredo; 1994.
35. Guérin F, Laville A, Daniellou F, Duraffourg J, Kerguelen A. Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia. São Paulo: Edgard Blücher Ltda.; 2001.
36. Daniellou F, Béguin P. Metodologia da ação ergonômica: abordagens do trabalho real. In: Falzon P, organizador. Ergonomia. São Paulo: Editora Blucher; 2007.
37. Alvarez D, Telles AL. Interfaces ergonomia-ergologia: uma discussão sobre trabalho prescrito e normas antecedentes. In: Alvarez D, Brito J, Figueiredo M, Athayde M, organizadores. Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Rio de Janeiro: DP&A; 2004. p. 63-90
38. Dejours C. Inteligência operária e organização do trabalho: a propósito do modelo japonês de produção. In: Hirata H, organizador. Sobre o “modelo” japonês. São Paulo: Edusp; 1993. p. 281-309.
39. Dejours C. Para uma clínica da mediação entre psicanálise e política. In: Lancman S, Sznelwar L, organizadores. Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Brasília: Paralelo 15; 2008. p. 187-218.

40. Brait B. Análise e teoria do discurso. In: Brait B, organizador. Bakhtin: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto; 2010. p. 09-31.
41. Gregolin MR. Bakhtin, Foucault, Pecheux. In: Brait B, organizador. Bakhtin: outros conceitos-chave. São Paulo: Contexto; 2010. p. 33-52.
42. Bakhtin, M. Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 3ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec; 1986.
43. Bakhtin M. Gêneros do discurso. In: Bakhtin M, organizador. Estética da criação verbal. 3ª Ed. São Paulo: Editora Martins Fontes; 2000. p. 277-289.
44. Maingueneau D. Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cortez Editora; 2004.
45. Rocha D. O que queremos dizer quando sustentamos a circulação dos sentidos? Cadernos de Estudos Linguísticos 2006; 48:195-210.
46. Fiorin JL. Introdução ao pensamento de Bakhtin. São Paulo: Editora Ática; 2008.
47. Aguiar WMJ. A pesquisa junto a professores: fundamentos teóricos e metodológicos. In: Aguiar WJ, organizador. Sentidos e significados do professor na perspectiva sócio-histórica: relatos de pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo; 2006. p. 10-30.
48. Schwartz Y, Durrive L. Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana. Niterói: EdUFF; 2010.
49. Schwartz Y. Actividade. Revista Laboreal 2005; 1:63-4.
50. Brito JE. Reflexões epistemológicas sobre a ergologia [CD-ROM]. In: Anais da Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação; 2006.
51. Schwartz Y. Disciplina epistêmica disciplina ergológica – paidéia e politéia. Revista Pro-posições 2002; 13:126-49.
52. Schwartz Y. Trabalho e uso de si. Revista Pro-posições 2002; 11:34-50.
53. Deusdará B. Imagens da alteridade no trabalho docente: enunciação e produção de subjetividade [Dissertação de Mestrado]. Rio DE Janeiro: Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 2006.
54. Sant'Anna VLA. Discurso relatado como estratégia organizadora da notícia. The ESpecialist 2003; 24(n. esp.):167-84.
55. Deusdará B, Rocha D. Análise de conteúdo e análise do discurso: Aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. Alea : Estudos Neolatinos 2005; 7:305-22.
56. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 2.437, de 7 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a ampliação e o fortalecimento da Rede Nacional de Atenção Integral à saúde do

Trabalhador (Renast) no Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências. Diário Oficial da União 2005; 9 dez.

57. Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador. Manual de gestão e gerenciamento. Brasília: Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador; 2006.

58. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.728, de 11 de novembro de 2009. Dispõe sobre a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) e dá outras providências. Diário Oficial da União 2009; 12 nov.

59. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Diário Oficial da União 24 ago.

60. Santos CG. Controle social e saúde do trabalhador: a experiência do conselho gestor do centro de referencia em saúde do trabalhador – polo Duque de Caxias. In: Bravo MI, D’Acri, V, organizadores. Movimentos sociais, saúde e trabalho. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz; 2010. p. 189-208.

61. Souza K. R. Sindicalismo, saúde e formação na perspectiva dos trabalhadores da educação no Rio de Janeiro. In: Bravo MI, D’Acri, V, organizadores. Movimentos sociais, saúde e trabalho. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz; 2010. p. 159-188.

62. Brito J, Neves MY, Hyppolito AO, Alvarez D, Silva EF, Muniz H, et al. The use of a Website as an interaction and training device in health, gender and work in schools. Work 2012; 41 Suppl 1:4661-8.

63. Silva EF, Athayde M. Saúde? O mestre faltou! Questionando a (não) participação dos sindicatos de trabalhadores de educação na luta pela saúde do trabalhador na Paraíba. In: Brito J, Barros ME, Neves MYR, Athayde M, organizadores. Trabalhar na escola? “Só inventando o prazer”. Rio de Janeiro: Ipub/Cuca; 2001. p. 279-303.

64. Baalbaki A, Deusdará B. A citação em notícia de jornal: tensões entre o sintático e o discursivo. Revista Diadorim 2011; 10:125-141.

65. Dejours C. Psicopatologia do trabalho – psicodinâmica do trabalho. Revista Laboreal 2011; 7:13-6.

66. Almeida UR, Heckert ALC, Barros MEB. Nas trilhas da atividade: análise da relação saúde-trabalho de uma professora de educação física escolar. Trab Educ Saúde 2011; 9 Suppl 1:245-63.

67. Neves MY, Vasconcelos ACL. A saúde de professoras do ensino fundamental. In: Neves MY, Araújo A, Vieira S, Alberto MFP, organizadores. Trabalho e subjetividade: “a vida não é só isso que se vê”. João Pessoa: Editora Universitária UFPB; 2009. p. 27-50.
68. Garcia J. Indisciplina, incivilidade e cidadania na escola. Educação Temática Digital 2006; 8:121-30.
69. Berger I. Les instituteurs d’une génération à l’autre. Paris: PUF; 1979.
70. Huberman M. La vie des enseignants, Delachaux: Niestlé; 1989.
71. Deusdará B, Rocha ML. Cartografias da escola: controle e práticas de comunicação em análise. Psicol Soc 2012; 24:373-81.
72. Duraffourg J, Schwartz Y. O trabalho e o ponto de vista da atividade. In: Schwartz Y, Durrive L, organizadores. Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana. Niterói: EdUFF; 2010. p. 47-82.
73. Louro G. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Editora Vozes; 1998.
74. Schwartz Y. A experiência é formadora? Educação & Realidade 2010; 35:35-48.
75. Zarifian P. Mutações dos sistemas produtivos e competências profissionais: a produção industrial de serviço. In: Salerno M, organizador. Relação de serviço: produção e avaliação. São Paulo: Editora Senac; 2001. p. 67-94.
76. Zarifian P. Valor, organização e competência na produção de serviço In: Salerno M, organizador. Relação de serviço: produção e avaliação. São Paulo: Editora Senac; 2001. p. 96-149.
77. Choquet J, Fortino S, Linhart D. Trois professions de service: enseignants, commerce, salariés d’une entreprise publique de transport. Colloque AFS Atteintes aux métiers, atteintes à la dignité du travail: processus de construction de la pénibilité et résistance. Rouen, 2010.
78. Rocha ML. (In)disciplina em questão. Revista Eletrônica do Vestibular da UERJ 2011; 4(12). http://www.revista.vestibular.uerj.br/artigo/artigo.php?seq_artigo=15
79. Rocha ML. Educação e saúde: coletivização das ações e gestão participativa. Maciel I, organizador. Psicologia e educação: novos caminhos para a formação. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna; 2001. p. 213-29.
80. Verthein MAR. Jogos de poder instituindo saber sobre as lesões por esforços repetitivos: as redes discursivas da recusa donexo [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz; 2001.

81. Barros JC. Pensando o processo saúde doença: a que responde o modelo B. Saúde Soc 2002; 11:67-84.

ANEXOS

ANEXO I. Primeira mensagem enviada aos CERESTs.

**Estamos realizando uma pesquisa sobre a Saúde do Trabalhador da Educação.
Solicitamos que respondam a pergunta abaixo.**

Este CEREST realiza alguma ação com foco no(a) trabalhador(a) de educação?

() Sim

() Não

Agradecemos pela contribuição!

Jussara Brito e Mary Yale Neves

Coordenadoras da Pesquisa - Pesquisadoras da FIOCRUZ e UFF

ANEXO II. Segunda mensagem enviada aos CERESTs: ações realizadas.

Prezadas(os),

Agradecemos pela resposta e solicitamos algumas informações adicionais:

1. Qual o foco das ações dirigidas aos trabalhadores de educação?

Foco das ações	Trabalhadores de educação atendidos	Tipo de Ações	
		Assistência	Prevenção e Promoção da saúde
Problemas de voz			
Transtornos mentais			
Assédio Moral			
LER/DORT			
Outros (especificar)			

Por favor, informe como são essas ações: _____

2. O que visam as ações de vigilância (caso sejam realizadas)?

Objetivos	Sim	Não
Notificação de agravos		
Vigilância dos locais de trabalho		
Outros (especificar)		

3. As ações dirigidas aos trabalhadores de educação são permanentes ou eventuais?

4. Há materiais sobre essas ações (documentos, relatórios, projetos etc)? Caso positivo, seria possível enviá-los?

Obrigada!

Jussara Brito e Mary Yale Neves

Coordenadoras do Projeto

ANEXO III. Segunda mensagem enviada aos CERESTs: demandas de ações.

Prezadas(os),

Agradecemos pela resposta e solicitamos mais uma informação:

- Apesar de não serem realizadas ações dirigidas aos trabalhadores de educação, existem demanda dessa categoria? Quais?

Obrigada!

Jussara Brito e Mary Yale Neves

Coordenadoras do Projeto

ANEXO IV. Roteiro para contato com sindicatos (CNTE)

Roteiro para o levantamento sistemático de informações e notícias relativas às iniciativas sindicais e ações governamentais sobre saúde e trabalho no ambiente escolar

Sindicatos

Inicialmente entraremos em contato por telefone para os sindicatos estaduais e da capital.

CERESTs

Inicialmente entraremos em contato com os CERESTs Regionais.

Script para contato com sindicatos e CERESTs

1. Identificação

- 1.1) Profissional -> “Sou XXX...”
- 1.2) Pesquisa / Institucional -> “...faço parte da pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz que está fazendo um levantamento sobre quais ações (no sindicato ou Cerest) estão sendo realizadas sobre saúde do trabalhador de escolas públicas.”

2. Identificação do contato

- 2.1) Com quem está fazendo contato, qual o cargo e o e-mail para contato direto.

3. Ações

- 3.1) “Existe alguma ação sendo realizada sobre saúde do trabalhador de escolas públicas?”

Sim

- a) Que tipo de ação?
- b) Desde quando?
- c) Dirigida a qual profissional?
- d) Existe algum tipo de avaliação dessa ação? (Deu certo?) Qual Retorno?
- e) Existe algum material/ documento que possa ser enviado por e-mail?

Não

- a) Qual o motivo?
- b) Você sabe dizer se existe alguma demanda para ações que relacionem trabalho e saúde?

4. Apresentação do site

4.1. “Este site visa estimular o debate sobre a vida, a saúde e o trabalho nas escolas públicas brasileiras, produzindo encontros virtuais entre todos(as) aqueles(as) que se interessam por este tema, em especial trabalhadores(as) de educação, pesquisadores e profissionais de serviços de saúde. Buscamos criar um espaço propício à reflexão e à invenção de diferentes formas de ação dirigidas à construção da saúde dos(as) trabalhadores(as) das unidades escolares. Isto porque entendemos que a saúde não pode ser considerada como um estado: a saúde é uma conquista permanente”. (retirado do site)

ANEXO V. Respostas dos sindicatos através de contato telefônico.

SINDICATO	Contato	Ações em saúde	Observação
SINTEAC/AC – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre	Sim	sim	De acordo com o secretário, há ações em saúde mental e fisioterapia
SINTEAL/AL – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas	Sim	sim	Curso de formação da CUT (formação sindical com um dia voltado para a saúde do trabalhador, abordando temas como burnout, voz, síndrome do pânico e estresse
SINTEAM/AM – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas	Sim	sim	Realização da semana de saúde de profissionais de educação em parceria com a secretaria de educação e da mulher. Realização de visitas às escolas. Nota-se um grande número de atestados
SINSEPEAP/AP – Sindicato dos Servidores Públicos em Educação do Amapá	Não		
APLB/BA – APLB Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia	Não		
SINDIUTE/CE – Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Ceará	Sim	não	Ações pontuais, encaminhadas a partir de uma demanda específica
SAE/DF – Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar no Distrito Federal	Sim	sim	Encaminhamento para secretaria de saúde do sindicato
SINPRO/DF – Sindicato dos Professores no Distrito Federal	Não		
SINDIUPES/ES – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo	Sim	sim	Eventos, atividades e seminários sobre saúde do trabalhador no cotidiano escolar
SINTEGO/GO – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás	Sim	sim	
SINPROESEMMA/MA – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Maranhão	Sim	sim	Não soube citar quais ações
Sind-UTE/MG – Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais	Não		

APÊNDICES

APÊNDICE A. Respostas dos CERESTs.

RESPOSTAS RELATIVAS AO NÃO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SAÚDE VOLTADAS PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - SEGUNDO MOMENTO DE MAPEAMENTO DOS CERESTS -	
1	Boa tarde, demanda vindo deles não há , mas em nossa programação de ações para 2013 temos ação programada com os temas: distúrbio de voz relacionados ao trabalho e transtorno mental.
2	As demandas que conhecemos por experiências anteriores são queixas vocais, de varizes, de estresse, de coluna. O que nos parece mais importante são as queixas relacionadas à saúde mental. O professor reclama muito da desvalorização profissional, da desvalorização da própria educação, da falta de compromisso da família na educação dos filhos. Entende que isso reflete em sua saúde, mas seu movimento de mudança é frágil, como se esperasse que alguém reconhecesse sua importância. As ações são defensivas, pautadas nas faltas, abonos, licenças, o que tb acaba interferindo no processo educativo tão prezado pelo professor. Há um importante conflito nessa categoria.
3	O CEREST de Salvador não recebeu nenhuma demanda ou denúncia envolvendo essa categoria de profissionais, geralmente recebemos denúncias do Ministério Público do Trabalho e sindicatos dos trabalhadores.
4	Prezadas,As ações são planejadas em um processo de construção participativa com os sindicatos de classe e demais representatividades da região. Mas poucas participam de maneira efetiva das reuniões regionais do CEREST. Acredito que falta mobilização, inclusive da entidade de representação desta classe de trabalhadores em nossa região. As demandas devem existir em maior número, mas como o CEREST não é porta de entrada para o paciente, poucos são os casos que acolhemos no setor, e acredito que a rede necessita ser capacitada para poder encaminhar os casos suspeitos para o CEREST. O CEREST na região não tem uma visibilidade, não é reconhecido pelos profissionais como apoio técnico para tais demandas, entretanto, já tivemos casos de distúrbios de voz em uma professora que nos procurou devido uma ação de promoção da saúde auditiva do trabalhador. Outros casos que tenho conhecimento são casos de sofrimento psíquico relacionados ao trabalho , em escolas inserida em área de risco, como áreas violentas devido ao tráfico, e escolas localizadas em áreas de difícil acesso como nas ilhas da região. Mas teríamos que fazer um levantamento mais detalhado nos formulários de acolhimento do CEREST. Um abraço,
5	A demanda partiu de uma paciente que eh professora, individual , para questao do desgaste da voz dos professores
6	Sim , existem demandas p esta categoria tais como: cuidado com a voz e as questões do sofrimento psíquico devido a violência nas escolas, evasão escolar , dificuldades de lidar com as diferenças, bulling , preconceito, entre tantos outos; precisamos traçar estratégias para prevenção do adoecimento, mas é fundamental que se crie estratégias de promoção à saúde destes trabalhadores para gerar autonomia de seu cuidado no desenvolvimento do trabalho cotidiano.

**RESPOSTAS RELATIVAS AO DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SAÚDE
VOLTADAS PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - SEGUNDO MOMENTO DE
MAPEAMENTO DOS CERESTS**

RESPOSTA 1

1. Qual o foco das ações dirigidas aos trabalhadores de educação?

Foco das ações	Trabalhadores de educação atendidos	Tipo de Ações	
		Assistência	Prevenção e Promoção da saúde
Problemas de voz	Sim	Sim	Sim
Transtornos mentais	Sim	Sim	Sim
Assédio Moral			
LER/DORT	Sim	Sim	Sim
Outros (especificar)			

Por favor, informe como são essas ações:

Fazemos através de demanda espontânea e programada, temos uma parceria com a Secretaria de Educação onde ministramos palestras de diversos assuntos tais como: agravos relacionados a Saúde do Trabalhador da Educação, muitos educadores nos procuram principalmente quando se existe um transtorno mental relacionado ao trabalho, encaminhamos para rede do SUS (Unidade Básica de Saúde) e o acompanhamos, desde sua notificação até sua melhora. Procuramos fazer sempre palestras abordando tais assuntos. Fazemos também Vigilância em Ambientes e Processos de Trabalho.

2. O que visam as ações de vigilância (caso sejam realizadas)?

Objetivos	Sim	Não
Notificação de agravos	sim	
Vigilância dos locais de trabalho	Sim	
Outros (especificar)		

Visamos também o esclarecimento da Saúde do Trabalhador, papel do CEREST, Política Nacional... entre outras.

3. As ações dirigidas aos trabalhadores de educação são permanentes ou eventuais?

Permanentes e Eventuais

4. Há materiais sobre essas ações (documentos, relatórios, projetos etc)? Caso positivo, seria possível enviá-los?

Sim temos fotos e alguns materiais. Vou organizá-los e encaminhamos o mais breve possível. Estamos montando também um projeto no qual trabalharemos com rodas de conversa com

RESPOSTA 2

1. Qual o foco das ações dirigidas aos trabalhadores de educação?

Foco das ações	Trabalhadores de educação atendidos	Tipo de Ações	
		Assistência	Prevenção e Promoção da saúde
Problemas de voz			avaliação e palestras
Transtornos mentais			avaliação e palestras
Assédio Moral			
LER/DORT			
Outros (especificar)			

Por favor, informe como são essas ações:

O ano de 2009 foi marcado pela ampliação das articulações entre o CEREST e as instituições de ensino, com vistas ao desenvolvimento de ações integradas que possibilitem a aproximação da academia ao mundo do trabalho, tomando possível operacionalizar concretamente algumas ações na perspectiva da integração educação-saúde, partindo da realidade e do cotidiano do serviço.

Nessa perspectiva, este ano se caracterizou por importantes negociações com o **Curso de Fonoaudiologia da UFSM**, no intuito deste serviço ser também campo de estágio para disciplina de Saúde Comunitária, para o primeiro semestre de 2010, no sentido de ampliar a atuação dos futuros profissionais para o campo da saúde do trabalhador.

Ainda contamos com a presença de duas alunas bolsistas, graduandas do Curso de Fonoaudiologia da UFSM para atuar no **Projeto Voz Profissional**, coordenado pela fonoaudióloga do CEREST.

A participação desses estudantes envolveu desde a confecção de folders sobre a Voz e cartazes para divulgação de palestras e eventos sobre cuidados com a voz, até a participação nas atividades de educação, e produção de conhecimento científico.

Alusivo ao **Dia Mundial da Voz** foram realizadas palestras e questionários para investigar o comportamento vocal, com o apoio do Departamento de Fonoaudiologia da UFSM e da Coordenação do Curso de Fonoaudiologia, bem como da Rede Nacional de Saúde do Trabalhador_(RENAST) e do CEREST.

Nesta atividade foram respondidos 161 questionários, com maior número de orientações realizadas, e 124 pessoas interessadas em realizar avaliações fonoaudiológicas que deixaram seus contatos e foram agendadas e examinadas, no Laboratório de Voz do Serviço de Atendimento Fonoaudiológico da UFSM.

Após a realização das avaliações fonoaudiológicas, foram realizadas oficinas de voz para aqueles indivíduos que apresentaram alterações vocais, sendo posteriormente encaminhados ao Serviço de Atendimento Fonoaudiológico (SAF/UFSM).

RESPOSTA 3

1. Qual o foco das ações dirigidas aos trabalhadores de educação?

Foco das ações	Trabalhadores de educação atendidos	Tipo de Ações	
		Assistência	Prevenção e Promoção da saúde
Problemas de voz			
Transtornos mentais			
Assédio Moral	150	o	150
LER/DORT			
Outros (especificar)			

Por favor, informe como são essas ações: Mesa redonda sobre assedio moral

2. O que visam as ações de vigilância (caso sejam realizadas)?

Objetivos	Sim	Não
Notificação de agravos		0
Vigilância dos locais de trabalho		0
Outros (especificar)		0

3. As ações dirigidas aos trabalhadores de educação são permanentes ou eventuais?

eventuais

4. Há materiais sobre essas ações (documentos, relatórios, projetos etc)? Caso positivo, seria possível enviá-los?

exite folder e cartaz e relatórios

APÊNDICE B. Respostas dos núcleos do SEPE-RJ.

1- Não	
2 – Não	
3 - Não	
4 - Sim	<p>Prezadas Jussara e Mary É com uma enorme satisfação que informamos que a Regional 2 (Madureira e Adjacências) do SEPE/RJ foi o embrião da pesquisa da Saúde do Trabalhador(a) da Fiocruz há 10 anos. Um trabalho que nos orgulhamos (Denise Guterres, Jussiara, Paulo Romão- in memorian, Robson Trajano, Rosaldo Peixoto, M^ª Regina, Lândia de Paula entre tantos). Acabamos de eleger nossa nova diretoria e este tema fará parte de nossas ações. Desde já solicito contatos para que posamos restabelecer uma parceria. Att.</p>
5 - Não	